

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

JOSIEL PEREIRA SOUZA

**ENSINO RELIGIOSO: SUPERANDO A CATEQUESE A PARTIR DAS
CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

Vitória
2015

JOSIEL PEREIRA SOUZA

**ENSINO RELIGIOSO: SUPERANDO A CATEQUESE A PARTIR DAS
CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

Dissertação de Mestrado para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade Unida de Vitória.

Orientadora: Ms. José Mário Gonçalves

Vitória

2015

Souza, Josiel Pereira

Ensino religioso / Superando a catequese a partir das ciências das religiões / Josiel Pereira Souza. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2015.

xiv, 110 f. ; 31 cm.

Orientador: José Mário Gonçalves

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2015.

Referências bibliográficas: f. 109-110

1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso. 3. Cidadania. 4. Ciências das religiões e ensino religioso. - Tese. I. Josiel Pereira Souza. II. Faculdade Unida de Vitória, 2015. III. Título.

JOSIEL PEREIRA SOUZA

ENSINO RELIGIOSO: SUPERANDO A CATEQUESE A PARTIR DAS CIÊNCIAS
DAS RELIGIÕES

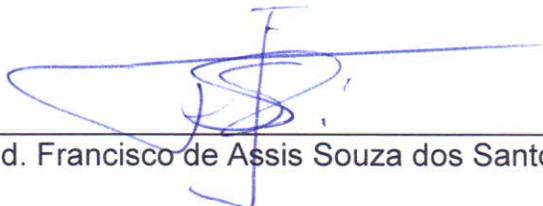
Dissertação para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões no
Programa de Mestrado Profissional em
Ciências das Religiões da Faculdade Unida
de Vitória.



Drnd. José Mário Gonçalves – UNIDA (presidente)



Doutor Osvaldo Luiz Ribeiro – UNIDA



Drnd. Francisco de Assis Souza dos Santos – UNIDA

Dedico à minha esposa Débora e aos meus queridos filhos Tiago e Mateus que sempre torceram pela minha vitória e fizeram parte desta trajetória de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é o ato de reconhecer que alguém nos fez algo muito importante, é lembrar-se de um gesto simples que nos proporcionou melhor condição de vida. Assim, agradeço...

Ao meu amável Deus, pela sua infinita sabedoria dispensada no decorrer desta trajetória tão árdua e que tem me sustentado em todos os momentos, renovando as forças a cada dia.

À minha querida esposa Débora de Souza, pelo seu grande incentivo desde o início desta caminhada, pelo seu infinito auxílio e amor. Aos meus filhos: Tiago e Mateus, que vibraram comigo em cada etapa alcançada, que dispensaram parte de seu tempo para que eu pudesse realizar esta pesquisa. Pela demonstração de amor e carinho demonstrando coragem nos momentos mais tênues durante toda esta trajetória.

Ao meu orientador José Mario Goncalves, pela orientação, paciência e dedicação em me ajudar nesta pesquisa.

Ao meu pai José do Carmo (Memórium) e minha mãe Conceição Augusta, que sempre oraram e torceram pela minha conquista e vitória a cada dia. Aos meus irmãos, cunhados, ao sogro Dirson de Souza e sogra Brulina G. de Souza que sempre oraram por mim durante esta caminhada em busca de novos conhecimentos.

A todos os professores da Faculdade Unida de Vitória pelo conhecimento compartilhado durante o tempo que tivemos na fase de construção desse trabalho.

A todos os funcionários da Faculdade Unida que dedicam atenção aos que necessitam de resolver problemas. Aos colegas de turma do mestrado com quem tive o prazer em trocar experiências, saberes e adquirir novos conhecimentos, pela amizade e colaboração durante este percurso de pesquisa. Em especial aos amigos Josemar e Anderson com os quais compartilhamos bons momentos de amizade, conhecimentos, alegrias, que foram registrados e serão inesquecíveis.

Ao Humberto pelo seu auxílio na entrada deste Mestrado, pela sua amizade e orações.

É a obra da verdadeira educação desenvolver esta faculdade, adestrar os jovens para que sejam pensantes e não meros refletores do pensamento de outrem” (Ellen G. White).

RESUMO

Esta pesquisa que versa sobre *Ensino Religioso: superando a catequese à partir das ciências das religiões* teve como objetivo central analisar a possibilidade de construção de novas práticas educacionais com qualidade, visando a não interferência em princípios gerais dos educandos como forma de promoção do Ensino Religioso. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, foi realizada através de questionário para alunos e professores de três Escolas Estaduais e três Escolas Municipais de Manaus - AM. Participaram desta pesquisa 604 alunos de ambos os sexos de 15 a 18 anos, do 9º ano do Ensino Fundamental, além de 07 professores. Por meio destes questionários aplicados foi possível verificar os pontos que precisam ser melhor qualificados. Nas pesquisas que fizemos com alunos e professores, constatou-se que o Ensino Religioso praticado na escola ainda tem sintomas proselitistas e confessionais. A pesquisa aponta quão imprescindível é oportunizar a participação dos docentes e discentes no diálogo de construção do Ensino Religioso atual. As secretarias Municipais e Estaduais defendem um Ensino Religioso baseado em Ciências das Religiões, no entanto é preciso materiais pedagógicos mais eficientes, desta forma, os professores podem produzir um bom plano de aula e assim pratica-los em sala de aula. Nossa pesquisa defende que mesmo com tantas dúvidas relacionadas ao estabelecimento do Ensino Religioso baseado em Ciências das Religiões, a mesma demonstra ser a melhor forma de estudarmos Ensino Religioso sem ferir o direito do espaço público da educação do nosso País.

Palavras-chave: Ensino Religioso, Ciências das Religiões, Cidadania.

ABSTRACT

This research deals with religious teaching: overcoming catechesis from the Religious Studies. The main objective is to analyse the possibility of building new educational practices with quality, aimed at non-interference in general principles of students as a way of promoting religious teaching. This is a quantitative research, conducted through a questionnaire to students and three state schools teachers and three Municipal Schools of Manaus - AM. The study gathered 604 students of both sexes from 15 to 18 years of the 9th grade of elementary school, and 07 teachers. Through these questionnaires was possible to verify the points that need to be better qualified. In the research made with students and teachers, it was found that the religious teaching practiced in school still has proselytizing and religious symptoms. The research shows how essential is to create opportunities for participation of teachers and students in the construction of the current religious teaching dialogue. The Municipal and State secretariats advocate a religious teaching based on Religious Studies, however it takes more efficient teaching materials in this way, teachers can produce a good lesson plan and so practicing them in the classroom. Our research argues that even with so many questions related to religious teaching based on the establishment of Religious Studies, it proves to be the best way to study religious teaching without injuring the right of the public space of education in our country.

Keywords: Religious Teaching, Religious Studies, Citizenship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| CEE-AM | Conselho Estadual de Educação do Amazonas |
| CME | Conselho Municipal de Educação |
| CNBB | Conselho Nacional dos Bispos do Brasil |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CNE/CEB | Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica |
| CNE/CP | Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno |
| COBAP | Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas |
| CONER-AM | Conselho do Ensino Religioso do Amazonas |
| ER | Ensino Religioso |
| FONAPER | Fórum Nacional do Ensino Religioso |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IES | Instituições de Ensino Superior |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| PCNER | Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso |
| PPP | Projeto Político Pedagógico |
| SEDUC | Secretaria de Educação do Estado do Amazonas |
| SEMED | Secretaria Municipal de Educação - Manaus |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Respostas da primeira pergunta em Escolas Estaduais. | 38 |
| Gráfico 2: Respostas da segunda pergunta em Escolas Estaduais..... | 40 |
| Gráfico 3: Respostas da terceira pergunta em Escolas Estaduais. | 42 |
| Gráfico 4: Respostas da quarta pergunta em Escolas Estaduais. | 43 |
| Gráfico 5: Respostas da quinta pergunta em Escolas Estaduais. | 45 |
| Gráfico 6: Respostas da sexta pergunta em Escolas Estaduais..... | 46 |
| Gráfico 7: Respostas da sétima pergunta em Escolas Estaduais..... | 47 |
| Gráfico 8: Respostas da oitava pergunta em Escolas Estaduais..... | 48 |
| Gráfico 9: Respostas da décima pergunta em Escolas Estaduais..... | 50 |
| Gráfico 10: Respostas da décima primeira pergunta em Escolas Estaduais. | 51 |
| Gráfico 11: Respostas da décima segunda pergunta em Escolas Estaduais. | 52 |
| Gráfico 12: Respostas da décima terceira pergunta em Escolas Estaduais. | 54 |
| Gráfico 13: Respostas da primeira pergunta em Escolas Municipais | 56 |
| Gráfico 14: Respostas da segunda pergunta em Escolas Municipais | 57 |
| Gráfico 15: Respostas da terceira pergunta em Escolas Municipais. | 59 |
| Gráfico 16: Respostas da quarta pergunta em Escolas Municipais..... | 60 |
| Gráfico 17: Respostas da quinta pergunta em Escolas Municipais. | 62 |
| Gráfico 18: Respostas da sexta pergunta em Escolas Municipais..... | 63 |
| Gráfico 19: Respostas da sétima pergunta em Escolas Municipais..... | 63 |
| Gráfico 20: Respostas da oitava pergunta em Escolas Municipais | 64 |
| Gráfico 21: Respostas da décima pergunta em Escolas Municipais..... | 66 |
| Gráfico 22: Respostas da décima primeira pergunta em Escolas Municipais. | 67 |
| Gráfico 23: Respostas da décima segunda pergunta em Escolas Municipais. | 69 |
| Gráfico 24: Respostas da décima terceira pergunta em Escolas Municipais. | 70 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1: Respostas subjetivas da primeira pergunta em Escolas Estaduais. | 39 |
| Tabela 2: Respostas subjetivas da segunda pergunta em Escola Estadual. | 41 |
| Tabela 3: Respostas subjetivas da terceira pergunta em Escolas Estaduais. | 43 |
| Tabela 4: Respostas subjetivas da quarta pergunta em Escolas Estaduais | 44 |
| Tabela 5: Respostas subjetivas da sétima pergunta em Escolas Estaduais..... | 47 |
| Tabela 6: Respostas subjetivas da oitava pergunta em Escolas Estaduais..... | 48 |
| Tabela 7: Nona Pergunta: Quais assuntos de Ensino Religioso seriam importantes para você? | 49 |
| Tabela 8: Respostas subjetivas da décima pergunta em Escolas Estaduais..... | 50 |
| Tabela 9: Respostas subjetivas da décima primeira pergunta em Escolas Estaduais. | 52 |
| Tabela 10: Respostas subjetivas da décima segunda pergunta em Escolas Estaduais. | 53 |
| Tabela 11: Respostas subjetivas da 13ª pergunta em Escolas Estaduais..... | 54 |
| Tabela 12: Respostas subjetivas da primeira pergunta em Escolas Municipais | 56 |
| Tabela 13: Respostas subjetivas da segunda pergunta em Escolas Municipais. | 58 |
| Tabela 14: Respostas subjetivas da terceira pergunta em Escolas Municipais. | 59 |
| Tabela 15: Respostas subjetivas da quarta pergunta em Escolas Municipais..... | 61 |
| Tabela 16: Respostas subjetivas da sétima pergunta em Escolas Municipais. | 64 |
| Tabela 17: Respostas subjetivas da oitava pergunta em Escolas Municipais. | 65 |
| Tabela 18: Nona Pergunta: Quais assuntos de Ensino Religioso seriam importantes para você? | 66 |
| Tabela 19: Respostas subjetivas da décima pergunta em Escolas Municipais. | 67 |
| Tabela 20: Respostas subjetivas da décima primeira pergunta em Escolas Municipais..... | 68 |
| Tabela 21: Respostas subjetivas da décima segunda pergunta em Escolas Municipais..... | 69 |
| Tabela 22: Respostas subjetivas da décima terceira pergunta em Escolas Municipais..... | 70 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 15 |
| 1 CONFSSIONALISMO E ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR..... | 18 |
| 1.1 Breve Histórico do Ensino Religioso no Brasil..... | 18 |
| 1.1.1. O Ensino Religioso no Período Colonial..... | 18 |
| 1.1.2. O Ensino Religioso no período do Império | 20 |
| 1.1.3. O Ensino Religioso no período da República | 20 |
| 1.2 Breve Histórico do Ensino Religioso no Amazonas..... | 23 |
| 1.2.1. O Ensino Religioso e a Lei: 9.394/96 | 25 |
| 1.2.2. Lei 138 | 28 |
| 1.2.3. Currículo e Prática Pedagógica..... | 31 |
| 1.2.4. Materiais Didáticos | 35 |
| 2 O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MANAUS NO ESTADO DO AMAZONAS | 36 |
| 2.1 Pesquisa de Campo em Escolas Estaduais em Manaus | 37 |
| 2.2 Pesquisa de Campo em Escolas Municipais em Manaus | 55 |
| 2.3 Materiais Didáticos..... | 71 |
| 3 ENSINO RELIGIOSO: A CONTRIBUIÇÃO DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES | 73 |
| 3.1 O que é Ciência da Religião? | 73 |
| 3.1.1. Filoramo e Prandi..... | 73 |
| 3.1.2. Greschat | 74 |
| 3.1.3. Usarski..... | 77 |
| 3.1.4. Sena | 79 |
| 3.1.5. Boeing..... | 82 |
| 3.1.6. Ranquetat Júnior | 84 |
| 3.1.7. Junqueira | 88 |
| 3.2 O Ensino Religioso a partir das Ciências das Religiões | 91 |
| 3.2.1. Epistemologia | 94 |
| 3.2.2. Fenomenológico..... | 96 |
| 3.2.3. O Sagrado e os Ritos | 97 |
| 3.3 O Ensino Religioso na formação de uma proposta da Cidadania | 100 |
| 3.3.1. Cidadania com legalidade | 100 |
| 3.3.2. Cidadania com espaço Político | 101 |
| 3.3.3. Cidadania com espaço Religioso | 101 |
| 3.3.4. Cidadania com espaço para o diálogo | 102 |

| | | |
|---------------------------------|--|------------|
| 3.3.5. | Cidadania com espaço Geográfico | 102 |
| 3.3.6. | Cidadania com espaço Institucional | 103 |
| CONCLUSÃO | | 106 |
| REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA | | 109 |
| ANEXOS | | 111 |

INTRODUÇÃO

A realização de uma pesquisa pela busca da renovação de conhecimentos só poderá ser alcançada se houver uma dedicação completa. Assim sendo, o processo de investigação doravante descrito, ocorreu por meio de idas e vindas, avanços e retrocessos, obstáculos e superações, durante todo o percurso metodológico com o propósito de fazer o conhecimento a respeito da temática avançar.

No decorrer da investigação percebemos que o Ensino Religioso precisa ser visto de forma mais abrangente. Ele deve ser capaz de contribuir com a ciência do homem na sua história, tanto em sua capacidade atual, quanto em sua visão de futuro. Deve ser tratado como algo que proporcione uma profunda capacidade de desenvolvimento de uma sociedade, na qual seus frutos podem ser vistos desde a mais tenra idade do educando.

É evidente a influência religiosa adquirida pela cultura a que somos expostos. O meio em que vivemos pode ser determinante na nossa vida religiosa, por esta razão seria tacanho pensar que, por vivermos numa sociedade majoritariamente cristã e ocidentalizada, Deus seja uma propriedade exclusiva do cristianismo. Se assim raciocinássemos, poderíamos negar que, pessoas como Gandhi, não tenham conhecido Deus apenas pelo fato de serem seguidoras do hinduísmo e não do cristianismo. Ao que nos parece, Gandhi encontrou seu vínculo sagrado dentro da religião hindu.

É fundamental ver o Ensino Religioso como ingrediente importante na formação de um cidadão ou cidadã. Importa ainda salientar que o Ensino Religioso não pode mais ser visto e praticado como forma de catecismo ou prática proselitista, quer na forma religiosa católica ou protestante de ensino. O Ensino Religioso, em sua prática, perde muito quando monopoliza uma determinada área de estudo ou religião. Os conceitos morais ensinados em Ensino Religioso devem permanecer na história contemporânea e futura, somente assim seus valores serão transformadores e validados como essencial conteúdo e aprendizado para o prolongamento com sucesso na vida dos que o receberem.

Porém, para fortalecimento dessa assertiva, é imprescindível que o sistema educacional vigente repense o currículo do Ensino Religioso, adequando-se as práticas do professor e a presença desse componente curricular na proposta pedagógica da escola como formas de superação aos desafios existentes no espaço

institucional de educação. A escola é o espaço sistematizado de formação social, por esta razão precisa proporcionar aos educandos uma educação global e, nesse contexto, os conteúdos propostos poderiam ser de ciência e religião que é ensino religioso científico. Ao contrário de uma divulgação de catequese, cujo cerne consiste em fazer seguidores, a ciência da religião também pode contribuir, uma vez que seu objetivo deve levar seus discentes a conhecer profundamente as religiões através de todos os meios de pesquisas, seja convivendo com os praticantes, ou pesquisando seus objetos contemporâneos e históricos.

Tendo os precedentes como norte, a pesquisa ora apresentada foi realizada com alunos de nono (9º) ano do Ensino Fundamental e seus professores de Ensino Religioso. Tínhamos a intenção de verificar a aceitação, ou não, do conteúdo deste tipo de ensino cristão entre alunos seguidores de diferentes religiões.

Diante do exposto questionamos: Como superar o modelo de Ensino Religioso de catequese a partir das Ciências das Religiões?

A partir da formulação da questão-problema, que funcionou como o núcleo de nossa pesquisa, surgiram as questões norteadoras, como suas consequências. Assim, nós perguntamos: 1ª) Como ocorre o Confessionalismo no Ensino Religioso Escolar? 2ª) Qual a concepção de Ensino Religioso praticada atualmente nas Escolas Públicas de Manaus/AM? 3ª) Como as Ciências das Religiões podem contribuir para o Ensino Religioso?

Como desdobramento aos questionamentos elaborados, o objetivo central da pesquisa se concentrou na possibilidade de construção de novas práticas educacionais com qualidade visando a não interferência em princípios gerais dos educandos como forma de promoção do Ensino Religioso. A partir deste objetivo geral, apresentamos nossos objetivos específicos, os quais descreveremos a seguir: 1º) Descrever como ocorre o Confessionalismo no Ensino Religioso Escolar; 2º) Verificar qual a concepção de Ensino Religioso praticada atualmente nas Escolas Públicas de Manaus/AM; 3º) Apresentar como as Ciências das Religiões podem contribuir com o Ensino Religioso.

Durante a trajetória investigativa tivemos a possibilidade de observar que, ao contrário do que pensávamos, não são apenas os professores que praticam um Ensino Religioso Confessional, mas os alunos também o desejam.

Desta forma, a relevância da pesquisa consiste em se apresentar o Ensino Religioso na proposta Ciência da Religião, o que difere muito do Ensino Religioso praticado por séculos em nosso País.

Assim, a apresentação da pesquisa será direcionada da seguinte maneira: No primeiro capítulo apresentaremos o **“Confessionalismo e Ensino Religioso Escolar”**. Nessa proposta fazemos um breve levantamento histórico do Ensino Religioso no Brasil, trazendo a abordagem especificamente para o Estado do Amazonas.

No capítulo seguinte, o leitor encontrará uma análise sobre o **“Ensino Religioso nas Escolas Públicas de Manaus no Estado do Amazonas”**, apresentando a participação dos alunos e professores das escolas que fizeram parte da pesquisa de campo. Para a realização da coleta de dados, no escopo desta metodologia, foram utilizados como recursos questionários para verificação da abordagem do Ensino Religioso em sala de aula.

No terceiro capítulo abordaremos o **“Ensino Religioso sob a ótica da contribuição das Ciências das Religiões”**, bem como o conceito da Ciência da Religião, e o Ensino Religioso como proposta na formação da cidadania de educandos da rede pública de ensino.

Nossa intenção, ao apresentarmos o produto analítico da pesquisa, é que ele contribua com aqueles que sentem o desejo de aprimorar sua visão reflexiva a respeito de Ciência da Religião e a melhor forma de transmiti-la aos alunos. Com este propósito em mente, desejamos a todos uma ótima leitura.

1 CONFSSIONALISMO E ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR

1.1 Breve Histórico do Ensino Religioso no Brasil

Neste primeiro capítulo temos como objetivo identificar o início do Ensino Religioso cristão no Brasil, passando pelos três períodos mais delineados do ponto de vista histórico, a saber: Colonial, Imperial e Republicano.

1.1.1. O Ensino Religioso no Período Colonial

No Brasil colônia a proposta educacional era fazer da escola um lugar de preparo para a missão. Os nativos eram os primeiros participantes desta finalidade educacional, neste sentido eles deveriam receber educação para serem promovidos à ocidentalização e cristianização. Os jesuítas eram responsáveis pela missão de organizar a educação dos nativos e incumbidos, por meio da igreja católica, a promoverem a catequização do povo nativo. Convém lembrar que, naquele contexto, ser católico não era uma opção, mas obrigação de todos que aqui residiam, estas normas faziam parte dos deveres de cidadãos, opor-se a isto era sinônimo de discordância social. Razão pela qual quem não concordasse era passível de sofrer perseguições.¹

Devido à qualidade do método aplicado ao ensino, também não havia muita garantia de sucesso na aprendizagem, segundo Pe. Guilherme D. Micheletti.

A situação da catequese daquele tempo era deplorável. Apresentava-se pobre de conteúdo, sem nenhuma consideração às etapas evolutivas na psicologia de crianças e jovens. O mistério da santíssima trindade era transmitido sem nenhuma referência salvífica, sem ligação com o Mistério Pascal de Cristo e completamente desligado da vida humana. O povo era muito mais devoto a participar das “vias-sacras”, a dolorosa paixão de Cristo, muitíssimo mais do que a seu Mistério Pascal. A igreja era vista mais como uma forte instituição jurídica e hierárquica do que como mãe dos povos e discípula do Senhor. Cresceram, e muito, as devoções populares, concretizadas na pregação de novenas e na carinhosa veneração a Santíssima Virgem e as relíquias dos santos.²

¹JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *História, Legislação e fundamentos do Ensino Religioso*. Curitiba, PR: Ibpex, 2008, p.16

²MICHELETTI, Pe. Guillermo. *Vocês gostariam de ser Catequistas?* 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 2008, p.33

Nesse cenário, os colonizadores, utilizando-se da força de suas espadas, lutaram para dominar a terra e seus nativos e convencê-los de seus pecados e de suas necessidades de fazer parte da vida civilizada. Toda essa ideologia tinha por base as pregações impostas, com promessas de vida mudada pela nova civilização, representada pelos sacerdotes, os quais por séculos foram para muitos a única fonte do saber.³

É relevante perceber que a igreja católica, no período colonial, tinha o monopólio das instituições de ensino. Somente no ano de 1771 é que a administração da escola passa para o Real Mesa Censória⁴. Nesse período foram criadas as primeiras salas de aula e também um imposto, denominado subsídio literário, para o pagamento dos professores. Isto diminuiu, mas não desfez totalmente a influência católica na tomada das resoluções educacionais do país.⁵

Lideranças governamentais do Brasil colônia estabeleceram novas propostas educacionais, mas nunca conseguiram repudiar o catolicismo que dificultava o progresso com o mesmo objetivo inicial, controlar era sua filosofia desde o início da colonização.⁶ Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER):

O projeto religioso da educação conflita com o projeto político dos reis e da aristocracia. É a fase da educação sob o motivo religioso. O que se desenvolve é a evangelização segundo os esquemas da época, ou seja, a cristianização por delegação pontifícia, autoridade de Roma, como justificativa do poder estabelecido, em decorrência do regime de padroado.⁷

Os PCNER, elaborados pelo Fórum Nacional do Ensino Religioso (FONAPER), destacam que o Ensino Religioso do Brasil no período colonial era ensino da religião, e que este era administrado pela religião oficial.⁸

³ JUNQUEIRA, 2008, p.17

⁴ Criado por alvará em 5 de abril de 1798 pelo governo de Pombal, transferindo o direito da igreja Católica para o Estado de censurar livros e periódicos considerados como perturbadores.

⁵ JUNQUEIRA, 2008, p. 18.

⁶ JUNQUEIRA, 2008, p. 18.

⁷ FONAPER. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso*. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 2010, p. 22.

⁸ FONAPER, 2010, p.23

1.1.2. O Ensino Religioso no período do Império

Quando o Brasil tornou-se império, no ano de 1822 pelo imperador D. Pedro I, foi oficializada a religião católica e o Ensino Religioso obrigatório como previa a legislação vigente em 1827, no art. 6. Essa lei determinava ao professor do império que deveria ensinar os discentes a ler, escrever, saber as operações de aritmética, prática de quadrados, decimais, proporções, as noções de geometria, a gramática da língua portuguesa, os princípios da moral cristã e da doutrina católica.⁹

Neste período, os jesuítas que haviam sido expulsos no ano de 1759 pelo Marquês de Pombal, voltam para o Brasil e retomam seus colégios e, a pedido do Papa Pio IX, combatem a maçonaria, o espírito científico e a própria modernidade, criando um conflito entre políticos e religiosos e abalando o regime imperial. Neste contexto, muitos da sociedade da época aderiram ao positivismo, buscando contato internacional e conquistando sua autonomia econômica, enquanto internamente o regime católico continuava procurando reestabelecer suas relações de poder.

1.1.3. O Ensino Religioso no período da República

Em 15 de novembro de 1889, quando o Brasil passa do regime império para a república, enfraquece o regime do padroado que dava ao imperador autoridade para indicar líderes para vários cargos eclesiásticos, tornando-os funcionários ordenados pelo governo com privilégios de funcionários públicos. Assim, o Brasil assume uma concepção de estado laico e a religião não deveria mais interferir nas decisões de política nacional. Isto acarretou em não custeio do governo aos professores do Ensino Religioso. Implantou-se o ensino leigo, que não perdurou por muito tempo, vindo se extinguir nas escolas públicas da época.¹⁰

O Brasil passava por profundas mudanças sociais, recebendo migrantes das camadas empobrecidas de vários países, além de negros que haviam saído de suas vilas e cidades ajudando na constituição de uma classe social marginalizada. Esta nova formação social levou os presidentes a refletirem sobre a necessidade de melhoria na educação formal do país, aderindo às ideias educacionais do

⁹ JUNQUEIRA, 2008, p.17.

¹⁰ JUNQUEIRA, 2008, p. 22.

positivismo de Auguste Comte, fazendo alterações no currículo e reestruturando os conteúdos.¹¹

Com as novas posturas educacionais adotou-se a indiferença religiosa, que segundo os líderes religiosos da época, promovia a apologia ao ateísmo e ao materialismo. Esta interpretação teve sua origem com os educadores franceses que aderiram à neutralidade escolar, abstendo-se do ensino religioso como forma de educação. Porém, diferente do que ocorreu no império, nesta época foram construídos muitos colégios protestantes e católicos respeitando-se o direito das pessoas buscarem sua autonomia religiosa.¹²

A constituição elaborada pelo jurista Rui Barbosa no ano de 1890, propôs uma igreja livre em um Estado livre, onde este não assume uma confissão religiosa, mas garante o direito de seus cidadãos professarem suas crenças. No entanto, segundo o jurista, o governo preferiu aderir a uma interpretação francesa de negar a presença religiosa entre seu povo.¹³

No ano de 1930, quando Getúlio Vargas assume a presidência e autoriza a instituição do Ensino Religioso na escola pública, passa a ganhar apoio dos bispos para o governo. Os direitos da igreja passam a ser defendidos por Augusto de Lima e posteriormente pelo Pe. Leonel França, assumindo a posição de que o Ensino Religioso fizesse parte da constituição de 1934, sendo matéria facultativa para o aluno e obrigatória para a escola.

Em 1937 Getúlio Vargas assume um governo ditatorial e impõem uma nova constituição redigida por Francisco Campos que retirou da constituição de 1934 dispositivos referentes à igreja. Assim o Ensino Religioso voltou a ser facultativo à escola.¹⁴

Com o fim do Estado Novo, em 1945, e com nova constituição a partir de 1946, a discussão voltou a se acirrar. Neste contexto, o ex-ministro da educação de Vargas, Gustavo Capanema, propõe que o Ensino Religioso constituísse de matrícula e frequência facultativas aos alunos, sendo que o aluno e a família tinham o direito de aceitar ou não este ensino.¹⁵

¹¹ JUNQUEIRA, 2008, p. 23.

¹² JUNQUEIRA, 2008, p. 24.

¹³ JUNQUEIRA, 2008, p. 25.

¹⁴ JUNQUEIRA, 2008, p. 27.

¹⁵ JUNQUEIRA, 2008, p. 27.

No período do regime militar (1964-1985), a educação sofreu perdas em seu progresso e, conseqüentemente, o Ensino Religioso também. A educação passou a valorizar a escola tecnicista que atenderia às necessidades de mão de obra para a indústria da época. Desta forma, este tipo de ensino segue no caminho da catequese, quando em sala de aula deve ser transmitido o que desenvolve a fé do discente.¹⁶

A partir do ano de 1995, quando o Projeto de Lei sobre a educação foi retomado, é discutida novamente a questão do Ensino Religioso. O projeto só é aprovado pelo Senado quando vários órgãos sociais fazem reivindicações pelo ensino que eles julgavam ser de grande importância para os valores fundamentais da vida.¹⁷

O artigo 33, da lei nº 9.394/1996, que defende o Ensino Religioso, foi interpretado como confessional, possibilitando um ensino de acordo com a confissão do aluno, já o interconfessional seria conduzido por professores indicados por várias origens religiosas. Eles ficariam responsáveis pelo desenvolvimento do respectivo programa, que antes de ser concluído gerou oposição quanto à frase: “sem ônus para os cofres públicos”. Desta forma, perceberam que o Ensino Religioso proposto precisaria ser avaliado em sua natureza, salvaguardando princípios da liberdade religiosa e do direito do cidadão na escola pública.¹⁸

Quando foi aprovada a prática do Ensino Religioso nas escolas públicas houve preocupações de autoridades sobre qual natureza deste ensino seria praticada. Com tantas discussões indefinidas o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, demonstrou preocupação desta prática ser novamente uma tentativa de doutrinação, salientando ainda uma transmissão que estudasse o fenômeno religioso voltado para a formação do ser humano, disseminando valores éticos que traria benefício para uma sociedade em mudança.¹⁹

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) continuaram cobrando do governo a criação de uma proposta que pudesse ser aceita como prática do Ensino Religioso, sem ferir direitos de uma população em um país laico. Entre as cobranças estava a

¹⁶ JUNQUEIRA, 2008, p. 28.

¹⁷ JUNQUEIRA, 2008, p. 31.

¹⁸ JUNQUEIRA, 2008, p. 32.

¹⁹ JUNQUEIRA, 2008, p. 33.

preocupação do Estado em não financiar este ensino, no entanto, seu argumento de que este traria benefícios para a população sem ferir o direito de cada um expressar sua religião, com apoio de políticos conseguiram fazer o Estado firmar compromisso financeiro com os gastos docentes e aprovação final da prática deste ensino na lei: 9.475/97.²⁰

1.2 Breve Histórico do Ensino Religioso no Amazonas

Conforme Palheta, a constituição de 1988 efetivou o Ensino Religioso como área de conhecimento, deixando de ser parte dos temas transversais. Ele passa a ser reconhecido como elemento integrante da formação básica do cidadão.

Em 1996, quando houve uma definição legal para o Ensino Religioso na lei (9.394/1996), esta defendia que:

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter: I – confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou II – interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa (LDB 9.394/96).

Porém, segundo Palheta (2009) a tentativa de se implementar um Ensino Religioso confessional, sem custo para o Estado, foi um fracasso. Houve necessidade rápida de se promover as mudanças legais necessárias, dessa forma, no ano seguinte foram feitas alterações na lei frente às manifestações contrária ao ensino proposto. A lei modificada definiu que:

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer forma de proselitismo”. 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidades civis, constituídas pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso. Desta forma, o Estado passou a assumir todas as responsabilidades, quanto à oferta do Ensino Religioso nas escolas públicas (Lei nº 9.475).

²⁰ JUNQUEIRA, 2008, p. 33.

Esta lei trouxe benefícios, mas não resolveu todos os questionamentos dela decorrentes, um deles seria: Quem ensinará Ensino Religioso? A resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), nº 02/97 advoga que o docente tenha nível superior. Passados dois anos o mesmo CNE/CP, nº 097/99, advoga que os professores devem ter habilitação específica para transmitir o Ensino Religioso. Depois das aprovações legais, o Ensino Religioso começou a encontrar seu espaço na escola. No entanto, não havia uma política pedagógica que pudesse definir o que se deveria ensinar nessa disciplina.

Considerando que cada região do Brasil deveria arcar com sua responsabilidade de definição dos conteúdos e prática pedagógica, vários rumos foram tomados. No Amazonas o mais significativo deles definia que o Ensino Religioso não seria uma área de conhecimento específico. Assim, este passou a ser praticado como tema transversal.²¹

Através da resolução CNE/CEB nº 04, de 2 de julho de 2010, passa a definir as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e esta aparece no artigo 14º, Parágrafo 1º, assim transcrito:

Integram a base nacional comum; a) Língua Portuguesa; b) Matemática; c) Conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da História e das Culturas Afro-Brasileira e indígena; d) Arte, em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a música; e) Educação Física; f) Ensino Religioso.

No mesmo ano, sanciona-se a resolução CNE/CEB nº 07, de 14 de dezembro de 2010 sendo estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, alcançando assim o mesmo espaço das demais áreas curriculares. Destacamos que:

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino fundamental serão organizados em quatro áreas de conhecimentos: **I – Linguagens:** a) Língua Portuguesa; b) Língua Materna, para populações indígenas; c) Língua Estrangeira Moderna; d) Arte; e e) Educação Física; **II – Matemática;** **III – Ciências da natureza;** **IV – Ciências Humanas:** a) História; e b) Geografia; **v – Ensino Religioso.**²²

²¹ PALHETA, Francisco S. B. Legislação Federal e Estadual quanto ao Ensino Religioso Escolar: perspectivas e desafios. SEDUC/AM. 2013, p.25

²² CNE/CEB apud PALHETA, 2013, p. 15

Quando o Ensino Religioso passa a compor o quadro curricular do Ensino fundamental é também defendido que este tenha como base teórica específica as ciências das religiões em sintonia com as ciências humanas. Dessa forma, o Ensino Religioso foi encontrando espaço legal e pedagógico com estabilidade permanente no Estado do Amazonas. No entanto, essa prática necessita de ajustes para sua operacionalização, dessa forma, educadores Municipais e Estaduais caminham buscando a melhoria na qualidade do Ensino Religioso.²³

1.2.1. O Ensino Religioso e a Lei: 9.394/96

O artigo 33, da Lei nº 9.394/96, foi aprovado para viabilizar a prática do Ensino Religioso nas instituições de ensino, porém, diferente do que ocorre em relação às demais disciplinas escolares, não deveria ter seu custo financiado pelo Estado. Conseqüentemente, a prática da resolução contaria com ação voluntária de professores que poderiam abordar em sala de aula o ensino que bem entendessem, provavelmente, este ensino seria uma sequência de seu entendimento e prática religiosa. Com este equívoco legal, ou seja, a indefinição de orçamento para a educação nesta disciplina e sem uma resolução pedagógica específica, este poderia aparecer novamente com características confessionais.²⁴

O artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) contém 11 (onze) itens que amparam as leis que fazem parte da educação brasileira, são princípios nacionais que devem ser obedecidos por autoridades políticas que pretendem propor uma nova lei a educação. Citaremos este artigo na íntegra com o objetivo de identificar as possíveis falhas da elaboração da lei 9.394/96.

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar cultura, o pensamento a arte, o saber. III – pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância. V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. VI – gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais. VII – valorização do profissional da educação escolar. VIII – gestão democrática do ensino público na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino. IX – garantia de padrão de qualidade. X

²³ PALHETA, 2013, p.15.

²⁴ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O Processo de Escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p.45.

– valorização da experiência extraescolar. XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.²⁵

A lei 9.394/96 tem características que não harmonizam com os princípios nacionais, ela defendia que:

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina nos horários normais das escolas públicas de educação básica, sendo oferecido sem ônus para os cofres públicos de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou com seus responsáveis, em caráter: 1 – confessional de acordo com a opção religiosa do aluno ou seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas. 2 – interconfessional, resultado de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizaram pela elaboração do respectivo programa.²⁶

1.2.1 “*Sem ônus para os cofres públicos*”. É contrário ao artigo 3º item VI da LDBEN 9.394/96 que defende um ensino gratuito. Esta definição legal foi baseada no fato de uma possível volta de antigas práticas educacionais que o Estado manteve com liderança católica quando esta administrava o Ensino Religioso nacional.²⁷

1.2.2 “*Necessidade de compreensão pedagógica*”. Quando a lei 9.394/96 advoga um Ensino Religioso que terá seu conteúdo profissional orientado por uma igreja que reproduz erros políticos e acadêmicos que no passado comprometeram o sucesso deste ensino. Nossa longa história de pluralidade de metodologias deste ensino é devido a não termos uma diretriz que consiga alcançar uma prática docente no espaço nacional. Dessa forma, deixando esta resolução para as igrejas, sem um acompanhamento legal, abrirá portas para todo tipo de situação, comprometendo o real significado da importância deste ensino.²⁸

1.2.3 “*Ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno ou responsável*”. Esta definição da lei a autoriza ser confessional, contrariando o direito próprio de cada um a ter sua religião. Um grande problema deste tipo de Ensino Religioso seria sua prática em um país laico, onde este ensino confessional sempre foi visto como maneira de catequizar.²⁹

²⁵ JUNQUEIRA, 2008, p.62.

²⁶ JUNQUEIRA, 2008, p. 60.

²⁷ JUNQUEIRA, 2008, p. 61.

²⁸ SENA, Luzia. *Ensino Religioso e Formação Docente*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 22.

²⁹ SENA, 2007, p. 23.

1.2.4 “Professores e orientadores seriam preparados e credenciados pelas igrejas e entidades religiosas”. Esta resolução é oposta a decisão de um país que tem discurso laico diante da sociedade. Com esta liberdade, as igrejas trabalhariam novamente conteúdos religiosos e não teriam como importante um Ensino Religioso como área de conhecimento.³⁰

Mediante tantas distorções da lei: 9.394/96, o presidente Fernando Henrique Cardoso, ao assinar a LDBEN, solicitou ao ministro da Educação Paulo Renato Souza que reavaliasse o Ensino Religioso, seguido de muitas discussões, ela foi modificada sendo baseada nos princípios nacionais de educação artigo 3º da LDBEN:³¹ A lei 9.394/96 foi revisada recebendo nova versão na lei nº 9.475/1997 e no ano de 1998 “o CNE publicou as Diretrizes Nacionais do Ensino Fundamental por meio da resolução nº 2/1998, confirmando o Ensino Religioso como área de conhecimento”.³² Abaixo temos a última resolução da decisão legal do Ensino Religioso.

Art.33 O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica, assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedada qualquer forma de proselitismo.³³

1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.³⁴

2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas para a definição de seus conteúdos.³⁵

Devemos compreender que esta última elaboração da lei foi a que melhor definiu o formato legal do procedimento que deve ser trabalhado os conteúdos de Ensino Religioso. Alcançar o objetivo da área de conhecimento, sem forçar ninguém a seguir uma religião é o que buscamos na legalidade de um país laico em sua malha religiosa. Os direitos de expressar o que se sente jamais devem ser inibidos, no entanto, nunca devemos usar espaços que não foram produzidos com este objetivo.

³⁰ SENA, 2007, p. 23.

³¹ JUNQUEIRA, 2008, p. 61.

³² JUNQUEIRA, 2008, p. 63.

³³ JUNQUEIRA, 2008, p. 60.

³⁴ JUNQUEIRA, 2008, p. 60.

³⁵ JUNQUEIRA, 2008, p. 60.

Citaremos na íntegra a lei elaborada para a prática do Ensino Religioso no município de Manaus e no Estado do Amazonas.

1.2.2. Lei 138

Lei Promulgada nº 138/2013 de 17/04/2013.

Ementa DISPÕE sobre a oferta de Ensino Religioso nas escolas do Sistema de Ensino do Amazonas e dá outras providências.

Texto A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, na forma da alínea e, I, do artigo 17, da Resolução Legislativa n. 469, de 19 de março de 2010,

Regimento Interno, faz saber a todos que a presente virem que promulga a seguinte

LEI PROMULGADA:

Art. 1.º O Ensino Religioso, parte integrante da formação básica do cidadão, constitui componente curricular das escolas públicas de ensino fundamental e da educação de jovens e adultos, no Estado do Amazonas. Parágrafo único. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, respeitará a diversidade cultural e religiosa do Brasil, sendo vedadas quaisquer formas de discriminação, proselitismo e de abordagens de caráter confessional. Art. 2.º O Ensino Religioso visa subsidiar o aluno na compreensão do fenômeno religioso presente na cultura e sistematizado por todas as tradições religiosas, e terá tratamento igual a outras disciplinas da educação básica, no que couber. Art. 3.º A não opção pela disciplina Ensino Religioso deve ser manifestada por escrito no início do ano letivo pelo aluno, pai ou responsável, perante a direção da unidade escolar. § 1.º A escola deve apresentar, no ato da manifestação, a proposta pedagógica de Ensino Religioso para referenciar a sua opção ou não. § 2.º Os estabelecimentos de ensino devem oferecer aos alunos que não optarem pelo Ensino Religioso, no mesmo turno e horário, conteúdos e atividades de formação para a cidadania, incluídos na programação da unidade escolar. Art. 4.º O Ensino Religioso será ministrado de forma a incluir aspectos da religiosidade em geral, da religiosidade brasileira e regional, da fenomenologia da religião, da antropologia cultural e filosófica, e da formação ética. Parágrafo único. Cabe ao órgão competente do Sistema Estadual de Ensino estabelecer as diretrizes curriculares para o Ensino Religioso, ouvidas entidade civil constituída pelas diferentes denominações religiosas, cultos e filosofias de vida e entidades legais que representem educadores, pais e alunos. Art. 5.º Os conteúdos de Ensino Religioso devem ser organizados com a observância do disposto no Art. 33, § 2º, da Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com a redação dada pela Lei n. 9.475/97. Parágrafo único. O Ensino Religioso será ministrado dentro do horário normal das escolas da rede pública e sua carga horária integrará as 800 horas mínimas previstas para o ano letivo. Art. 6.º Os conteúdos programáticos da disciplina Ensino Religioso devem ser organizados dentro dos seguintes eixos: I - Antropologia das Religiões: o fenômeno religioso é entendido como construção cultural da humanidade, manifestada por meio de crenças e religiões, que interagem com o cotidiano por ela vivido e produzido. II – Sociologia das Religiões: o fenômeno religioso é estudado do ponto de vista dos aportes e conflitos civilizatórios, criados por sociedades humanas, formados por experiências de diferentes crenças. III - Filosofia das Religiões: o fenômeno religioso é tratado como manifestação ética da humanidade e como forma de compreensão do vivido, assim como da destinação humana, por meio das divindades, dos textos sagrados, das espiritualidades. IV - Psicologia das Religiões: o

fenômeno religioso é compreendido a partir dos acontecimentos vividos pelo homem. V - Literatura sagrada e símbolos religiosos: referem-se aos livros sagrados das religiões monoteístas e também orais, culturais e simbólicas, dos cultos afro-brasileiros de matriz africana e dos indígenas brasileiros. Art. 7.º Os conteúdos do Ensino Religioso serão ministrados como disciplinas a partir do 6º ano do ensino fundamental, e também nas séries da educação de jovens e adultos. § 1º - Nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental os conteúdos serão trabalhados como tema transversal, de acordo com os princípios desta lei. § 2º - Para fins de promoção daqueles que optarem por cursar Ensino Religioso, componente curricular do projeto político-pedagógico da unidade escolar, dispensam-se os resultados da avaliação da aprendizagem. Art. 8.º O exercício da docência do Ensino Religioso na rede pública estadual de ensino fica reservado a integrantes efetivos do quadro do Magistério da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, garantida a isonomia salarial e que atenda a um dos seguintes requisitos: I - Diploma de Licenciatura Plena em Ensino Religioso, Ciências da Religião ou Educação Religiosa; II - Diploma de Licenciatura em Pedagogia, com habilitação para o magistério de 1º ao 5º ano do ensino fundamental; III - Diploma de Licenciatura em qualquer área do conhecimento com curso de especialização Lato-sensu ou Strictu-sensu, em Ensino Religioso, em Ciências da Religião ou equivalente; IV Diploma de Bacharel em Teologia com complementação pedagógica nos termos da resolução 02/97 do Plenário do Conselho Nacional de Educação. Parágrafo único. Constitui pré-requisitos para a docência de Ensino Religioso, a formação conforme descrito nos incisos I, III e IV, o cadastramento feito pela SEDUC e encaminhado para o credenciamento na Representação do Conselho Federal de Teólogos/Secção AM. Art. 9.º É garantido ao profissional que satisfizer requisito definido em inciso do artigo anterior o direito de participar de concurso público para a docência de Ensino Religioso na rede pública de ensino. Parágrafo único. Inscrição em concurso público dependerá de prévia apresentação da carteira de identidade profissional ou certidão do Conselho Regional de que o profissional está no exercício de seus direitos, em conformidade com a resolução n. 01, de 14 de dezembro de 2003, do Regimento Interno do Conselho Federal de Teólogos. Art. 10 - A formação do professor para o Ensino Religioso dar-se-á em cursos de: I - Atualização ou Aperfeiçoamento; II - qualificação profissional; III - extensão universitária; LEI PROMULGADA N. 138, DE 11 DE ABRIL DE 2013. IV - em nível de pós-graduação; Parágrafo único. Os cursos de formação para a docência do Ensino Religioso terão no mínimo 360 horas e poderá ser oferecido também, pelas denominações religiosas em Seminários e Faculdades de Teologia, desde que devidamente registrada como pessoa jurídica junto a Representação do Conselho Federal de Teólogos e tendo os seus projetos de cursos submetidos à apreciação do Conselho Estadual de Educação. Art. 11 Às escolas particulares, confessionais, comunitárias e filantrópicas do Sistema Educativo do Amazonas, aplicam-se integralmente os princípios gerais estabelecidos nesta lei. Art. 12 As escolas confessionais do Sistema Educativo do Amazonas ao requererem autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento devem estabelecer o seu caráter confessional em todos os seus documentos. Parágrafo único. A opção da mantenedora de escola particular por uma confissão religiosa não a desobriga de respeitar as crenças individuais de professores, alunos, pais e de todos quantos com ela se relacione. Art. 13 Os casos omissos nesta lei serão dirimidos pelo Conselho Estadual de Educação. Art. 14 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

O 1º Artigo da Lei resguarda um Ensino Religioso que defenda as diferenças religiosas e culturais, no entanto, segundo Palheta:

Fica claro que a legislação maior do Estado não elaborou nada de específico para o Amazonas e se limita em concordar com o que já havia sido legislado em nível nacional na constituição de 1988 e na LDB. Essa concordância legal, não tem sido o suficiente para garantir o reconhecimento do valor de cada expressão das diversidades de formas como o fenômeno religioso se apresenta em nosso estado, o que temos observado na prática é um silêncio intencional quanto às manifestações das religiosidades majoritárias especificamente as cristãs, católicas e evangélicas. Diante deste quadro, facilmente verificamos na história do Ensino Religioso no Amazonas tanto no passado quanto no presente, proselitismo, imposições, preconceitos, discriminações por vezes praticados por educadores e até institucionalmente.³⁶

Para cumprir a legalidade do Ensino Religioso o 1º Artigo deveria ser ampliado tratando da legalidade com os grupos minoritários. Tratar a respeito de educação no Amazonas sem considerar nossa matriz religiosa indígena é um equívoco que compromete o discurso pluralista, dessa forma, vale ressaltar que deveria ser discutida a possibilidade de grupos minoritários e em especial, o povo indígena terem seus direitos de expressão assegurados em bases legais.

No art. 3º- A lei garante ao aluno matrícula facultativa, porém exige que ele ou seu responsável legal deve, por escrito, apresentar pedido alegando não querer estudar assunto de Ensino Religioso em sala de aula, em desacordo com o próprio princípio de facultatividade. Assim, nas três escolas onde perguntamos sobre os alunos que não aceitavam o Ensino Religioso, por não haver opção de atividade, eles deveriam assistir às aulas, mesmo que não estivessem de acordo, ou seja, a Lei que faculta é a mesma que nega o direito à livre escolha.

O Conselho Estadual de Educação do Amazonas (CEE-AM) em consonância com o Conselho do Ensino Religioso do Amazonas (CONER-AM) a partir do ano 1997 aprovou a inserção do Ensino Religioso como parte integrante da formação básica do cidadão.³⁷

Dessa forma, a legalidade do Ensino Religioso no Amazonas precisa encontrar uma identificação própria, não sendo possível construir uma ampla visão educacional para o Ensino Religioso neste Estado enquanto, simplesmente, forem copiadas as leis federais, na medida que essas mesmas reconhecem a necessidade

³⁶ PALHETA, 2013, p. 19

³⁷ PALHETA, 2013, p. 19

de haver melhor contextualização das leis estaduais. Somente assim encontraremos uma possível solução que contextualize nossos problemas e nossas soluções. Discutir os problemas com base nas Leis Federais e aplicá-las nos contextos Estaduais pode ser a forma mais equilibrada de praticar a Lei sem ferir os direitos das pessoas, que respeitadas em suas religiões, poderão ter uma visão mais abrangente a respeito do livre arbítrio de escolhas.

1.2.3. Currículo e Prática Pedagógica

Quanto à construção do currículo de Ensino Religioso praticado no Estado do Amazonas e no Município de Manaus, foram formados grupos de profissionais da Educação que discutiram o assunto e elaboraram currículos que pudessem atender às necessidades das exigências legais e pedagógicas das Secretarias Municipais e Estaduais. Nesta proposta curricular apresentaram várias orientações com o objetivo de mostrar o que está sendo feito em nível de Estado e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação para o avanço do Ensino Religioso. Para melhor identificação destes objetivos citaremos a seguir alguns destes conselhos:

1° - Objetivando lembrar que o Ensino Religioso, enquanto valor ético e moral, deve ser discutido como tema transversal em todo processo educativo, destacamos que a disciplina tem caráter supra confessional, podendo ter a participação de todos os alunos independentemente de sua crença ou fé religiosa, de uma forma essencialmente eclética. 2° - Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o Ensino Religioso deve se fundamentar nos princípios da cidadania e do entendimento do outro na sua plenitude, com o compromisso de formação da cidadania, devendo promover valores universais, éticos, religiosos visando além de professar crenças (SEDUC, 2010, p. 194).

A proposta curricular elaborada pela Secretaria do Estado indica os conteúdos e apresenta metodologias que podem contribuir com orientadores e professores no planejamento escolar. É proposto o uso de todo tipo de material pedagógico favorecendo o aprendizado do educando, também indica que educadores busquem apoio de outras instituições do governo através do chamado Projeto Político Pedagógico (PPP), que auxiliará as escolas a promover o ensino com participações dinâmicas, atrativas e sem custo adicional. Esta proposta termina apontando várias sugestões de atividades que podem ser usadas por professores e orientadores na produção de seu plano de aula e sua prática pedagógica.

A secretaria criou um objetivo geral abrangendo todas as séries e dividiu o ensino fundamental do primeiro ao quinto ano, sexto e sétimo ano e oitavo e nono ano com objetivos específicos. Abaixo citaremos os conteúdos³⁸ considerados como os mais importantes para fundamentar o Ensino Religioso em sala de aula.

Conteúdo de Ensino Religioso do 6º e 7º ano.

- Quem sou eu? Quem somos nós?

- a) Em busca da identidade;
- b) Religiosidade;

- Comunidade:

A família;

- a) O bairro;
- b) A escola;
- c) O mundo.

- Vida:

- a) Dom de Deus;
- b) Atributo da imagem de Deus (inteligência, vontade e liberdade);
- c) Valor da vida: o que destrói (drogas, violência etc);
- d) Capacidade criativa e trabalho para alcançar o objetivo: a questão da fé.

- Crescimento:

- a) Fases da vida: puberdade e adolescência;
- b) Amor em todos os aspectos;
- c) Valores e contravalores.

- A consciência

- a) Livre arbítrio;
- b) Consequência das escolhas;
- c) O bem e o mal;
- d) Valores;
- e) Influência dos pais e educadores.

- O indivíduo

- a) Desenvolvimento pessoal;

³⁸ Estes conteúdos fazem parte da Proposta Curricular da disciplina de Ensino Religioso do Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano da SEDUC- AM.

- b) Direitos (direitos humanos);
- c) Deveres.

Conteúdo de Ensino Religioso do 8º e 9º ano.

- Quem sou eu? Quem somos nós?
 - a) O papel do cidadão no contexto familiar, social e religioso.
- Educação
 - a) Necessidades;
 - b) Oportunidades;
 - c) Aplicações;
 - d) Desafios;
 - e) Trabalho.
- Papel do ser humano
 - a) Ética;
 - b) Justiça;
 - c) Fraternidade;
 - d) Respeito mútuo;
 - e) Diálogo (verbais soluções de conflito).
- As diversas religiões e o ecumenismo
- Relações afetivas
 - a) Namoro;
 - b) União matrimonial;
 - c) A responsabilidade na criação dos filhos;
 - d) Valores na família: respeito, compreensão, limites.
- Temas atuais
 - a) Desigualdades sociais;
 - b) Poder e corrupção;
 - c) Gravidez na adolescência;
 - d) Abuso e exploração sexual;
 - e) Drogas;
 - f) Agressividade, criminalidade e suicídio;
 - g) Degradação ambiental.
- Sugestão de recursos complementares
 - a) Datas comemorativas religiosas;

b) Textos da campanha da fraternidade.

Esta é a proposta elaborada pela Secretaria do Estado e visa beneficiar toda a prática do Ensino Religioso realizado na instituição escolar sob sua perspectiva.

Em relação à proposta elaborada pela Secretaria Municipal, os educadores elaboraram cinco eixos temáticos que devem ser abordados partindo do conhecimento que o estudante teve acesso fora da sala de aula por meio da cultura, da comunicação, da observação do meio ambiente ou da organização familiar. Estes conteúdos e objetivos estão separados pelas séries e podem ser usados como guia de estudo, ou base que norteia os conteúdos que podem ser trabalhados. Abaixo citaremos os cinco eixos temáticos como objeto de leitura e análise do leitor que desejar descobrir esta proposta com mais detalhes.

- Ritos, festas, locais sagrados e símbolos – centros religiosos, templos, igrejas, sinagogas, mesquita, terreiros, casas de reza, cerimônias, oferendas, cultos, liturgias, rituais etc.
- Tradições religiosas – indígenas, africanas e afro-brasileiras, judaísmo, xintoísmo, hinduísmo, budismo, islamismo, fé, bahá'i, protestantismo, catolicismo, pentecostalismo, novos movimentos religiosos, ecléticos e sincréticos, religião cigana e outras.
- Teologias das tradições religiosas – diferentes nomes e atributos do ser transcendente, diferenças e semelhanças doutrinárias entre as tradições religiosas, mitos de origem, crença na imortalidade, ancestralidade, reencarnação, ressurreição.
- Textos sagrados – (orais) mitos e cosmovisões das tradições indígenas, ciganas e africanas; (escritos) livros sagrados das antigas civilizações e das tradições religiosas atuais.
- Ethos dos povos e das culturas – costumes e valores dos povos e de suas religiões.

Os temas acima objetivam um ensino religioso sem ser catequético ou proselitista, transmitindo uma educação plural e laica, que desenvolva nos alunos um conhecimento capaz de criar em si uma consciência de convivência com outras

religiões sem preconceitos ou juízo de valor à qualquer tipo de ação ou movimento religioso.³⁹

1.2.4. Materiais Didáticos

Nas aulas de Ensino Religioso de Escolas Estaduais e Municipais de Manaus, professores e alunos não dispõem de nenhum material didático preparado pelo Estado ou Município, sendo que os professores de ambas as secretarias buscam onde podem encontrar algum material para ser usado na elaboração de aulas para o Ensino Religioso. Os professores ressaltaram que, normalmente, conseguem estes materiais em *sites* que discutem a temática de religião, sua interpretação em um país laico e demais conteúdos são encontrados com líderes religiosos de igrejas ou outras autoridades. Em sala de aula os professores exploravam os conteúdos com desenhos, pinturas, resumos, pesquisas em sites, avaliações etc.

³⁹ SEMED, Secretaria Municipal de Educação, Subsecretaria de Gestão Educacional, Departamento de Gestão Educacional, Divisão de Ensino Fundamental. Proposta Curricular 6º ao 9º ano, Ensino Religioso. Manaus, 2014, p.18.

2 O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MANAUS NO ESTADO DO AMAZONAS

A seguir faremos uma descrição de nossa pesquisa de campo. Nossa intenção é descrever os procedimentos utilizados para coletar os dados analisados em nosso trabalho, ora apresentado. Posteriormente, descreveremos a respeito da legislação, currículo, prática pedagógica, pesquisa de campo e material didático. No término deste capítulo apresentaremos as características mais visíveis da qualidade do Ensino Religioso no Amazonas.

No percurso da pesquisa solicitamos a autorização da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC) para a realização da ida a campo, após dois ou três meses, ambas concederam autorização de 03 escolas Municipais e Estaduais para a realização da coleta a respeito do Ensino Religioso praticado nestas escolas.

As escolas indicadas eram da periferia de Manaus e representavam a maioria da população desse município, que é de baixa renda. Os pais dos alunos trabalhavam nas indústrias, comércios e demais serviços gerais que podiam ocupar para promover o sustento e manutenção familiar.

Para obtenção das informações almejadas, elaboramos um questionário para ser aplicado aos discentes, contendo 13 (treze) questões descritivas e objetivas relacionadas com a qualidade do ensino que é praticada no Município de Manaus. A análise desse questionário realizado teve o intuito de compreender o que os alunos pensavam a respeito do Ensino Religioso, qual a sua importância, objetivo, qualidade do ensino, quem deveria ensinar e qual o tipo de ensino que deve ser praticado em sala de aula, o quanto que o Ensino Religioso contribui na resolução de conflitos, bem como, se a família concordava com o tipo de ensino religioso que os discentes recebiam.

Realizamos também a pesquisa com os professores, com o objetivo de saber o que eles pensavam a respeito do significado do Ensino Religioso na educação brasileira, com perguntas que revelassem seu conhecimento da legalidade desta prática religiosa, que conhecimentos possuem em relação às ciências das religiões, se praticam o ensino religioso baseado nas ciências das religiões ou ainda seguem o antigo Ensino Religioso proselitista e confessional.

A pesquisa com os alunos e professores também teve a finalidade de saber se o Ensino Religioso praticado na sala de aula os ajuda a conhecer o objeto religioso de forma cultural, destacando as áreas de estudo mais importantes para os alunos, além da existência de um planejamento pedagógico, como são programados os conteúdos e demais disciplinas escolares.

A partir dos dados obtidos nas salas de aula do nono ano poderemos concluir se existem semelhanças e/ou divergências, quanto à qualidade da oferta do Ensino Religioso Municipal e Estadual.

É possível que a análise qualitativa nos revele o que os professores, além de suas representações a respeito do assunto, estão ministrando em sala de aula. Bem como, o que eles precisam fazer no sentido de provocar melhorias no Ensino Religioso e o que falta de contribuição dos órgãos educacionais para que os docentes tenham condições de trabalharem tal ensino de maneira mais adequada.

Após aplicarmos os questionamentos aos professores e também após momentos de diálogo com eles, destacamos alguns pontos julgados apropriados à reflexão, os quais destacamos a seguir. Nesse sentido, observamos se estes:

- Elaboravam um planejamento de aula, sendo mensal, bimestral ou outro;
- Sabiam os conteúdos requeridos pela SEDUC ou SEMED;
- Recebiam o atendimento pedagógico para elaborar seu planejamento;
- Recebiam complemento pedagógico que ajudassem, principalmente, aos professores de outras áreas, a trabalhar Ensino Religioso.

2.1 Pesquisa de Campo em Escolas Estaduais em Manaus

Da pesquisa que realizamos com o intuito de buscar respostas às nossas indagações sobre o Ensino Religioso, vale salientar que algumas perguntas serviram como forma de contextualizar o objetivo geral e não aparecerão como item específico, ou seja, não as citaremos diretamente, porém nas entrelinhas perceberemos sua razão em fazer parte do conjunto investigativo, das indagações escritas, com objetivos de alcançarmos o resultado final. Abaixo temos a descrição das escolas, cujas letras determinamos para identificá-las nesta parte descritiva da nossa pesquisa.

Descrição das escolas:

- Escola A: Escola Estadual do Céu Vaz D' Oliveira
- Escola B: Escola Estadual Ernesto Pinho Filho
- Escola C: Escola Estadual Ana Neire Marques

Respondera ao questionário o número de 342 (trezentos e quarenta e dois) alunos do nono ano, oriundos das três escolas acima. Assim, elaboramos 13 (treze) perguntas com a finalidade de elencar as respostas acerca da realidade do Ensino Religioso em escolas Estaduais em Manaus. A seguir, apresentaremos os resultados do questionário preenchido individualmente pelos alunos, em horário combinado com a coordenadora pedagógica, porém, somente com a presença do pesquisador em sala de aula.

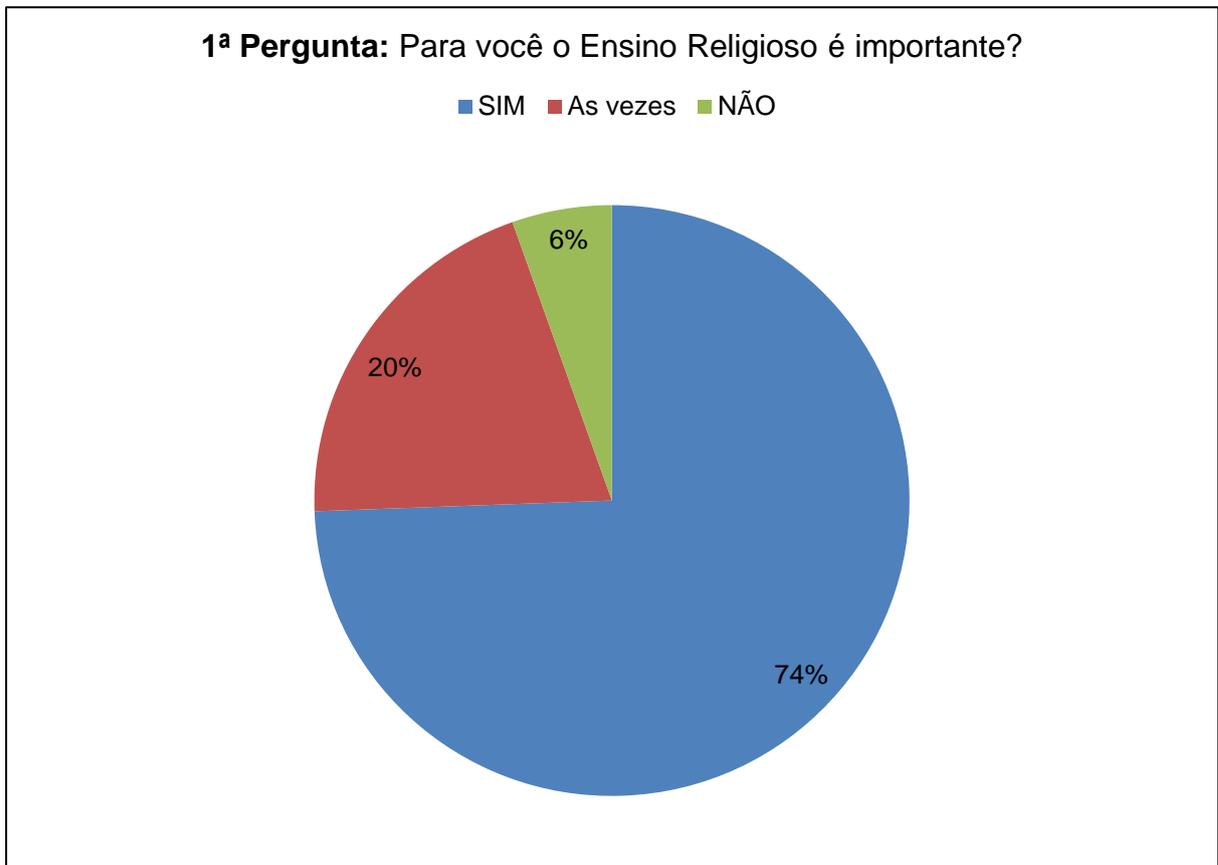


GRÁFICO 1: RESPOSTAS DA PRIMEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

TABELA 1: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA PRIMEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

| Escolas | Algumas Respostas Subjetivas |
|--------------|--|
| A-129 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) A importância de estudar o Ensino Religioso é aprender outras religiões. b) Estudar doutrina é importante principalmente para aqueles que não são convertidos. c) É agressivo quando os colegas e professores comparam as religiões e decidem qual a melhor. d) Não é importante porque não é assunto de escola. |
| B-102 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Ensino Religioso é o ensino das Religiões. b) Este ensino ajuda na convivência. Orienta quanto ao objetivo da vida. c) Acreditam que a doutrina deve ser debatida em sala de aula. As vezes gera brigas. d) Não é importante porque não gosto de estudar Bíblia. |
| C-111 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Assuntos de ética, relacionamentos, convivência, respeito aos direitos dos outros, deve ser nosso maior aprendizado. b) Religião ajuda a enxergar o mundo do outro. c) Só é importante quando o assunto pode ser dito para todos. d) Não é importante porque sou ateu. |

Nos dados da Tabela 1 nós dividimos as respostas em “a” e “b” para alunos que acreditam ser o Ensino Religioso importante para sua vida. Nas respostas subjetivas é importante observar que assuntos de ética, convivência, relacionamentos, conhecimento de outras religiões são assuntos que devem ser estudados porque fazem parte da educação formal, a qual é importante para a convivência social harmoniosa. Para os contrários, a prática do Ensino Religioso no espaço público vale lembrar que, na pesquisa, 74% dos alunos assinalou como “importante” tratar do Ensino Religioso em sala de aula. A resposta “c”, refere-se aos alunos que disseram que o Ensino Religioso às vezes é importante e na resposta subjetiva, alegaram que parte deste ensino, foge do objetivo dando espaço para a catequese ou discussões religiosas que não faz parte do contexto da escola pública. A resposta “d” foi dada por alunos que afirmaram não ser importante o Ensino Religioso. Não podemos esquecer que hoje no Brasil, segundo o último senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há uma percentagem de pessoas que se declarou sem religião e ateus. Dessa forma, é preciso perceber que o espaço escolar também recebe um grupo de pessoas, formado por crianças e adolescentes oriundos de lares onde livros e assuntos religiosos não são aceitos.

Nas respostas subjetivas dos que disseram não seguir a nenhuma religião encontramos afirmações que negam qualquer crença em livros sagrados e consideram este tipo de ensino na escola como perda de tempo. Assim sendo, também é preciso possibilitar a existência de um espaço que assegure o direito à liberdade de escolha a esses alunos.

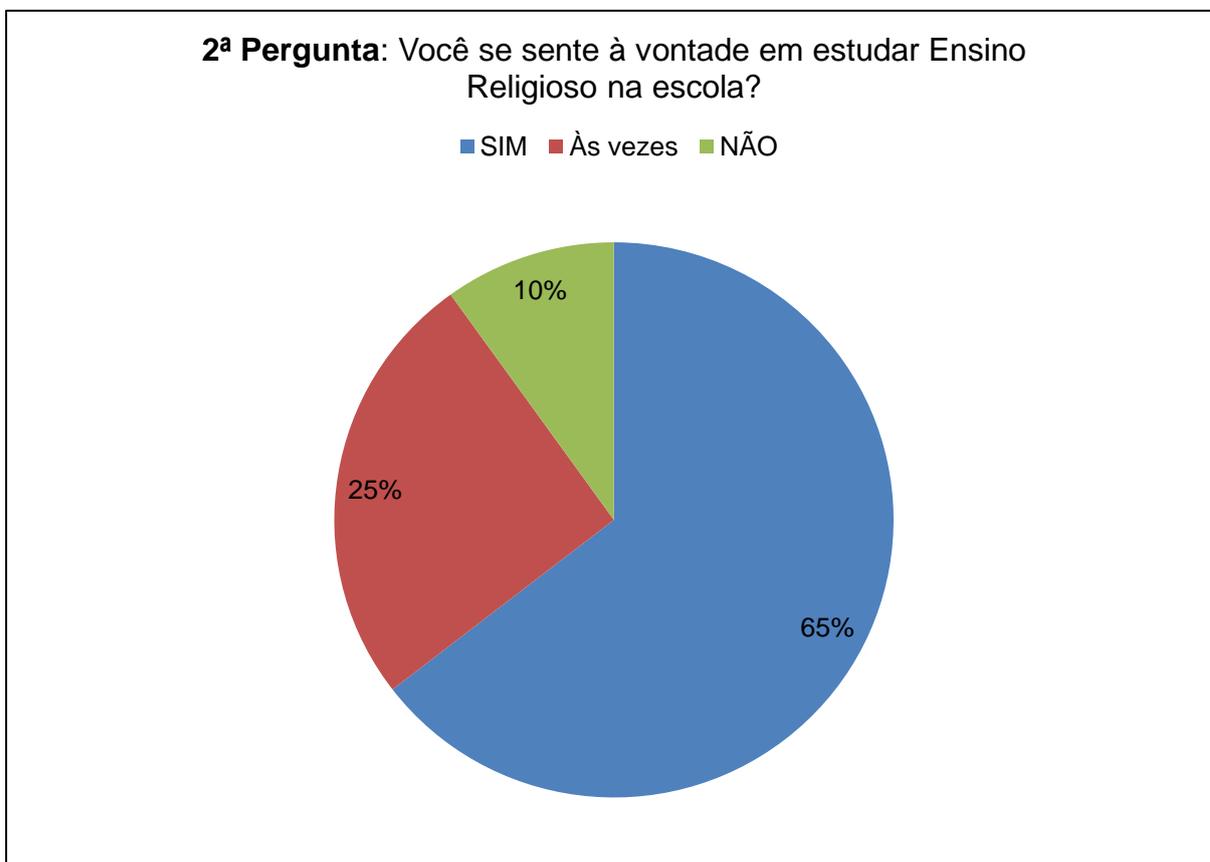


GRÁFICO 2: RESPOSTAS DA SEGUNDA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS

Conforme demonstrado no Gráfico 2, nas respostas assinaladas pelos alunos, 65% respondeu que se sente à vontade em estudar Ensino Religioso na escola e nas respostas subjetivas alegaram que é importante saber o que pensam da religião do outro e o que os outros pensam de suas religiões. Estas respostas “a” e “b” refletem a importância de um ensino religioso, mas que precisa ser retificado (Tabela 2). De acordo com a pesquisa, 25% dos alunos às vezes sente-se à vontade em estudar Ensino Religioso. Na escola “A” o aluno respondeu que este é um assunto para ser de estudo pessoal, ou seja, a catequese hoje está além dos “educadores”, a encontramos quando vemos manifestações dos alunos e professores vendo o Ensino Religioso como veículo de formação religiosa.

Nas respostas subjetivas “d” de cada escola, observamos que alguns dos alunos que não sentem à vontade em estudar Ensino Religioso, é devido ao fato de serem adeptos de religiões com poucos participantes, sendo por essa razão criticados pelos demais alunos, seguidores de movimentos religiosos mais numerosos. Neste grupo, também temos os que por motivos diversos não querem estudar Ensino Religioso e de acordo com as leis devem ser respeitados. Por esta razão, a instituição escolar precisa disponibilizar atividades opcionais que substituam as aulas de Ensino Religioso, atendendo à necessidade legal e ao bom senso.

TABELA 2: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA SEGUNDA PERGUNTA EM ESCOLA ESTADUAL.

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|----------------|---|
| A-129 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Descubro o que outros pensam da minha religião. b) Percebemos que o que pensamos da religião do outro pode ser preconceito. c) Deve ser estudo somente pessoal. d) Não, falar de religião é perda de tempo. |
| B-102 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Sim, podemos aprender sobre comportamento no meio religioso. b) Sim, porque é importante. c) Sou criticada, mas continuo com minha posição. d) Fico confusa para saber qual é a religião certa. |
| C-111 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Alguns assuntos são complexos, nesta hora é preciso ser prudente para não ofender os colegas. b) Todos podemos praticar e aprendermos juntos. c) As vezes conseguem trazer informações antigas que são legais. d) Não tenho interesse em saber de outras religiões, pois tenho a minha. |

Quando observamos a estatística demonstrada no Gráfico 3 e vemos que apenas 2% não considera a escola como local correto para o Ensino Religioso podemos concluir que a escola ainda é vista como um espaço mais apropriado para o ensino formal de qualquer natureza, no entanto, salientamos a necessidade de se promover os ajustes para que a mesma cumpra seu papel educacional na formação da cidadania. Também é preciso considerar os que estão com dúvidas a respeito desta atuação, quando 28% respondeu que a escola as vezes é o local correto para o Ensino Religioso, é que a mesma precisa reconquistar sua confiança social e, através da implantação de melhorias pedagógicas, buscar excelência no ato docente que pratica.

O satisfatório no momento é que 70% alegou ser a escola o local correto para o Ensino Religioso, no entanto, é preciso que professores e alunos entendam que Ensino Religioso não é para formação religiosa e a escola não deve ter esta prática como objetivo de sua história educacional quando ensinar Ensino Religioso.

Analisando as respostas subjetivas, Tabela 3, e baseado nos questionados percebemos a existência de alunos que acreditam que o Ensino Religioso é sagrado e espiritual demais para ser tratado na escola. Esse percentual alegou que na escola o significado espiritual perde seu espaço. Esta é uma questão que precisa ser melhor refletida e trabalhada na escola. Ou seja, alunos e educadores necessitam de entendimento mútuo a respeito de aprendizado num contexto escolar que não fira os princípios religiosos de ninguém.

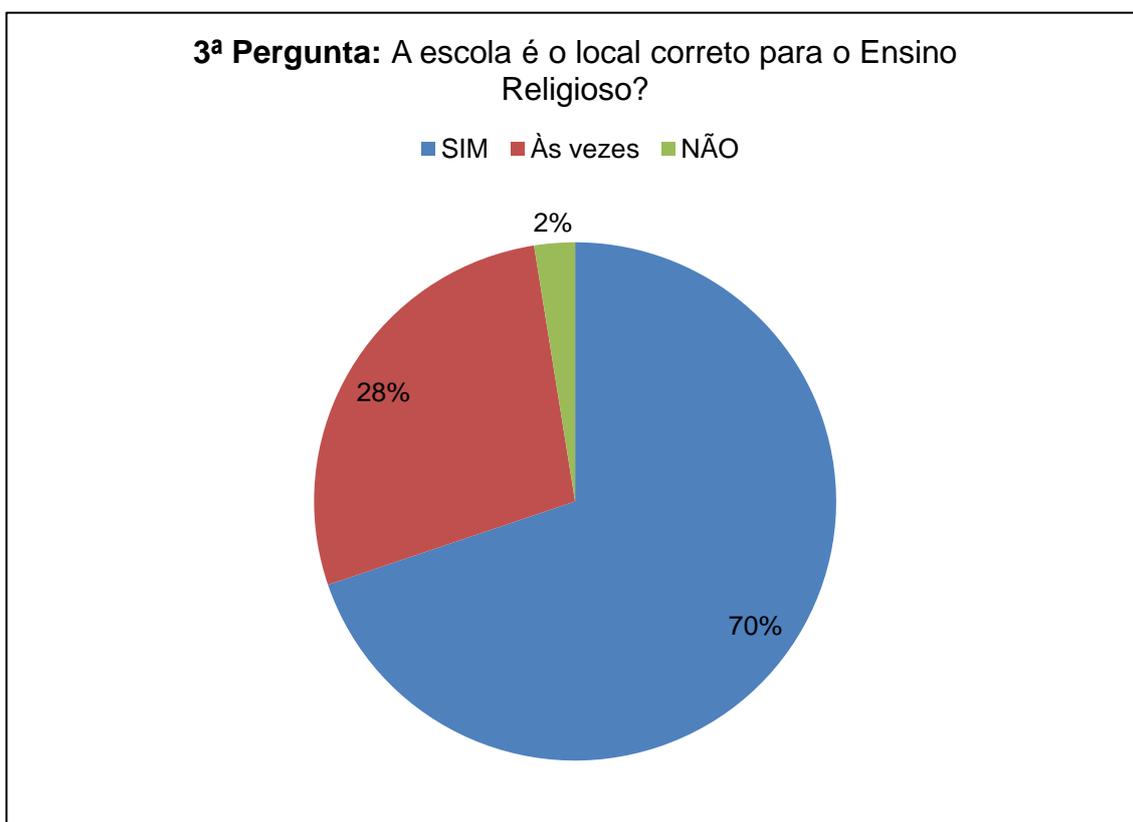


GRÁFICO 3: RESPOSTAS DA TERCEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

TABELA 3: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA TERCEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|--------------|--|
| A-129 alunos | a) É matéria interessante que pode ser estudada na escola. b) Sim, é o melhor local para aprendermos. c) Talvez aprendamos a religião dos outros. d) O assunto religião é sagrado demais para ser tratado na escola |
| B-102 alunos | a) Depende do assunto que o professor vai abordar. b) Não deve haver restrição para falar de religião. c) O Ensino Religioso pode causar discussões e brigas. d) Não, cada pessoa tem o direito de escolher a sua religião. |
| C-111 alunos | a) Este E. R. pode nos ajudar viver em sociedade. b) Sim, aqui aprendo mais que na igreja. c) As vezes é complicado porque os alunos não levam a sério. d) Na escola o sagrado perde seu espaço |

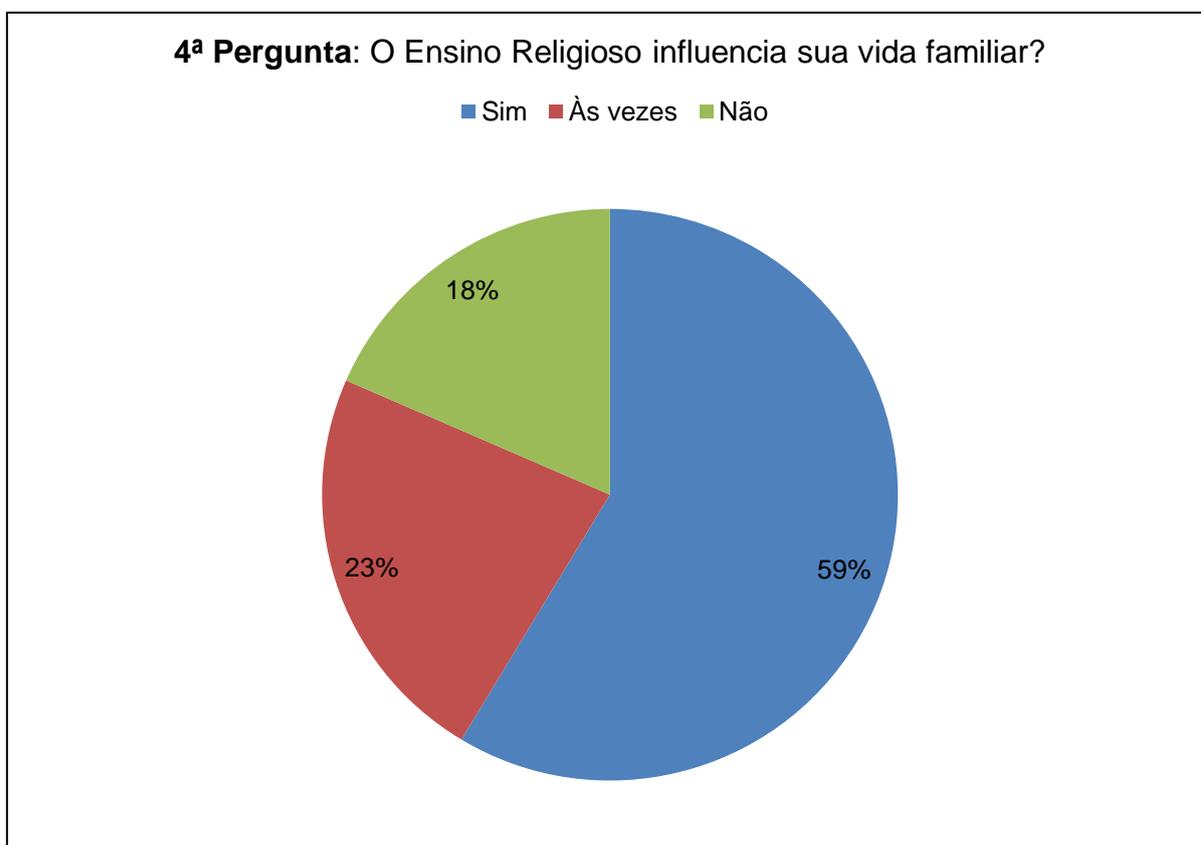


GRÁFICO 4: RESPOSTAS DA QUARTA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

TABELA 4: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA QUARTA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|----------------|---|
| A-129 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) O que aprendo ensino para minha família. b) Sim, quando vamos resolver problemas familiares. c) Somente em alguns assuntos. d) O Ensino Religioso não me ajuda em nada. |
| B-102 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Pode melhorar a família e o estilo de vida. b) Sim, na resolução de conflitos. c) As vezes posso refletir mais para resolver um problema. d) Não, na minha casa é proibido falar de religião. |
| C-111 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Nos ajudou melhorar o diálogo familiar. b) Para melhorar o comportamento. c) Poucas vezes tratamos deste assunto em casa. d) Não, o assunto religião é sagrado demais para tratar em escola. |

Com a estatística o Gráfico 4 mostra que 59% respondeu que o Ensino Religioso influencia sua vida familiar e nas respostas subjetivas (Tabela 4) argumentaram que há melhoria do diálogo, resolução de conflitos, comportamentos e estilo de vida, podendo ser ampliado quando acatam os conselhos das aulas de Ensino Religioso. Dos entrevistados, 23% respondeu que as vezes o Ensino Religioso aprendido na escola influencia sua vida familiar e na resposta subjetiva da escola “A”, quando diz que: O Ensino Religioso pode ajudar somente em alguns assuntos. Essa percepção discente limita a abrangência da questão, tão diversificada culturalmente e demonstra que em nossa sociedade ainda existe dificuldade para perceber que podemos usar princípios de uma verdade para aplicar em outros contextos.

Do cenário estatístico que temos no Gráfico 4 podemos perceber que 18% alegou que o Ensino Religioso não influencia sua vida familiar e nas respostas subjetivas podemos perceber que este assunto vai de um extremo de proibição do assunto religioso até dizer que o mesmo é sagrado demais para ser tratado na escola. Alunos assim podem ter uma concepção tão equivocada do Ensino Religioso que não sentem que podem usufruir deste ensino para sua vida. Ou seja, essa realidade pode refletir a maneira equivocada como a escola lida com a temática

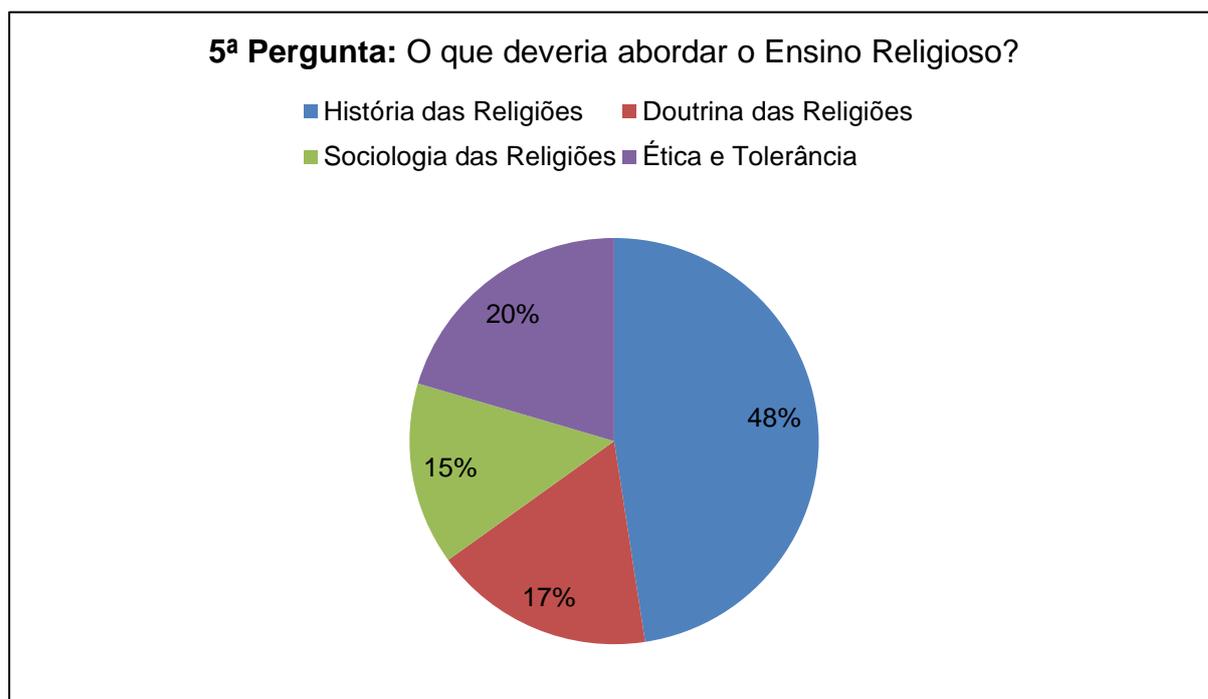


GRÁFICO 5: RESPOSTAS DA QUINTA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

Na pergunta em evidência no GRÁFICO 5, os alunos tiveram a liberdade de assinalar uma ou até as quatro respostas, desta forma assinalaram 475 (quatrocentos e setenta e cinco) respostas distribuídas nas três escolas.

Vale ressaltar que: História das religiões, Sociologia das religiões, Ética e tolerância receberam juntas 83% das indicações. Estas três áreas de estudo fazem parte das ciências das religiões, sendo uma clara indicação de preferência por parte dos alunos. Doutrina recebeu 17% das indicações, apesar de ser uma indicação bastante inferior é preciso entender que muitos no espaço escolar ainda veem a escola ou o Ensino Religioso como espaço de formação religiosa. É preciso, portanto, muita paciência e insistência para que novas gerações saibam o quanto é importante ter um ensino que inclua todos ou quase todos na busca por informação e formação sem catequizar ou impor comportamento religioso.

É preciso lembrar também que história das religiões recebeu mais votos em todas as escolas que pesquisamos, revelando assim a intenção educacional que tem sido a busca de um ensino que estude as religiões como conhecimento histórico, cultural, sem intenções proselitistas ou confessionais.

Quanto à sociologia das religiões, esta recebeu apenas 15% das indicações, evidenciando que os alunos ainda não se aperceberam da importância desta ciência nos estudos do comportamento de uma sociedade.

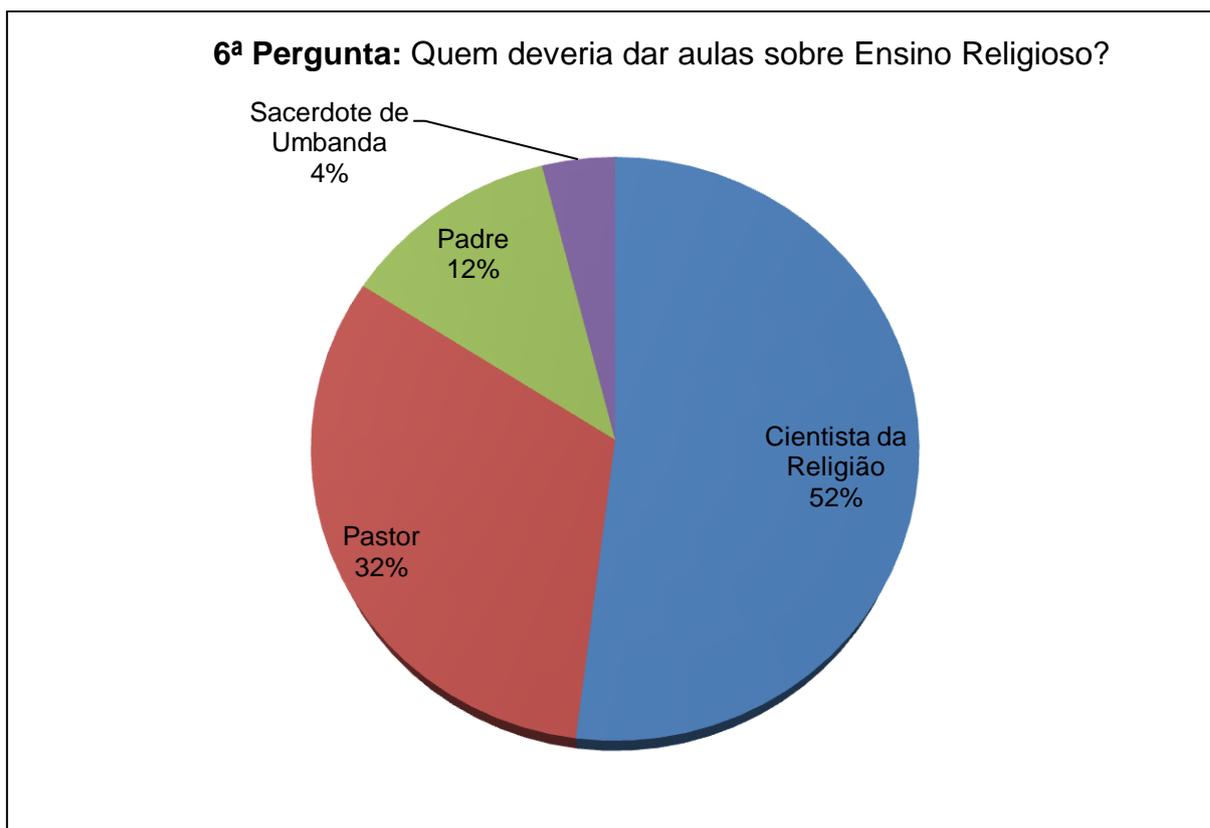


GRÁFICO 6: RESPOSTAS DA SEXTA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

Nesta pergunta demonstrada no Gráfico 6, não criamos espaço para respostas subjetivas. Os alunos tiveram a liberdade de escolher apenas uma das questões apresentadas. Foram apresentadas quatro opções: o item cientista da religião recebeu 52% das indicações, isto revela que mais da metade dos alunos acredita ser este o profissional mais bem capacitado para esta atuação educacional. O item pastor recebeu 32% como o melhor profissional para atuar como professor de Ensino Religioso. O item padre recebeu 12% e o Pai de santo recebeu 4%. A somatória do pai de santo, pastor e padre é de 48%, quase a metade dos alunos participantes não está convencida de que o cientista da religião que trabalhará o Ensino Religioso em sala de aula não explorando o lado confessional ou de formação religiosa seja o melhor profissional para atuar nesta área de ensino. Através de políticas voltadas para esta discussão é que se poderá mudar a atual situação educacional.

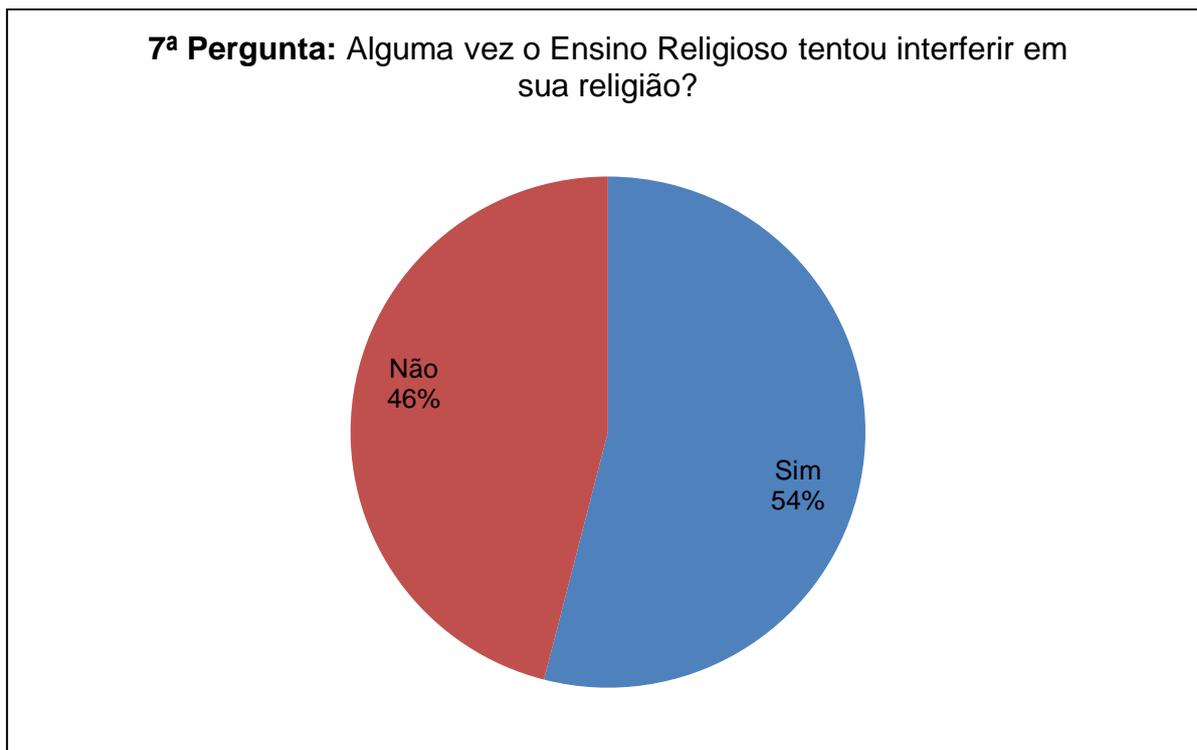


GRÁFICO 7: RESPOSTAS DA SÉTIMA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

TABELA 5: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA SÉTIMA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|--------------|--|
| A-129 alunos | a) Sim, quando apresentam várias religiões. b) Quando sinto que é ensino de determinada igreja. c) Não, é dever respeitar nossa doutrina. d) Não, sou comprometida com a minha. |
| B-102 alunos | a) Quando o professor diz que a dele é a melhor. b) Sim, tenho muitas dúvidas quanto a minha religião. c) Não, ele é um cientista. d) Não, ele é neutro. |
| C-111 alunos | a) Não, nosso professor é muito respeitoso. b) Nosso professor defende todas as religiões. c) Não, ele ensina o que existe de transcendente em cada religião. d) Não, o conteúdo é para aprender a disciplina e não religião. |

No Gráfico 7 e na Tabela 5, correspondente à sétima pergunta realizada com os alunos, a estatística aponta que 54% respondeu que o Ensino Religioso praticado em sala de aula interfere em sua religião, contra 46% que alegou não receber esta interferência. Podemos observar que a maioria das respostas subjetivas apontam

que em sala de aula eles veem o Ensino Religioso de diferentes formas. Para alguns alunos o Ensino Religioso ainda é forma de catecismo ou tentativa de fazê-los praticantes de determinada religião.

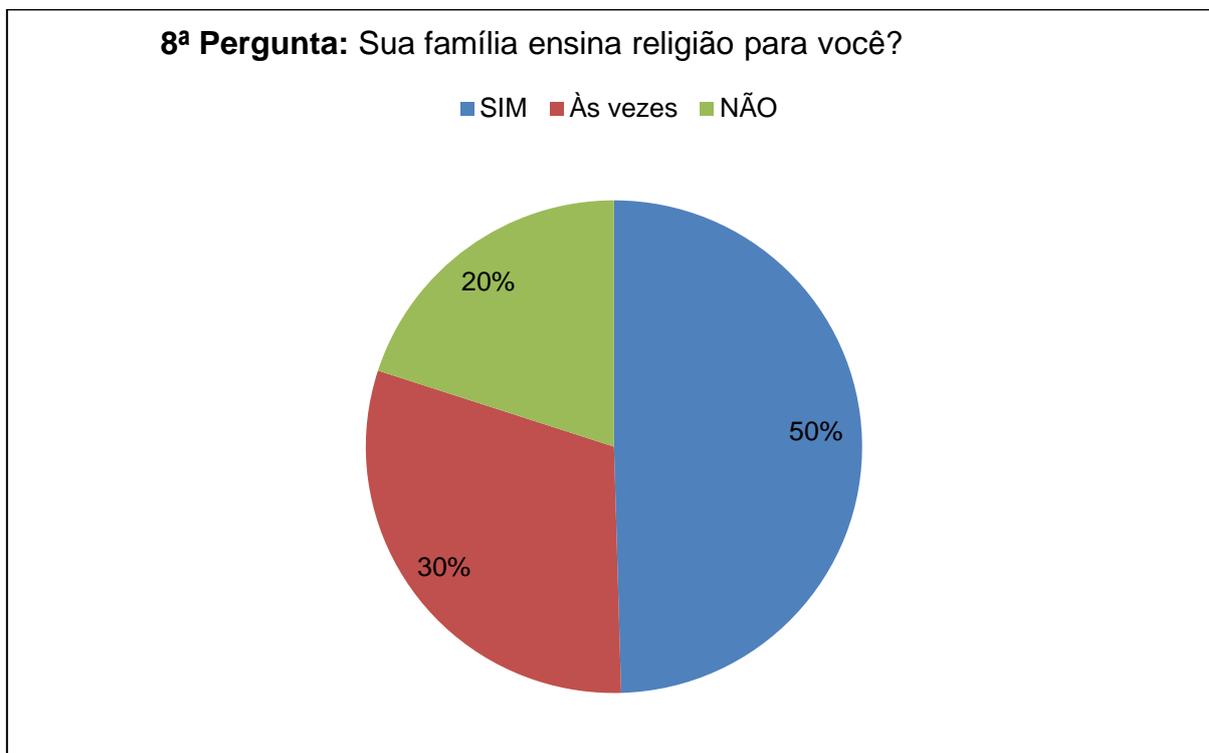


GRÁFICO 8: RESPOSTAS DA OITAVA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS

TABELA 6: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA OITAVA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|--------------|--|
| A-129 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Através da igreja. b) Em viagens a lugares religiosos. c) As vezes lemos a Bíblia. d) Não temos envolvimento com religião. |
| B-102 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Somente quando morre um parente ou no natal. b) Fazemos culto em casa. c) As vezes debatem doutrinas. d) Não ensinam nada. |
| C-111 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Sim. Infelizmente fazem culto todo dia. b) Falam que todos devem ter religião. c) As vezes vamos a missa. d) Dizem que religião confunde nossa cabeça. |

Na pesquisa demonstrada no Gráfico 8, 50% dos alunos responderam que seus pais ensinam religião para eles. Um total de 30% alegou que as vezes seus pais os ensinam, e 20% disse que seus pais nunca ensinaram nada a respeito de suas crenças religiosas. É bem provável que seus pais os ensinam o que eles acreditam de religião. Nas respostas subjetivas, Tabela 6, percebemos que o Ensino Religioso familiar é totalmente voltado para suas crenças pessoais.

Porém, a realidade familiar apontada não reflete o mesmo objetivo da escola, pois esta precisa formar cidadãos dotados de visões mais abrangentes, pluralistas, capaz de ver neste ensino uma grande capacidade de não ensinar a crer, mas a perceber os valores religiosos de uma cultura e sua influência para a geração que aprende suas crenças. De ensinar o quão importante eles são para cada grupo social e sua influência comportamental positiva para outras sociedades e gerações. Daí decorre a importância da educação formal, científica, capaz de instruir todos em tudo o que se faz necessário ao equilíbrio social.

TABELA 7: NONA PERGUNTA: QUAIS ASSUNTOS DE ENSINO RELIGIOSO SERIAM IMPORTANTES PARA VOCÊ?

| Doutrinas | Histórias das religiões | Relacionamento familiar | Ética | Saúde |
|------------------|--------------------------------|--------------------------------------|-----------------------|-----------------|
| Sociologia | Assuntos de finanças | Política religiosa | Sexualidade na Bíblia | Homossexualismo |
| Testos bíblicos | Vida espiritual | Como tratar o outro em sua religião? | | |

Na Tabela 7 procuramos mostrar algumas das respostas que colhemos nesta pergunta. Observamos que pode ser muito diversificada a indicação de conteúdos que alunos querem aprender no Ensino Religioso, sendo necessárias que discussões sejam produzidas com aproveitamento deste leque de ideias que nos são servidas. Ainda é preciso ver que Ensino Religioso pode ser estudado em seu contexto político, financeiro, em sua concepção de saúde, ética, de procriação e vida sexual. Assuntos como homossexualidade, saúde e outros podem ainda ser um tanto desconhecido para este público, por isso a escola, mesmo com todas as limitações pode ser ainda o melhor espaço para este e outros aprendizados contextualizados.

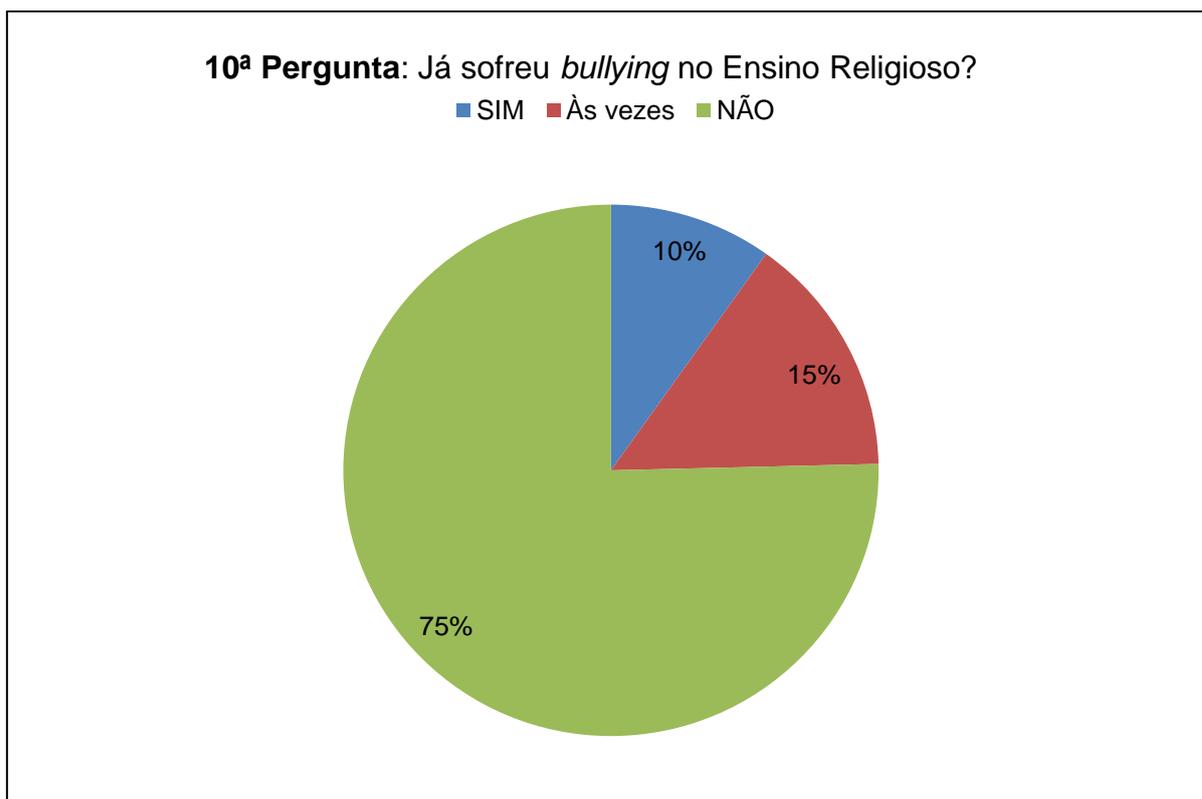


GRÁFICO 9: RESPOSTAS DA DÉCIMA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS

TABELA 8: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA DÉCIMA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|--------------|--|
| A-129 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Não, sempre tratamos todos com respeito. b) Não, a crítica do meu colega é porque eu não quis enxergar. c) As vezes alguns professores fazem piadas com as religiões que eles não concordam. d) Não, nunca ofenderam minha religião. |
| B-102 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Eu não, mas minha amiga sim. b) Nunca, quem respeita é respeitado. c) Algumas vezes. d) Não, bullying é perseguição, nós só sofremos provocação. |
| C-111 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Nosso professor não permite este acontecimento. b) Não, nós respeitamos os colegas. c) As vezes o professor deixa os alunos criticarem algumas religiões. d) Sim, detesto quando criticam minha igreja. |

Quando 10% alegou sofrer *bullying* no Ensino Religioso, 15% alegou sofrer algumas vezes, no entanto 75% alegou nunca sofrer (Gráfico 9). Nas perguntas

subjetivas (Tabela 8) percebemos que vários motivos podem ser favoráveis a práticas provocativas em sala de aula. O mau comportamento dos alunos pode estar associado à falta de preparo dos professores quando estimulam ou permitem que seus alunos agridam uns aos outros através de uso de palavras ou gestos agressivos e até mesmo agressões físicas.

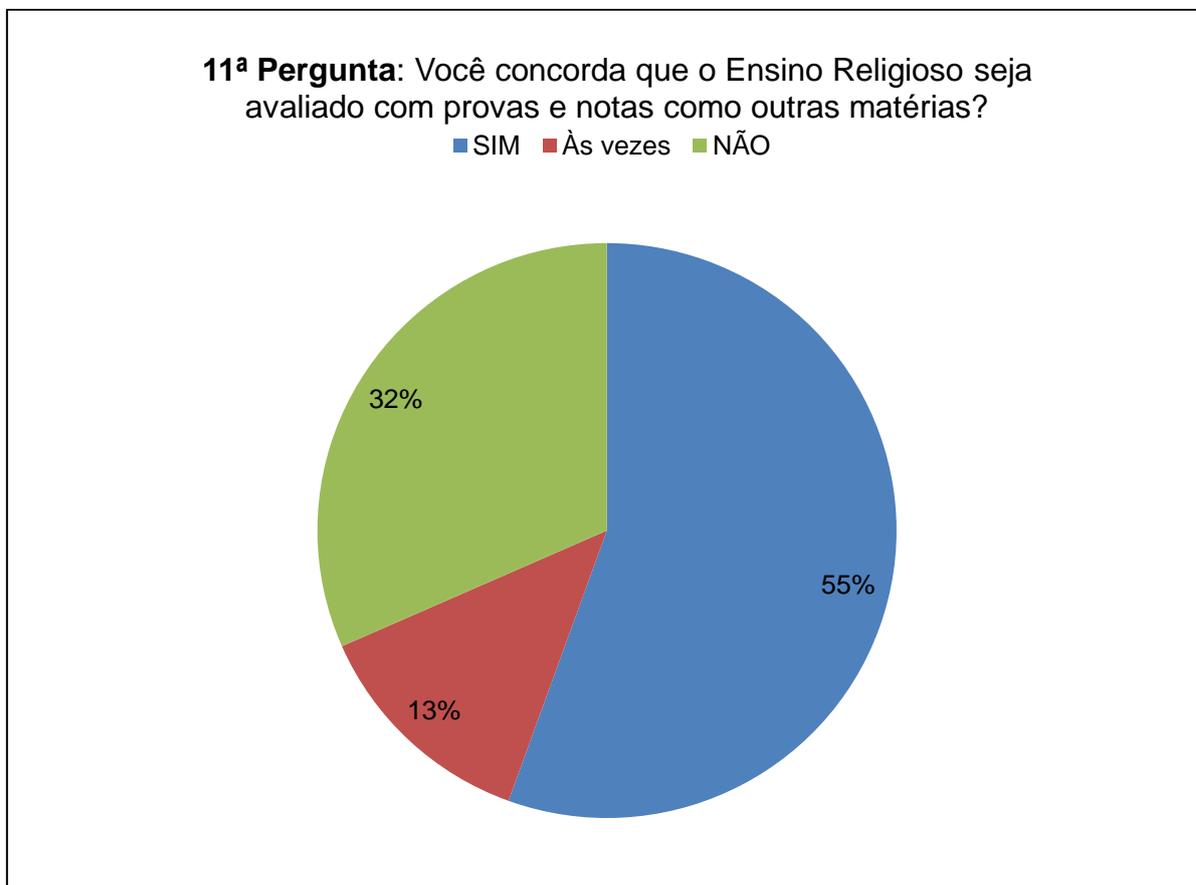


GRÁFICO 10: RESPOSTAS DA DÉCIMA PRIMEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

Aos que concordam revelaram na pesquisa 55% a favor de provas como meio de verificação do aprendizado, 13% optam que às vezes é importante ter provas e 32% alegam não ser necessário (Gráfico 10). Por esse motivo deve-se rever as metodologias até então aplicadas para avaliar se os resultados quando se aplicam provas nesta escola estão sendo satisfatórios ou não. Através das respostas subjetivas (Tabela 9) podemos perceber que para alguns além das provas, as pesquisas e os trabalhos escritos, quer individualmente ou em grupo, constituem uma importante ferramenta de aprendizagem, sendo considerado uma importante contribuição para a solidificação do aprendizado até mesmo por aqueles que defendem as provas como necessárias.

TABELA 9: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA DÉCIMA PRIMEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|--------------|---|
| A-129 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Confere o que sabemos. b) As provas podem dizer o que precisamos estudar mais. c) As vezes as provas pedem respostas que não concordamos. d) Não é preciso ter e ponto final. |
| B-102 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) As provas nos fazem ter responsabilidade para estudar o assunto. b) As provas mostram onde estamos e para onde queremos ir. c) As vezes as provas medem o conhecimento. d) Preferimos os trabalhos no lugar das provas. |
| C-111 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Avaliação é forma de saber se estamos sabendo mesmo. b) É matéria importante como as demais. c) As vezes aprendemos mais com as pesquisas. d) Já que não reprova para que prova ou notas? |

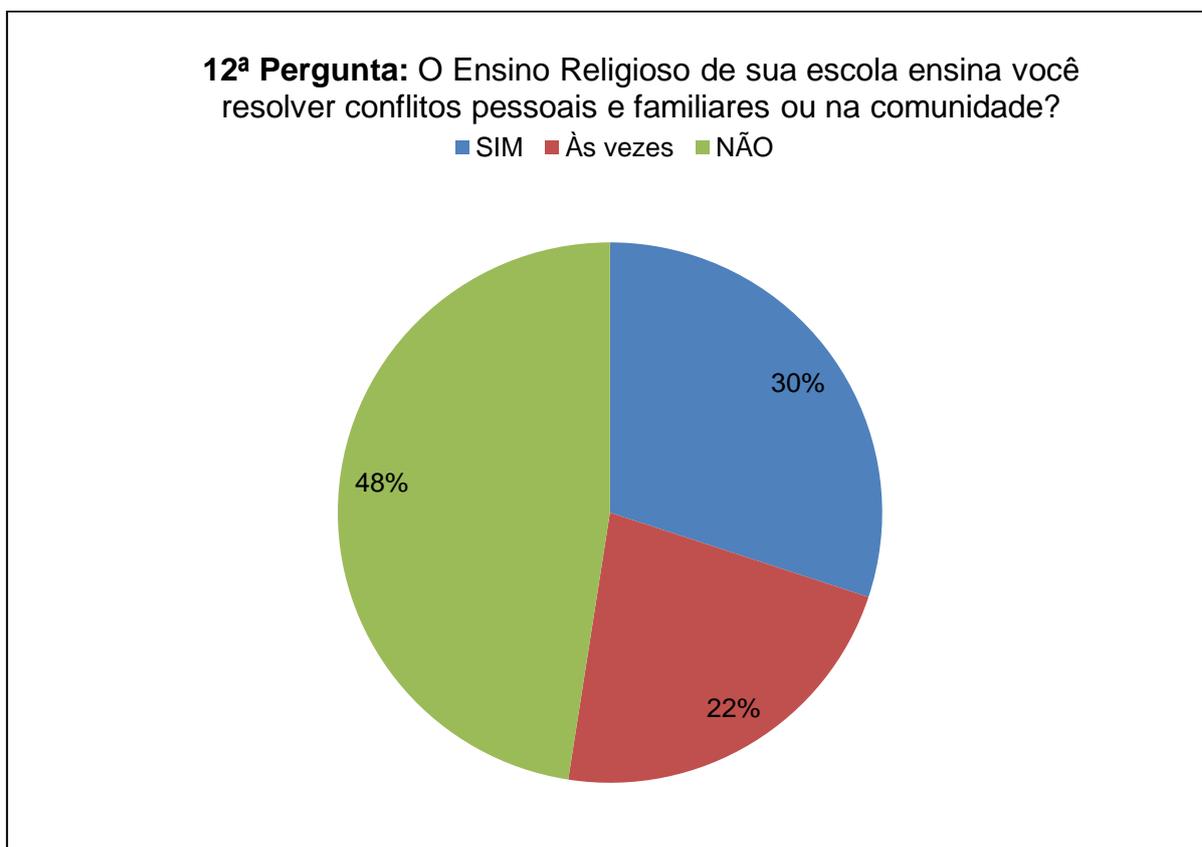


GRÁFICO 11: RESPOSTAS DA DÉCIMA SEGUNDA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

TABELA 10: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA DÉCIMA SEGUNDA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

| Escolas | Respostas subjetivas |
|----------------|--|
| A-129 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Me ajuda ser compreensivo com meu vizinho gay. b) Sim, quando percebo que falar dos outros gera confusão. c) Somente quando as pessoas permitem. d) Infelizmente não. |
| B-102 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Muitas vezes conseguimos seguir os conselhos bíblicos. b) Sim, quando respeitamos evitamos atritos. c) Palavras de amor acalma a raiva. d) Não, quem resolve conflito é a polícia. |
| C-111 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Com vizinhos e parentes, também na escola. b) Podemos evitar seguindo a Bíblia. c) As vezes na família. d) Nem Ensino Religioso ou qualquer coisa pode evitar brigas. |

Esta pergunta possui grande importância, pois as respostas revelam um dos objetivos do Ensino Religioso (Gráfico 11 e Tabela 10). Os dados não são animadores, devido à questão de resolver conflitos ser um dos objetivos dos que acham ser necessário como consequência do Ensino Religioso. No entanto, parece que a prática do ensino está conflitando com seu objetivo ideológico, dessa forma, se faz necessária a contínua capacitação e entendimento por parte dos discentes e docentes. Para estes últimos, é imprescindível traçar planos que dinamizem na busca daquele objetivo. Assim, a escola precisa se tornar um ambiente onde os alunos sintam que estão sendo preparados para a vida em todos os aspectos e ajudem na construção desse propósito. Nesse sentido, um dos grandes objetivos da aula de Ensino Religioso é ensinar a convivência entre pessoas de diferentes credos no mesmo espaço, conseqüentemente, a resolução de conflitos se torna uma peça indispensável nesse mecanismo.

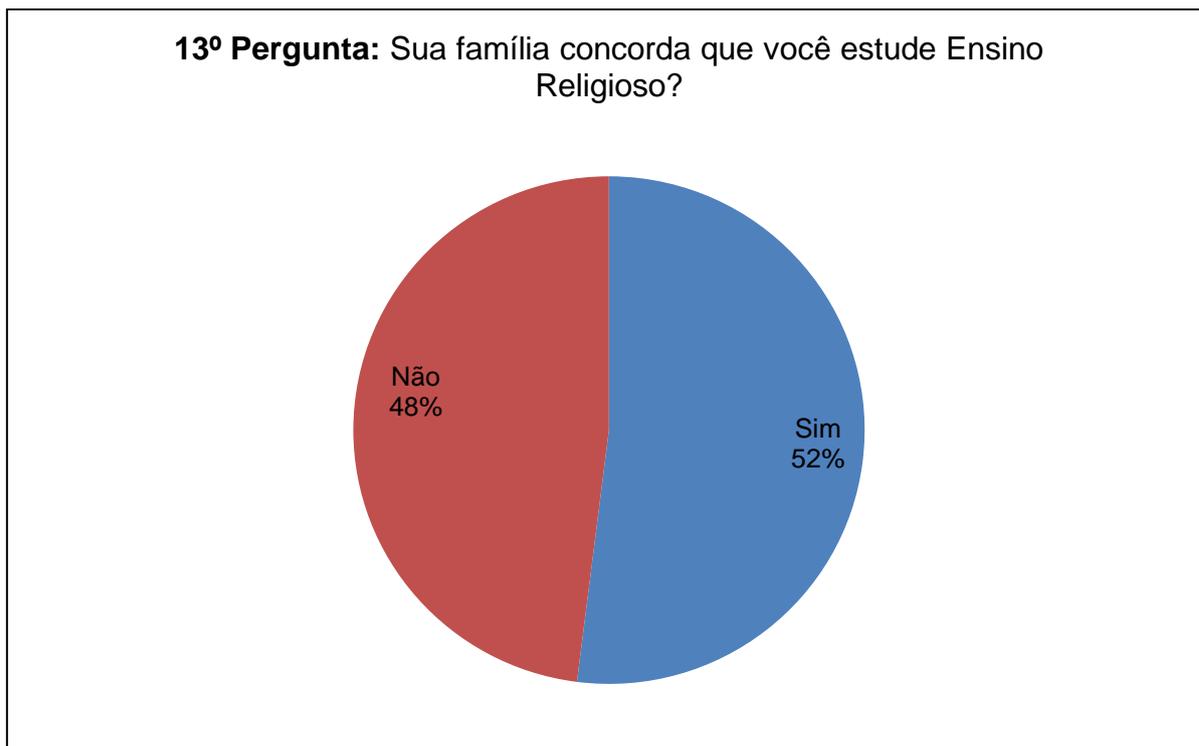


GRÁFICO 12: RESPOSTAS DA DÉCIMA TERCEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

TABELA 11: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA 13ª PERGUNTA EM ESCOLAS ESTADUAIS.

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|--------------|---|
| A-129 alunos | a) Sim, desde que ninguém interfira na nossa. b) Nosso professor é dez. c) As vezes, quando o assunto não nos atrapalha. d) Não, meu pai já cobrou a diretora para ter outra atividade nesta hora. |
| B-102 alunos | a) Eles falam que é muito importante. b) Aprender religião é muito bom. c) Preferem que eu assista outra atividade. d) Não concordam e nem discordam. |
| C-111 alunos | a) Sim, concordam bastante. b) Eles acham que é uma continuidade da igreja. c) Somente para entender. d) Meu pai não gosta, mas diz que devo respeitar o professor. |

Dos que responderam (Gráfico 12) “sim” (52%) e “não” (48%), nas respostas subjetivas (Tabela 11) demonstraram uma posição pluralista muito grande quanto ao que acham da prática de Ensino Religioso. O que ficou igualmente evidente é que acima da metade dos alunos acreditam que suas famílias concordam que eles

estudem Ensino Religioso na escola e, um pouco menos que a metade, acreditam que suas famílias não concordam, indicando haver um empate técnico nas opiniões.

2.2 Pesquisa de Campo em Escolas Municipais em Manaus

Conforme a única resolução produzida pelo Conselho Municipal de Educação – CME, datada de 07/2002, que regulamenta a admissão de professores para o Ensino Religioso, estes podem ser docentes licenciados em História, Filosofia e Ciências sociais.

O Ensino Religioso no Município de Manaus é praticado seguindo as leis Federais e Estaduais de Ensino. Segundo a coordenação de educação municipal não existe nenhuma lei Municipal produzida especificamente com o objetivo de regulamentar o Ensino Religioso no Município.

Abaixo temos a descrição das escolas, cujas letras determinamos para identificá-las em nossa pesquisa.

Descrição das escolas

Escola D: Escola Municipal Raimundo Almeida Lúcio

Escola E: Escola Municipal Marly Barbosa Garganta

Escola F: Escola Municipal Dom Milton Correa

Assim, elaboramos 13 (treze) perguntas com a finalidade de buscarmos resposta da realidade do Ensino Religioso em escolas Municipais em Manaus. A seguir, apresentaremos os resultados do questionário aplicado a 262 (duzentos e sessenta e dois) alunos, cursando o nono ano, em escolas municipais.

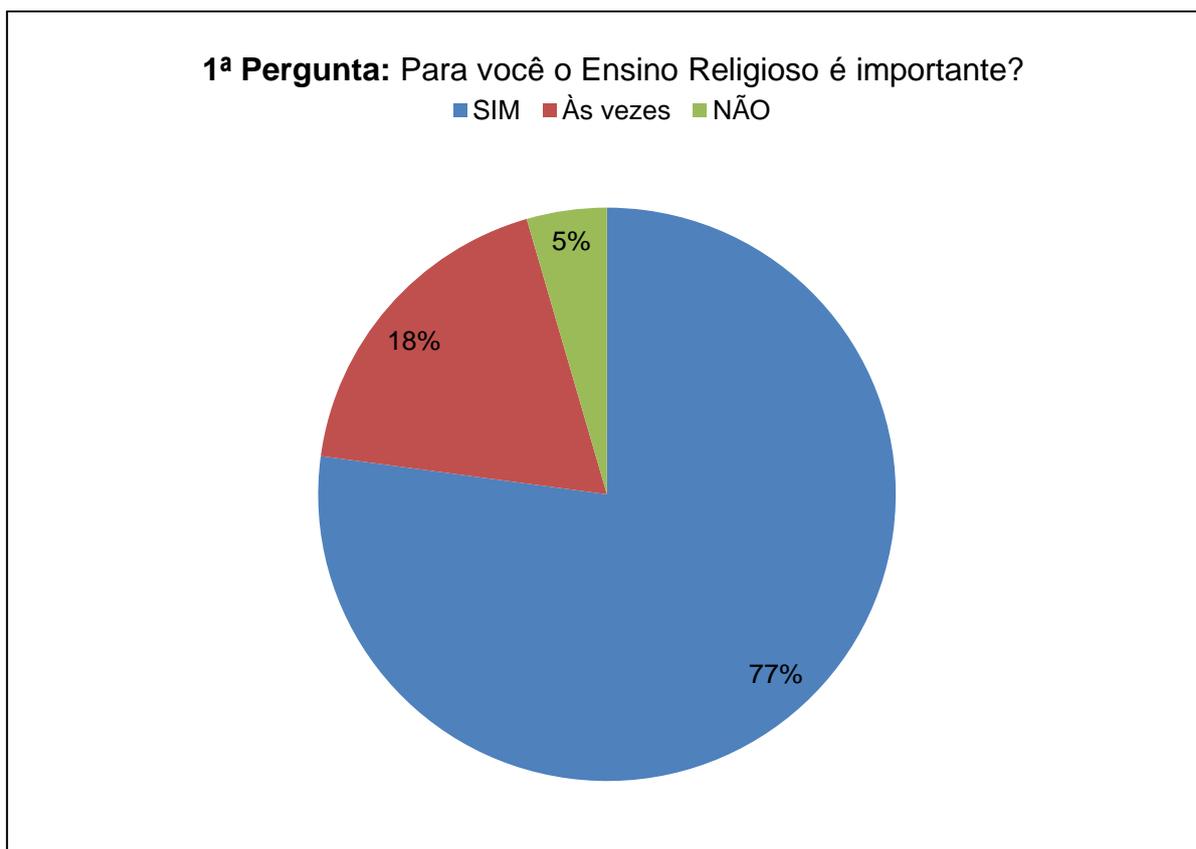


GRÁFICO 13: RESPOSTAS DA PRIMEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS

TABELA 12: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA PRIMEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|-------------|--|
| A-93 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Ele faz parte do nosso dia a dia. b) Descobrimos práticas religiosos que são importantes e devem ser seguidas. c) As vezes não é importante. d) Não é importante porque querem que a gente aprenda uma religião. |
| B-87 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Conhecemos religiões novas. b) Aprendemos sobre religiões indígenas e outras. c) As vezes é muito importante. d) Nunca achei importante saber sobre religião. |
| C-82 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Aprendemos as diferenças entre as religiões. b) Estudamos a origem da vida. c) Talvez não seja importante porque não estudam a minha. d) Ensino Religioso tem que ocorrer na igreja. |

Na Tabela 12, as respostas “a” e “b”, são dos alunos que acreditam ser o Ensino Religioso importante para sua vida. Nas respostas subjetivas salientamos

que os alunos veem como importante o conhecimento de outras religiões e sendo procedentes da religião indígena são assuntos que devem ser estudados porque fazem parte de uma educação que é importante para uma convivência social harmoniosa. Para os contrários à prática do Ensino Religioso no espaço público, vale lembrar que nesta pesquisa 77% dos alunos assinalou como importante tratar do Ensino Religioso em sala de aula. A resposta “c”, com 18%, refere-se aos alunos que disseram que o Ensino Religioso as vezes é importante. A resposta “d”, com 5% é para os alunos que afirmaram não ser importante o Ensino Religioso. Nas respostas subjetivas para os sem religião encontramos afirmações que negam qualquer crença em livros sagrados e consideram este estudo na escola como perda de tempo, sendo necessário ter na escola o espaço respeitado para essa minoria.

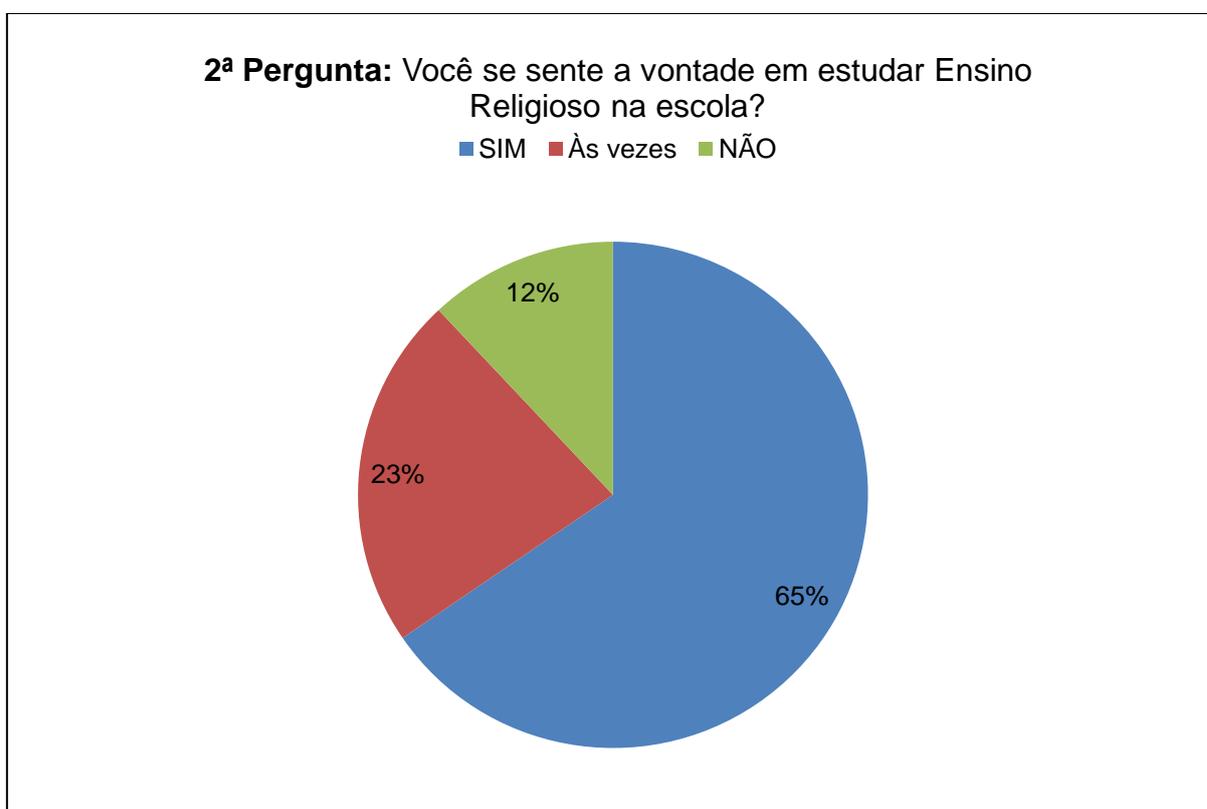


GRÁFICO 14: RESPOSTAS DA SEGUNDA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS

TABELA 13: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA SEGUNDA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

| Escolas | Respostas subjetivas |
|-------------|---|
| A-93 alunos | a) Sim, é um bom estudo. b) Sim, eu aprendi a origem da terra. c) Às vezes, pois ficam questionando a religião do outro. d) Não é o local correto. Às vezes nosso professor quer defender a religião dele. |
| B-87 alunos | a) Eu e minha família achamos importante b) Minha professora ensina muita coisa importante. c) As vezes a gente se sente bem. d) Não, religião deve ser coisa de cada um. |
| C-82 alunos | a) Sim, nosso professor sabe conduzir a matéria. b) Podemos estudar coisas interessantes. c) Às vezes nosso professor quer defender a religião dele. d) Não, é preciso dizer o que vão ensinar, assim a gente não vem para a aula. |

Dos alunos que responderam, 65% se sentem à vontade em estudar Ensino Religioso na escola (Gráfico 14). Nas respostas subjetivas (Tabela 13) alegaram que é importante saber o que pensam da religião do outro e o que os outros pensam de suas religiões. Estas respostas: “a” e “b” refletem que o ensino religioso é importante, mas precisa ser retificado. Dentre os pesquisados, 23% dos alunos às vezes sentem à vontade em estudar Ensino Religioso, e 12% dos alunos pesquisados responderam que não se sentem à vontade em estudar Ensino Religioso na escola. Na escola “A” o aluno respondeu que este é um assunto para ser fruto de estudo pessoal, ou seja, a catequese hoje pode estar sendo vista com continuidade por professores e alunos também.

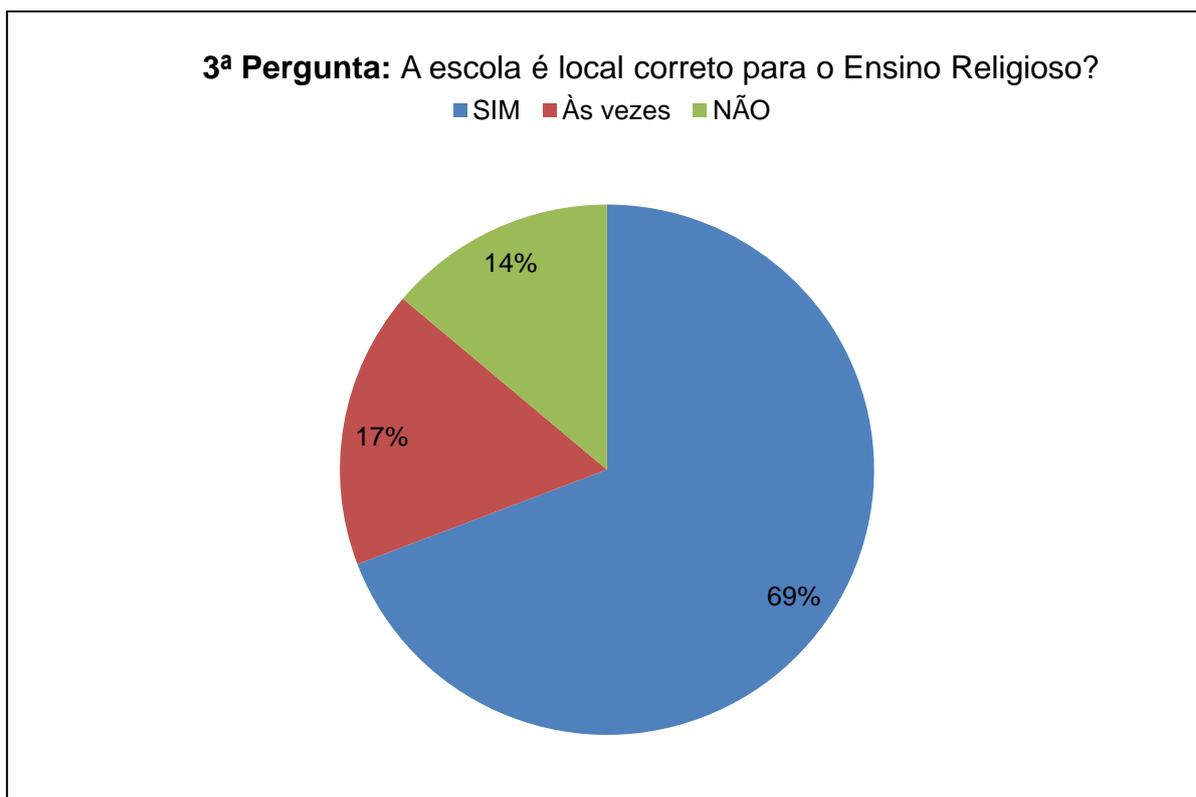


GRÁFICO 15: RESPOSTAS DA TERCEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

TABELA 14: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA TERCEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

| Escolas | Respostas subjetivas |
|-------------|--|
| A-92 alunos | a) A igreja é melhor. b) Algumas pessoas não vão a igreja, desta forma podem aprender na escola. c) As vezes abordam muitos assuntos e esquecem da religião. d) Não, é assunto de igreja. Pode melhorar os relacionamentos entre alunos e professores. |
| B-87 alunos | a) Sim, nela aprendemos tudo sobre religião. b) Sim, religião é cultura. c) Às vezes os professores nos confundem. d) Não, escola é lugar de aprender coisas mais importante. |
| C-82 alunos | a) Desde que não queiram nos levar para suas igrejas. b) Aprendemos respeitar mais com este ensino na escola. c) Muitos assuntos são de catequese, deveriam ficar na igreja. d) Muitos estudantes se sentem ofendidos pelo ensino. |

Nestas respostas subjetivas apresentadas na Tabela 14, percebemos que muitos alunos alegaram ser o Ensino Religioso assunto de igreja.

Quando observamos a estatística, demonstrada no Gráfico 15, reconhecemos que 14% não considera a escola como o local ideal para se lecionar o Ensino Religioso, o que nos permite inferir que a instituição ainda é vista como o local mais apropriado para o ensino formal, no entanto, são necessários muitos ajustes para que ela cumpra seu papel educacional na sociedade. Também é preciso considerar os alunos que estão em dúvida a respeito da validade desta atuação. Quando 17% respondeu que a escola às vezes é o local correto para o Ensino Religioso pode significar que a mesma precisa reconquistar a confiança social e, através da implantação das melhorias pedagógicas, buscar excelência no que faz. O satisfatório no momento é que 69% alegou ser a escola o local correto para se praticar o Ensino Religioso. No entanto, é preciso que professores e alunos entendam que Ensino Religioso não é para formação religiosa. Tampouco, a escola deve ter esta prática como objetivo em sua trajetória educacional quando ensinar Ensino Religioso.

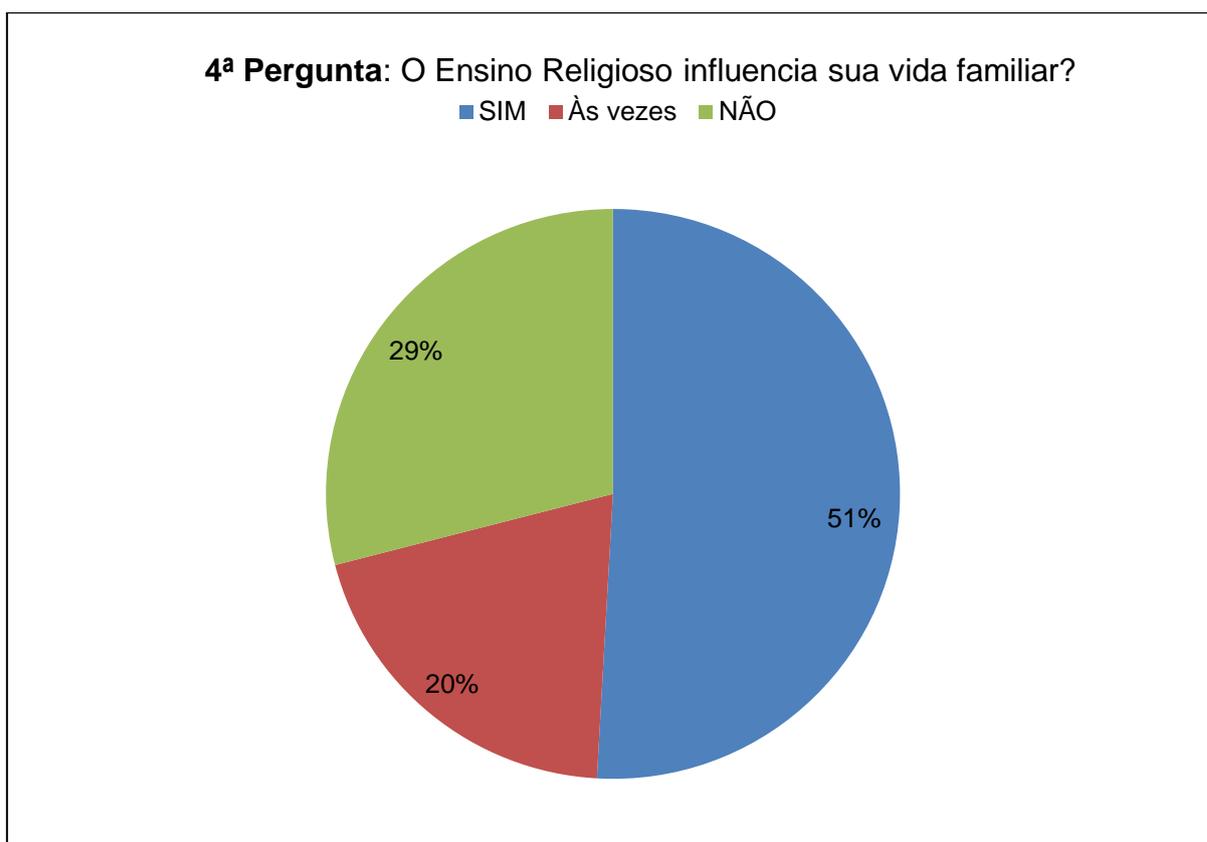


GRÁFICO 16: RESPOSTAS DA QUARTA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS

TABELA 15: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA QUARTA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|----------------|--|
| A-93 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Posso ser mais paciente com meus irmãos. b) Ajuda resolver problemas de parentes. c) Às vezes ensina respeitar os pais. d) Não, em nenhum momento. |
| B-87 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Posso perdoar melhor. b) Na formação da educação em casa. c) Poderia ajudar o meu pai que é bêbado. d) Não, em nada. |
| C-82 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Nos ajuda ser unido em família. b) Amar mesmo aqueles que não são amáveis. c) Às vezes nossos pais querem impor, isto não é bom. d) Somente em alguns problemas. |

Nesta pergunta, 51% respondeu que o Ensino Religioso influencia sua vida familiar, conforme demonstrado no Gráfico 16, e nas respostas subjetivas apresentadas na Tabela 15 houve a argumentação de que há melhoria do diálogo, na resolução de conflitos, quando se acatam os conselhos das aulas de Ensino Religioso. Destes, 20% responderam que às vezes o Ensino Religioso aprendido na escola influencia sua vida familiar e na resposta subjetiva da escola “A” diz que: O Ensino Religioso pode ajudar somente em alguns assuntos.

Para esta quarta pergunta (Gráfico 16) 29% alegaram que o Ensino Religioso não influencia sua vida familiar, e nas respostas subjetivas podemos perceber que estes alunos veem o Ensino Religioso como importante ingrediente para a composição familiar.

Nesta quinta pergunta os alunos tiveram a liberdade de assinalar uma ou até as quatro respostas, desta forma assinalaram 475 (quatrocentos e setenta e cinco) vezes distribuídas nas três escolas. Nesta pergunta não houve resposta subjetiva, no entanto, o que nos chama atenção novamente é que doutrina, mesmo sendo um assunto tão exclusivo das igrejas, sempre tem encontrado um espaço na visão atual de nossos alunos. Vale ressaltar que: História das religiões, Sociologia das religiões e Ética e tolerância receberam juntas 68% das indicações, estas três áreas de

estudo fazem parte das ciências das religiões, os alunos estão dando preferência por este estudo (Gráfico 17).

Quanto à sociologia das religiões receber apenas 15% das indicações, revela que os alunos ainda não perceberam a importância desta ciência nos estudos do comportamento de uma sociedade.

É preciso lembrar também que história das religiões recebeu mais votos em todas as escolas pesquisadas, isto revela a intenção educacional que tem caminhado em busca de um ensino que estude as religiões como conhecimento histórico, cultural, sem intenções proselitistas ou confessionais.

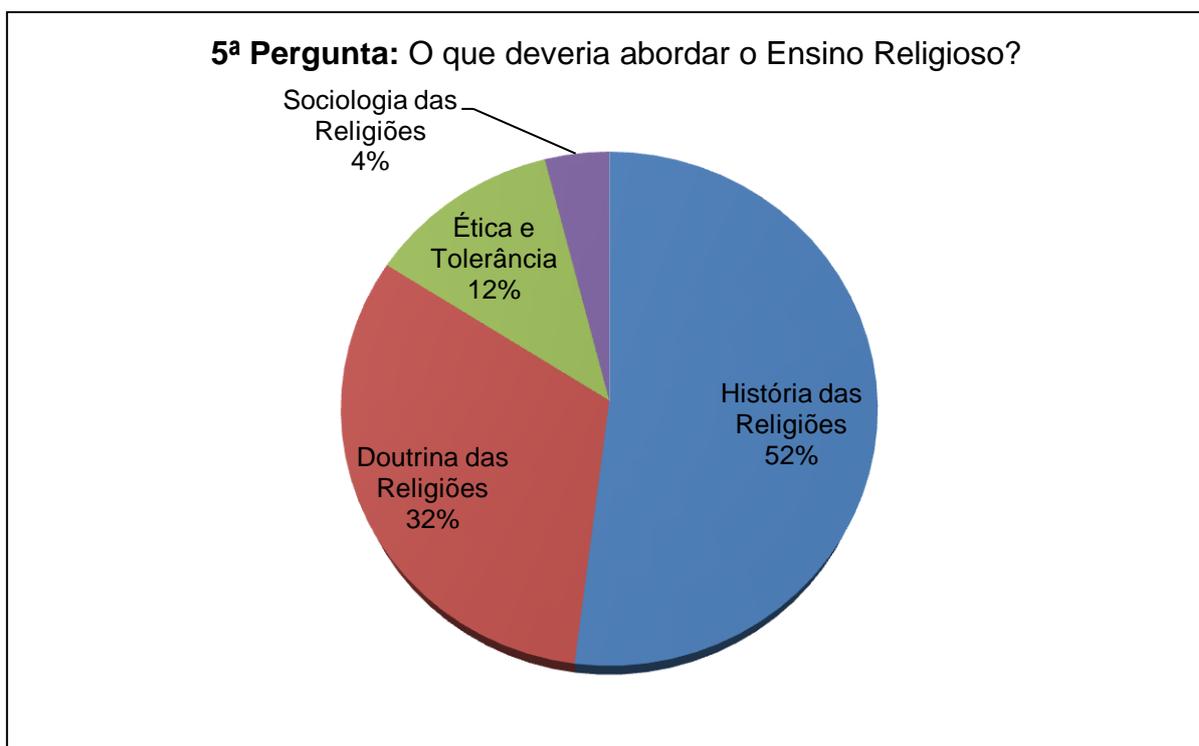


GRÁFICO 17: RESPOSTAS DA QUINTA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

Quando observamos o Gráfico 18 e vemos que 58% dos alunos indicou o Cientista da Religião como o melhor profissional para este ensino, nós entendemos que apesar das dificuldades enfrentadas já é uma realidade a melhoria do Ensino Religioso na sala de aula e poderá ser ainda melhor quando forem aplicadas outras práticas para a formação profissional, pedagógica e outras frentes educacionais que já dinamizam outras matérias.

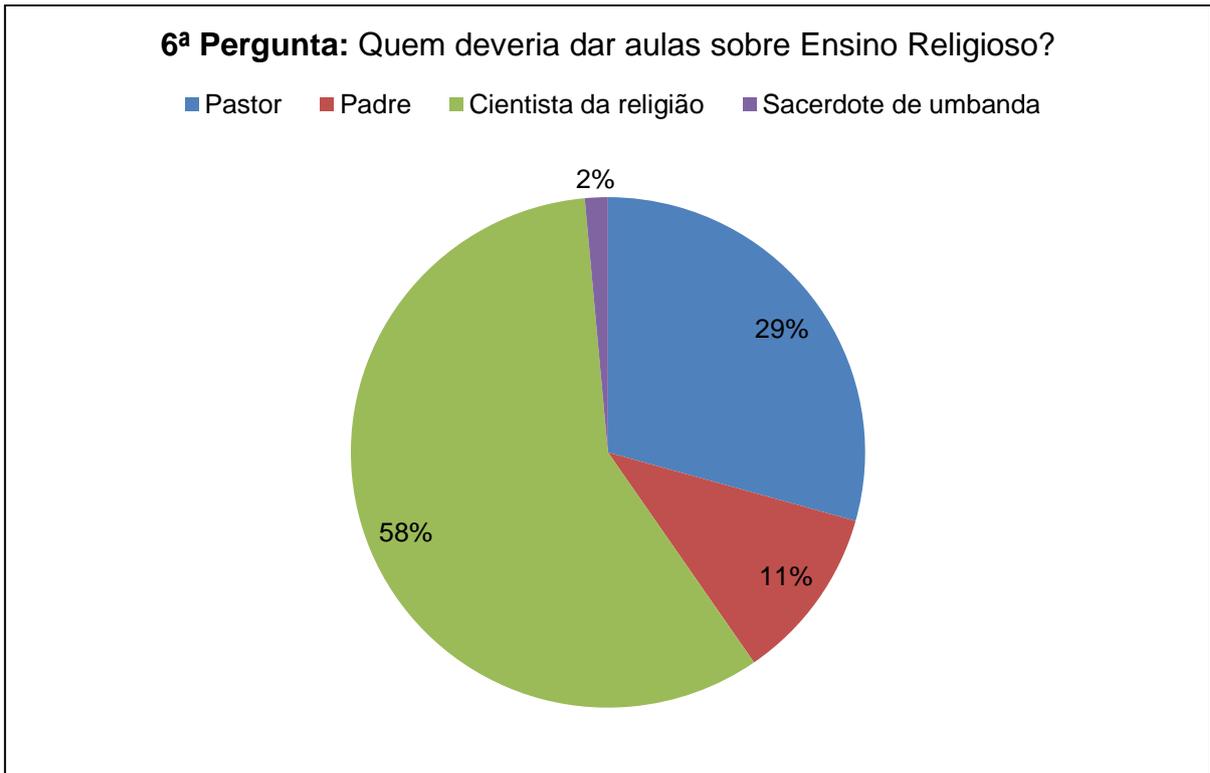


GRÁFICO 18: RESPOSTAS DA SEXTA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS

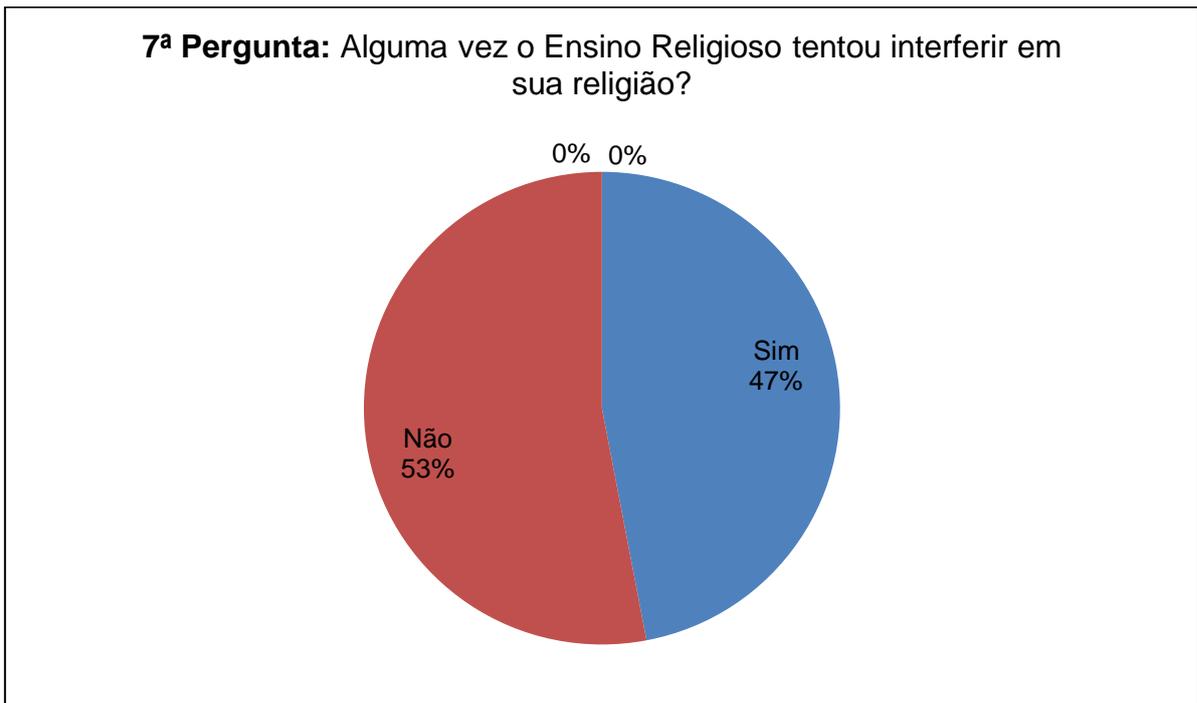


GRÁFICO 19: RESPOSTAS DA SÉTIMA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS

TABELA 16: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA SÉTIMA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|-------------|--|
| A-93 alunos | a) Impondo assuntos muitos diferentes dos que aprendi em casa. b) Sim, nem tudo que aprendemos na escola é correto. c) Não, uma religião nos leva a conhecer outra. d) Não, eu acho que em cada religião tem coisas boas para aprender. |
| B-87 alunos | a) Sim, afirmando ser a religião dos judeus a melhor. b) Sim, quando falou mal da minha religião. c) Não, a religião é decisão da pessoa, se quer seguir ou não. d) Não, mesmo assim acho confusas as afirmações que fazem sobre ciência. |
| C-82 alunos | a) Sim, um professor tentou argumentar que não existe Deus. b) Sim, tem muita gente descrente hoje. c) Não, só o fazem quando permitimos. d) Não, cada um segue a que quer seguir. |

Nas respostas subjetivas apresentadas na Tabela 16, alguns alegaram que uma das poucas interferências é quando são convidados para assistirem programas em outra igreja ou quando é criticada alguma doutrina praticada pelo colega de classe.

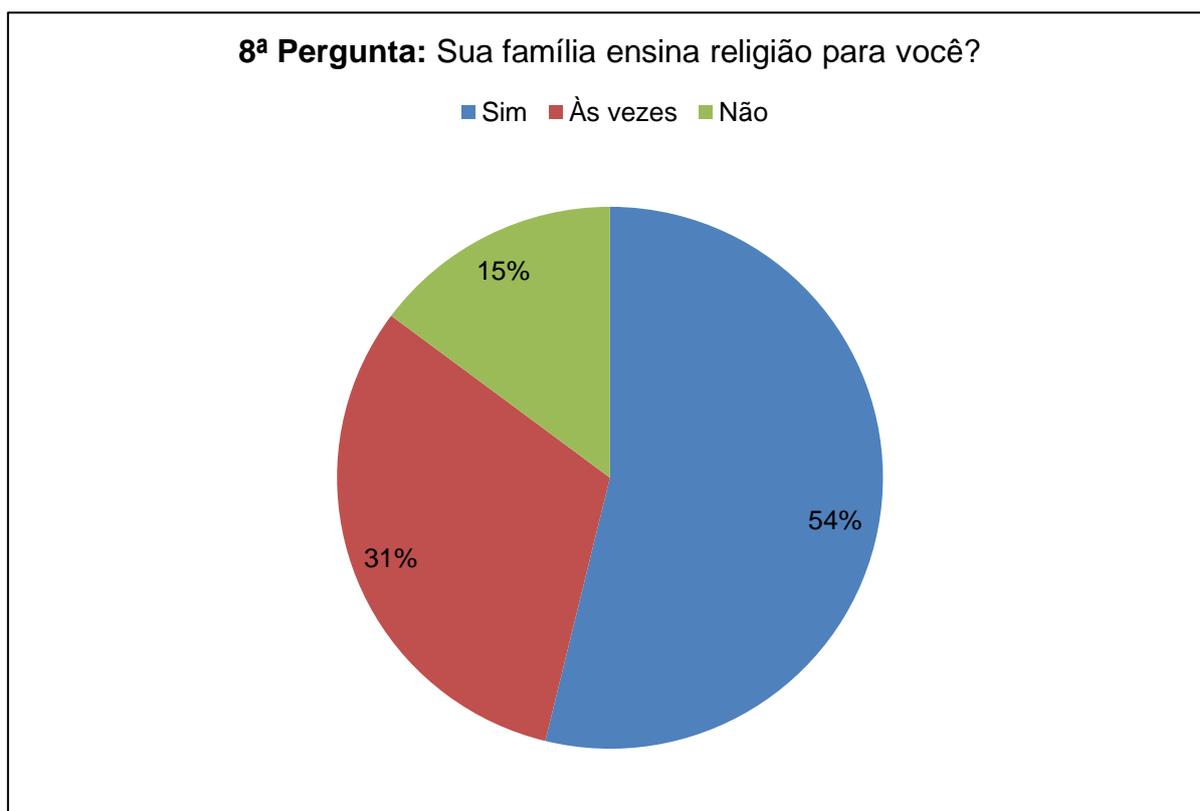


GRÁFICO 20: RESPOSTAS DA OITAVA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS

TABELA 17: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA OITAVA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|-------------|---|
| A-93 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Sim, com a Bíblia. b) Nos ensina a respeitar as pessoas. c) As vezes a evangélica. d) Não, dizem que é perder tempo. |
| B-87 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Através da igreja. b) Assistimos filmes bíblicos. c) Somente quando precisa nos corrigir. d) Minha família é um atraso religioso. Impedem que eu vá a igreja. |
| C-82 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Nossa casa é uma igreja. b) Sim, as vezes quando a coisa está feia eles vão a igreja. c) Não, simplesmente não falamos deste assunto. d) Não, eles não perdem tempo com religião. |

Nas respostas subjetivas (Tabela 17) foi afirmado que através da frequência à igreja e leitura ou estudo da Bíblia, é que se aprende sobre religião.

Na pesquisa 54% dos alunos respondeu que seus pais sempre ensinam o assunto religião para eles, 31% assinalou que às vezes seus pais os ensinam e 15% afirmou que seus pais não lhes ensinam nada acerca do tema religião (GRÁFICO 20). Nas respostas subjetivas (Tabela 17) percebemos que o Ensino Religioso familiar é passado de pai para filho e é totalmente voltado para as crenças pessoais dos que ensinam, este já não é o objetivo da escola que precisa contribuir com a formação cidadã e que seus alunos desenvolvam visões pluralistas diante de uma sociedade cada vez mais diversificada, capaz de ver neste ensino uma grande visão do nosso mundo ou apenas de ensinar a crer, mas a perceber os valores religiosos de uma cultura e sua influência para a geração que aprende suas crenças, o quanto eles são importantes para cada grupo social, qual sua influência comportamental para outras sociedades e gerações. Daí a importância da educação formal, científica, capaz de instruir todos em tudo e tudo em todos quando estes se encontram dispostos a saber o que existe em outros lugares.

TABELA 18: NONA PERGUNTA: QUAIS ASSUNTOS DE ENSINO RELIGIOSO SERIAM IMPORTANTES PARA VOCÊ?

| Doutrinas das Religiões | Histórias das Religiões | Fé | Ética | Bíblia |
|--------------------------------|--------------------------------|-----------------|--------------|---------------|
| Etnias | Religiões indígenas | Homossexualismo | Sexo | Cidadania |

A Tabela 18 faz referência a assuntos que são comuns na sociedade atual, mas que precisam encontrar mais espaço para a discussão em sala de aula. Assuntos como homossexualidade, saúde e outros podem ainda ser um tanto desconhecido para este público e, desta forma, a escola perde uma oportunidade de contextualizar assuntos de suas disciplinas com base em informações que circulam socialmente, o que poderia melhorar a prática de aprendizagem. Dessa forma, com todas as limitações do espaço escolar na vida dos discentes, se poderia melhor aproveitá-lo para encaminhar debates e reflexões deste e de outros aprendizados para a vida. A instituição escolar é mais do que uma transmissora de conhecimentos, ela é formadora de opinião e de ideologias, suas ações permeiam diretamente a vida de quem está em processo de formação.

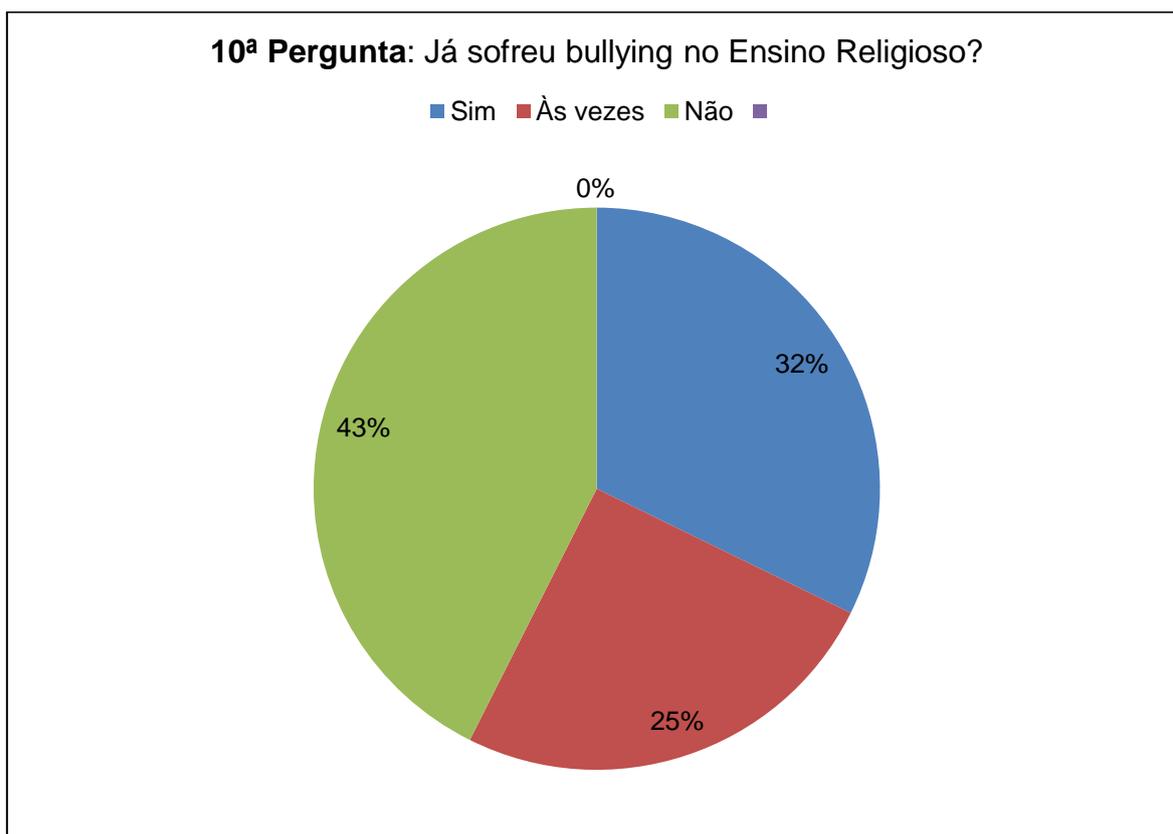


GRÁFICO 21: RESPOSTAS DA DÉCIMA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

TABELA 19: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA DÉCIMA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|--------------|---|
| A-93 alunos | a) Sofri bullying virtual. b) Quando declaramos nossas ideias sobre religião. c) Nunca, quem respeita, normalmente é respeitado. d) Não, nunca tive problema com isto. |
| B-87 alunos | a) Quando me veem com a Bíblia. b) Eu não, meu colega já. c) Não permito esta liberdade. d) Não, nosso professor já nos orientou sobre este assunto. |
| C- 82 alunos | a) Somente na rua. b) Sim quando digo que li a Bíblia. c) Somente quando vamos reunir em grupo. d) A psicóloga que veio na escola disse que não devemos diminuir os colegas. |

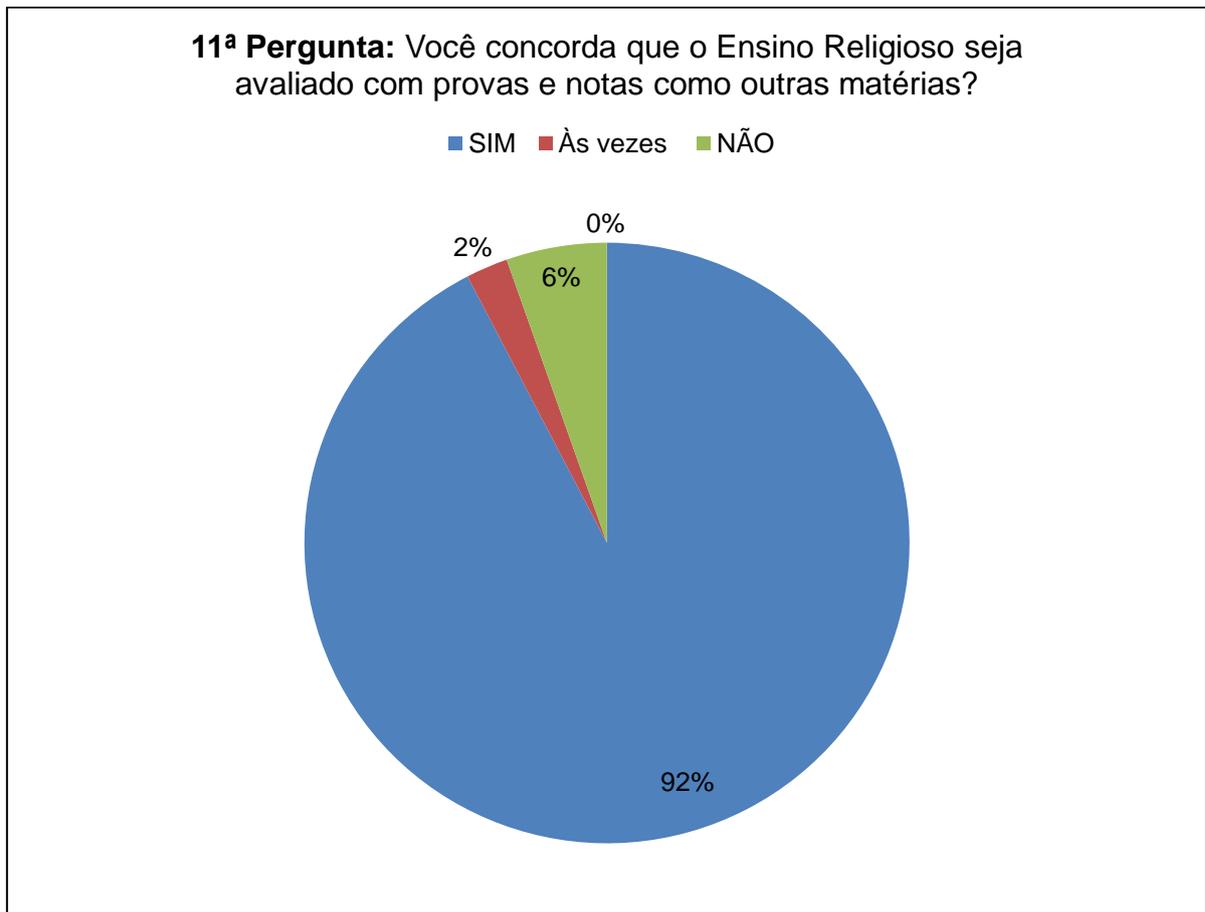


GRÁFICO 22: RESPOSTAS DA DÉCIMA PRIMEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

TABELA 20: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA DÉCIMA PRIMEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|----------------|---|
| A-93 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Pode medir nosso conhecimento. b) Sim, seremos provados a vida toda. c) Às vezes é o nosso incentivo. d) Não, provas causam irritação em qualquer matéria. |
| B-87 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) O professor saberá se estamos aprendendo. b) Nas provas, nós estudamos mais e sabemos mais. c) Às vezes, porque nas avaliações caem coisas que não gostamos e não sabemos. d) Não, as provas são um jeito de perseguir a gente. |
| C-82 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) As pesquisas são melhores. b) Não é só aprendizado de religião. c) As vezes é melhor os trabalhos. d) Não, no ensino médio não tem esta matéria. |

Quando questionados sobre o método de avaliação, 92% dos pesquisados são a favor de provas como meio de verificação do aprendizado, 6% disseram que às vezes é importante ter provas e 2% alegaram não ser necessário (Gráfico 22). Nas respostas subjetivas, apresentadas na Tabela 20, percebemos que além das provas, as pesquisas ou trabalho em grupo ou individual são uma ferramenta muito importante de aprendizado e avaliação e mesmo aqueles que defendem as provas como necessárias também demonstram que os trabalhos escritos podem contribuir para a solidificação do aprendizado.

As respostas que obtivemos com a décima segunda pergunta, tendo seus resultados demonstrados no Gráfico 23 e Tabela 21, por consideramos que resolução de conflitos seria uma das maiores virtudes do conhecimento religioso, o mesmo parece não ter conseguido ajudar na resolução de ajustes sociais: paciência, respeito, limites, parecem não ter sido uma das características de alcance do Ensino Religioso ofertado e praticado em nossos contextos educacionais. Parece que a prática deste ensino está conflitando com seu objetivo, sendo assim necessária uma contínua capacitação e entendimento por parte dos discentes e docentes sobre traçar planos que ambos dinamizem na busca deste objetivo.



GRÁFICO 23: RESPOSTAS DA DÉCIMA SEGUNDA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

TABELA 21: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA DÉCIMA SEGUNDA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|-------------|---|
| A-93 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Obedecer aos pais e respeitar os vizinhos. b) Tratar as pessoas sem preconceito. c) Às vezes nos ajuda sermos religiosos. d) Não, nossa professora passa o tema, mas não sabe explicar muito. |
| B-87 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Falar com educação com todos. b) Aceitar religiões diferentes mesmo não concordando com elas. c) As vezes entendemos as brigas religiosas dos povos. d) Não, eu resolvo meus problemas. |
| C-82 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Não entrar em brigas dos outros. b) O diálogo resolve problemas. c) As vezes me ajuda a ficar calmo. d) Não, temos poucas aulas de Ensino Religioso no ano, nosso professor falta bastante. |

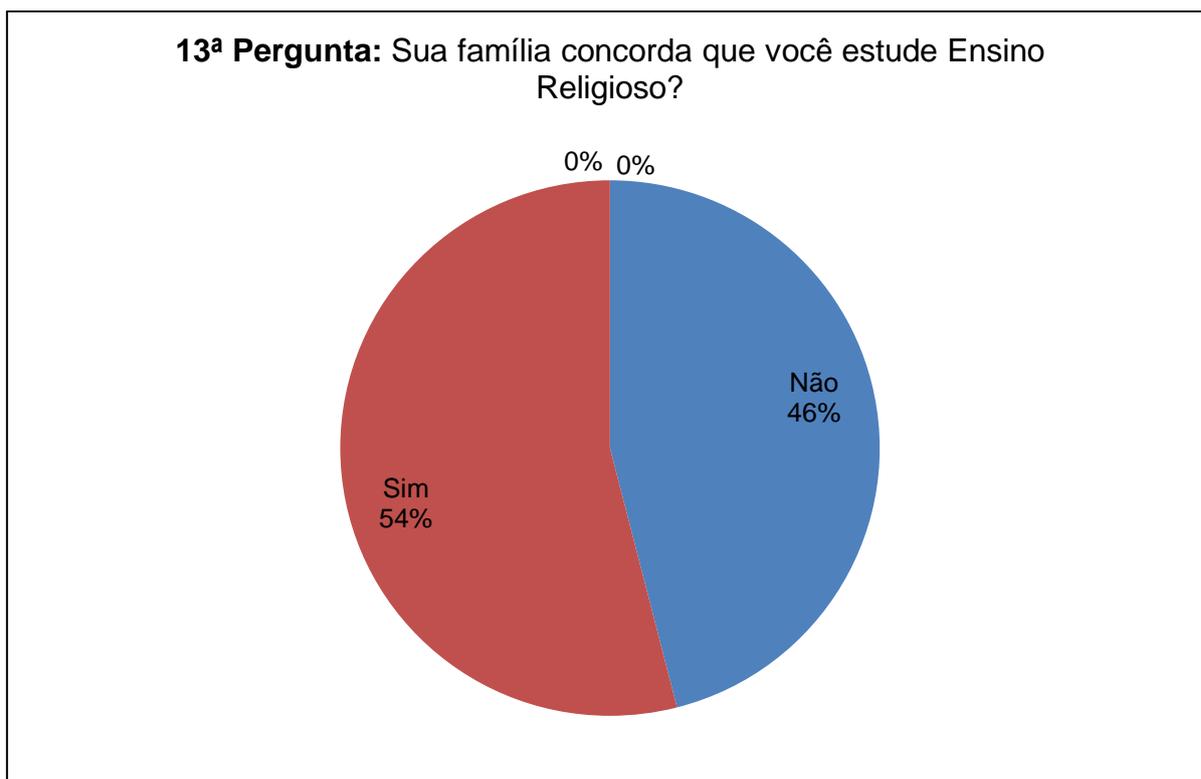


GRÁFICO 24: RESPOSTAS DA DÉCIMA TERCEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

TABELA 22: RESPOSTAS SUBJETIVAS DA DÉCIMA TERCEIRA PERGUNTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS.

| Escolas | Respostas Subjetivas |
|-------------|--|
| A-93 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Em casa não falam deste assunto. b) Sim, muitas vezes. c) As vezes criticam. d) Minha vó disse que estou perdendo meu tempo. |
| B-87 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) É assunto de igreja. b) Quando tem uma data importante: natal, finados. c) As vezes nos dão conselhos familiares. d) Raramente. |
| C-82 alunos | <ul style="list-style-type: none"> a) Eles compreendem como uma simples matéria. b) Meus pais dizem que a escola é o melhor lugar para aprender Ensino Religioso. c) Não, as vezes meus pais falam que querem nos fazer crentes. d) Não, dizem que tem coisas mais importante. |

Dentre os que responderam, conforme demonstra o Gráfico 24, 54% disseram que “sim” e 46% que “não”, onde percebemos, nas respostas subjetivas (Tabela 22),

um grande pluralismo quanto ao que acham da prática de Ensino Religioso. O que ficou claro é que mais da metade dos alunos acreditam que suas famílias concordam que eles estudem Ensino Religioso na escola e um pouco menos do que a metade acreditam que sua família não concorda.

2.3 Materiais Didáticos

Nas 03 (três) Escolas Estaduais e 04 (quatro) Escolas Municipais pesquisadas, os professores não dispunham de material didático em forma de livro do professor semelhantemente ao que ocorre com as demais matérias, ou outro tipo de apoio que pudessem orientá-los quanto a prática do Ensino Religioso na sala de aula. Eles alegaram que se serviam de pesquisas em *sites* onde adquiriam conteúdos e explicações de procedimentos didáticos que pudessem servi-los nas aulas.

Conversamos com as orientadoras pedagógicas das escolas e a escola “A” apresentou-nos um modelo de planejamento pedagógico bimestral indicando conteúdo de:

- 1 - Relações afetivas.
- 2 - Valores da família, respeito, compreensão e limites;
- 3- Relacionamento com o divino.

As demais escolas não apresentaram um planejamento pedagógico.

Terminamos este capítulo de análise de dados dos 604 (seiscentos e quatro) alunos pesquisados e podemos dizer que baseado nas observações que fizemos encontramos um Ensino Religioso fragmentado, que precisa encontrar sua razão de ser e cuja atuação tem pouco a acrescentar na formação dos discentes. É possível que essa deficiência deva-se ao fato deste ensino não encontrar a mesma sustentação como as demais disciplinas. Dificilmente uma secretaria de educação colocaria um professor de Matemática para lecionar Língua Portuguesa, no entanto, isto é prática comum no Ensino Religioso.

Também percebemos que esse tipo de ensino é parcialmente elaborado com vestígios confessionais e catequéticos, o que lhe confere uma configuração religiosa.

Nas pesquisas elaboradas fica evidente que os alunos querem ter Ensino Religioso, no entanto, muitos ainda pensam num Ensino Religioso que os habilite na fé, o que não corresponde ao propósito apresentado pelas frentes educacionais do governo e pelo FONAPER que defendem este ensino sempre baseado em ciências das religiões.

É preciso também ter professores com a capacitação específica para esta atuação, a fim de que os mesmos elaborem um bom plano de aula, que articule o ensino à vivência do discente, como acontece com a maioria das outras disciplinas. As melhorias educacionais alcançadas passam continuamente por reformas no sistema vigente. O mesmo se pode implementar com relação ao Ensino religioso.

O Ensino Religioso praticado nas escolas públicas de Manaus e no Estado do Amazonas é parcialmente baseado em ciências das religiões, dessa forma é preciso continuar reformulando as leis e práticas educacionais a fim de que torne este ensino 100% baseado em Ciências das Religiões, assim, haverá uma mudança na realidade educacional para todos os discentes e docentes que se beneficiariam deste aprendizado e prática na vida social.

3 ENSINO RELIGIOSO: A CONTRIBUIÇÃO DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

3.1 O que é Ciência da Religião?

A ciência da religião é uma ciência nova, que está em formação e é preciso muitas pesquisas com visões pluralistas para observarmos o desenvolvimento do progresso desta área de conhecimento.

Durante séculos as respostas das questões humanas eram resolvidas através dos mitos, do senso comum e tradições orais. No entanto, o homem passou a observar as respostas e questioná-las, as quais não prevaleciam quando eram verificadas racionalmente. Esta busca pela verdade sobre assuntos de seu interesse, fez o homem buscar o conhecimento científico. Neste contexto, pode ser dito que as novas formas de pensar racionalmente, e não emocionalmente, criaram a possibilidade do surgimento de ciência.⁴⁰

Citaremos alguns cientistas das religiões e também educadores que discutem o Ensino Religioso ou ciência da religião buscando uma fundamentação teórica para a prática do Ensino Religioso.

3.1.1. *Filoramo e Prandi*

Segundo Filoramo e Prandi,

durante a segunda metade do século XIX alinhados com o desenvolvimento de ciências humanas como a linguística, a antropologia cultural, a psicologia e sociologia formou-se a ciência da religião que pretendia buscar conhecimento científico das religiões.⁴¹

A ciência da religião nasce para fazer frente à teologia e à filosofia que neste período da história acreditava-se serem as fontes únicas de bases científicas, no entanto termina, segundo Max Müller, fundador da história das religiões, fazendo

⁴⁰ BRASILEIRO, Marislei S. *Ensino Religioso na Escola: o papel das Ciências das Religiões*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião. Pontífica Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2010, p. 101

⁴¹ FILORAMO, Giovanni, PRANDI, Carlos. *As Ciências Das Religiões*. São Paulo: Paulus, 1999. p.7

perseguição ao objetivo de demonstrar a superioridade do cristianismo às demais religiões.⁴²

A ciência da religião teve sua formação inicial como semente da teologia e filosofia, posteriormente tomou formas específicas com métodos e expressões próprias, capaz de expressar seu significado e importância para o aprofundamento do estudo da sociedade deste início de século XIX. Com a leitura da massa social feita no ocidente precisou ampliar seu leque religioso, o que antes era expressão vindas apenas dos missionários ou viajantes, agora seriam estudadas nas matérias de história das religiões.⁴³

3.1.2. Greschat

Segundo Greschat, ao pesquisarmos sobre ciência da religião precisamos buscar aportes teóricos contemporâneos em alguns dos grandes cientistas das religiões que fazem referência em assuntos escritos sobre a essência do que vem a ser o objeto religião. A maioria das pessoas que pensam em uma definição para religião limitam-na ao cristianismo que está dividido em milhares de crenças diferentes. Outros fazem limite em sua fé particular, tornando-se desta forma, muito difícil a abordagem deste assunto. A palavra religião deveria revelar toda forma de expressão que manifestasse a busca pelo ser transcendente em qualquer sociedade nos lugares mais remotos possíveis. Também sua forma de adoração distinta deveria ser observada, bem como respeitada a sua diferente visão de interpretação deste aspecto religioso. Na tentativa de definir mais precisamente o que é religião, precisamos esclarecer o que os povos, em diferentes lugares e culturas, conceituam em seus diversos credos sobre este termo.⁴⁴

Quando, por exemplo, o cientista "A" afirma que religião diz respeito, em todos os casos, a seres espirituais, o colega "B" diz "não, não, de jeito nenhum a seres espirituais, mas sim a promessa de redenção", o que, aliás, incluiria também o marxismo no gênero da religião. Quando "C" assume que a religião oferece para os seres humanos o sentido da vida, "D" o contradiz, pois acredita que ela é um tipo de debilidade mental para a qual a humanidade deve encontrar a cura o mais rápido possível, procurando definições, pensadores cristãos tem algo cristão na mente e não ocupam muito de religiões estrangeiras. Hindus, muçulmanos e outros fazem o mesmo, definindo religião de acordo com valores a que estão acostumados

⁴² FILORAMO, 1999, p. 7.

⁴³ FILORAMO, 1999, p. 7.

⁴⁴ GRESCHAT, Hans-Jürgen. *O que é Ciência da Religião*. Paulinas, 2005, p. 17.

desde a infância. Chegará o dia em que todos vão concordar com uma única definição? Isso é improvável.⁴⁵

Assim, estabelecido os debates acerca da temática, enquanto para uma sociedade a religião é vista como cura, para outra é vista como desenvolvimento de debilidade mental. Quanto mais aprofundamos em conhecer sobre religião, mais percebemos as diferenças de aspectos e de crenças. Cada sociedade tem sua visão e defende sua fé como importante para si. É preciso ainda entender que religiões atuantes são religiões que modificam suas regras às novas sociedades e que sua inércia é o marco de seu fracasso. Contudo, o equilíbrio é alcançado quando o passado e o presente são considerados nas novas posturas de decisões.⁴⁶

A maioria dos observadores encontra o objeto religião ocasionalmente, em um programa de notícias, por exemplo, ou durante uma viagem de férias. O que se vê ou ouve desperta emoções: “chato!”, “terrível!”, “fascinante!”. Esse é um primeiro efeito do objeto religião: aborrece uns, anima outros. Vamos ocupar-nos a seguir especificamente, daqueles que se sentem animados.⁴⁷

Aspectos da religião podem nos amedrontar ou encorajar, pode nos atrair para a prática dela ou causar pavor, distanciamento; para algumas religiões, preferimos tratá-las de forma inferior, pois nosso comportamento é do tamanho de nosso desconhecimento a respeito da prática da religião em observação. Que tipo de religião era a dos negros quando tinham que bater os tambores para que seu ser transcendente pudesse aparecer, e quando aparecia incorporava em um ou mais de seus devotos? Na ignorância damos as respostas mais absurdas e improváveis, precisamos ir para a escola e recebermos ensino religioso para saber o que eles acreditam e assim aprender deste povo uma nova forma de reconhecer o ser transcendente.⁴⁸

Para os cientistas da religião, as religiões estão em constantes mudanças e nunca será um caso acabado, porque para ser compreendida é necessário estudar a terceira camada, onde se estabelece suas doutrinas. Religiões surgem e desaparecem, nascem de ideologias ou desentendimento pelas lideranças das mesmas. Um cientista deve sempre ficar atento para ver as novas alterações

⁴⁵ GRESCHAT, 2005. p. 20.

⁴⁶ GRESCHAT, 2005, p. 20.

⁴⁷ GRESCHAT, 2005, p. 21.

⁴⁸ GRESCHAT, 2005. p. 21.

religiosas de um país, de uma sociedade, saber os motivos das mudanças e estudar estes comportamentos que serão novas fontes de produções de conhecimentos para novas gerações.⁴⁹

Estudiosos de religião, principalmente os teólogos, querem sempre defender uma religião e esta religião defendida será sempre a sua, é isto que diferencia um teólogo do cientista da religião. Este em seus atributos de cientista terá que ser científico, buscando o conhecimento de todas as religiões e o que, quando e como elas influenciaram nas mudanças sociais enquanto defendia sua religiosidade. Os teólogos sempre partem de sua premissa religiosa, sempre pesquisam partindo de sua fé, de sua tradição religiosa. “A tarefa do teólogo é proteger e enriquecer sua tradição religiosa. É sua religião que está no centro do seu interesse”.⁵⁰

A impossibilidade de uma completa definição para religião é pelo fato de estarmos tratando de um objeto vivo que muda sem cessar e modifica sua atuação nos contextos dos movimentos sociais. Quando os estudiosos querem forçar uma definição é porque também querem buscar uma conclusão para o objeto religião, mas esta tentativa de definição pode estar expulsando a possibilidade de religiões novas ou muitas não terem os ingredientes necessários para as definições pré-estabelecidas. Um exemplo desta situação é quando se nomeiam pequenas igrejas de seitas ou usam termos pejorativos para referir-se a algumas denominações religiosas e por terem tantas leis diferentes da maioria religiosa daquele contexto geográfico.⁵¹

Diferente de outras ciências, a religião tem um aspecto visível e invisível, um aspecto transcendente que é ignorado por outros cientistas, mas não pode ser ignorado pelos cientistas da religião.⁵²

A Ciência da Religião possibilita conhecer os textos sagrados do outro, quer seja a Bíblia, textos de Pali ou o Alcorão e perceber que sua motivação espiritual, religiosa, veio destes textos e que para milhares de pessoas que não conhecem e não entendem não tem nenhuma importância, mas para os que conhecem e praticam suas leis, são os meios de suas esperanças transcendentais. Estes textos nas formas diversas de aquisição, perpetuados pela prática educacional e religiosa

⁴⁹ GRESCHAT, 2005. p. 25.

⁵⁰ GRESCHAT, 2005, p. 155.

⁵¹ GRESCHAT, 2005. p. 27.

⁵² GRESCHAT, 2005, p. 33.

são uma fonte inspiradora de fé, crença, motivação religiosa que foi plantada de geração em geração para suprir as necessidades de buscas e conhecimentos deste processo fenomenológico e sua influência no meio em que perdure tal prática de sua religiosidade.⁵³

3.1.3. Usarski

Segundo Usarski, é preciso reconhecer que religião é algo extremamente difícil de definir. Porém, o ser transcendente que atua na vida religiosa e alimenta uma experiência pessoal, direta e transcendental, jamais poderá ser negada por aqueles que experimentaram e também para os que nunca absorveram tal importante religiosidade em sua vida.⁵⁴

É necessário ainda falar dos lugares sagrados que podem alterar muito os comportamentos de convivência entre os povos. É necessário um aprendizado de convivência religiosa, o respeito pelo diferente, a tolerância pelo desconhecido, evitando assim atrocidades com pessoas inocentes e o planeta veria duas das grandes e antigas religiões convivendo e respeitando suas diferenças.⁵⁵

O ensino da história das Religiões nas universidades ainda está no jardim da infância. A esperança é que no século XXI a sociedade possa valorizar este ingrediente importante para a consolidação da vida humana.⁵⁶

Em diversas partes de seu livro, Usarski aborda a necessidade de entendermos o transcendente. Ele propõe que para defender a fenomenologia religiosa é necessário termos acesso direto à religião que queremos conhecer e este conhecimento não pode ser somente através de livros, mas sim em contato direto com suas manifestações de sagrado. É preciso conhecimento de muitos fatos religiosos para saber definir qual a verdadeira essência da religião.⁵⁷

⁵³ GRESCHAT, 2005. p. 48.

⁵⁴ USARSKI, Frank. *Constituintes da Ciência da Religião: Cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma*. São Paulo: Paulinas, 2006. p.41

⁵⁵ USARSKI, Frank. *O Espectro Disciplinar da Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 187.

⁵⁶ USARSKI, 2007, p. 28

⁵⁷ USARSKI, 2006, p. 35.

O Ensino Religioso não pode ser uma sequência de qualquer área teológica, não pode ser confessional ocultando sua visão singular, ele deve ser planejado baseado na pouco conhecida ciência da religião.⁵⁸

É necessário que este ensino tenha autonomia na leitura de todas as áreas que lhe servirá para formar a visão educacional. Precisamos avaliar contextos histórico, sociocultural em que surge a pesquisa científica que foi construída para nós ao longo desse tempo. Somente assim poderemos saber onde estamos e onde queremos chegar com esta descoberta do mundo religioso, tão abrangente.⁵⁹

Quando um aluno participa de aulas de Ensino Religioso seguindo um plano liberal e não missionário, além de conhecer a riqueza do mundo religioso, ele poderá também desenvolver sua habilidade crítica quando descobrir que seu comportamento social, familiar e religioso foi pautado por um procedimento vindo de uma tradição religiosa que poderá agora, frente ao novo conhecimento, ser avaliado e mensurado em seus resultados históricos, e a validade desta continuação ou negar a continuidade deste fato que sendo verificado, constatou-se inapto para continuidade numa vida pessoal familiar e social.⁶⁰

No contexto de Ciência e Religião, vale considerar que não podemos tratar grupos minoritários como pagãos ou seita, grupos minúsculos precisam ser respeitados e incluídos nos mesmos direitos de liberdade religiosa dos demais grupos com sua autonomia conquistada por serem numerosos.⁶¹

Na Alemanha havia o Ensino Religioso católico e luterano chamado de orientação cristã, quem não aceitava participar deste, poderia ser discente no conteúdo de conhecimento sobre religiões, este era amparado por ciências como: Filosofia e Ciência da Religião que já tinham respaldo científico para advogar o que pretendia com seus argumentos teóricos a respeito de suas crenças. Desta forma, contribuía com a aceitação do Ensino Religioso que tinha naquele momento novas propostas de práticas para a educação vigente.⁶²

⁵⁸ USARSKI, 2007. p. 5.

⁵⁹ USARSKI, 2007, p. 6

⁶⁰ USARSKI, 2006, p. 110.

⁶¹ USARSKI, 2006, p. 110.

⁶² USARSKI, 2006, p. 110.

3.1.4. Sena

Segundo Sena, é preciso esclarecer uma sociedade inteira do que vêm a ser as novas propostas para o ensino religioso, o quanto ele é diferente de antigas formas catequéticas e o quanto pode contribuir com a construção da cultura do aprendizado social. Alguns responsáveis pensam que este é um assunto que pode e deve ser tratado somente entre família, que este tempo pode ser melhor aproveitado quando for usado para outras matérias que são mais importantes, desta forma desconsideram a importância de tratar este assunto de forma científica, pesquisada, escolarizada, discutida entre os alunos, realizada suas conclusões nos devidos tempos históricos e geográficos de concepções éticas, religiosas, culturais, com seus valores sociais desenvolvidos pelas sociedades praticantes das religiões estudadas. No entanto, agindo assim descobrirá a influência destas práticas religiosas nos comportamentos sociais dos estudantes.⁶³

Necessitamos sempre aferir nossos ponteiros educacionais quanto à Ciência da Religião não se tratar de educação religiosa, também não busca formar um fiel e não medirá o quanto uma pessoa é religiosa ou não. Ela trata da religiosidade e religião no aspecto de dados antropológicos e socioculturais e deve ser uma educação que habilite na educação geral a sociedade, semelhante aos demais conteúdos escolares. Este mesmo autor afirma que:⁶⁴

Ensina-se religião para ter maior consciência de seu significado na vida do indivíduo e sua função na sociedade. Discernir o dado religioso e assumir posturas cidadãs perante suas manifestações e relação com as diversas dimensões da vida humana é uma habilidade indispensável para a educação dos cidadãos oriundos de qualquer credo.⁶⁵

Faz-se necessário descobrir que religião deve ser assunto discutido e aferido com nossas necessidades sociais. Carecemos incluir pessoas de diferentes credos nas causas sociais em comum. Também precisamos descobrir o porquê de religiosos fazerem em nome das religiões coisas tão nobres e no nome das religiões coisas tão pobres.⁶⁶

⁶³ SENA, 2007, p.36.

⁶⁴ SENA, 2007, p. 36.

⁶⁵ SENA, 2007, p. 47.

⁶⁶ SENA, 2007, p. 37.

Ainda temos a questão do científico que fica muito comprometido quando começamos uma prática sem estabelecimento do que será transmitido, principalmente, no aspecto de qual caminho seguir e qual objetivo se quer alcançar. Nós adquirimos de povos europeus os primeiros passos para inovar nosso Ensino Religioso, na Alemanha o currículo escolar é abordado de forma diferente em cada estado.

Um exemplo disto é que na Baixa Saxônia os discentes estudam normas e valores, conteúdos como: feriados e festas religiosas, rituais, mitos de criação, relação entre o profano e o sagrado e sobre comunidades religiosas alternativas e recém-fundadas. Na Bavária o currículo prevê aulas sobre cosmovisões e as antropologias religiosas do cristianismo, judaísmo, islamismo, hinduísmo e budismo. Na Turíngia espera-se que introduza as principais religiões do mundo, seus fundadores e textos sagrados, seu potencial de moldar culturas e símbolos, festas e ritos, que o professor ainda informe sobre suas instituições e função social.⁶⁷

Vale compreender que estudar ensino religioso nos moldes de ciência e religião faz necessário tomar posse do patrimônio cultural que estamos inseridos, ignorar este fato torna falta de reflexão. O espaço escolar até o momento é o mais apropriado para esta dinâmica.⁶⁸

Ciências e religião não buscam uma postura de confirmação da fé de quem está inserido numa educação religiosa, também não pode ser incentivador de nenhum procedimento religioso, sua defesa deve ser realizada com argumentos antropológicos e socioculturais, contribuindo com a formação geral e completa da cidadania do discente, não subtraindo ou adicionando qualquer item que possa diferenciar de outras matérias escolares.⁶⁹

As Ciências da Religião podem oferecer a base teórica e metodológica para a abordagem da dimensão religiosa em seus diversos aspectos e manifestações, articulando-a de forma integrada com a discussão sobre a educação. A educação geral, fundada em conhecimentos científicos e em valores, assume o dado religioso como um elemento comum às demais áreas que compõem os currículos e como um dado histórico-cultural fundamental para as finalidades éticas inerentes à ação educacional. Portanto, nesse modelo não afirma o ensino da religião como uma atividade cientificamente neutra, mas com clara intencionalidade educativa, postula a

⁶⁷ SENA, 2007, p. 37.

⁶⁸ SENA, 2007, p. 9.

⁶⁹ SENA, 2007, p. 32.

importância do conhecimento da religião para a vida ética e social dos educandos.⁷⁰

Ciências e Religião objetivam, não negam a realidade social do discente frente ao seu conhecimento e atuação religiosa, não podemos na educação desconsiderar seu histórico individual ou social, cabe a cada docente ser habilitado para agregar os conhecimentos que surgem na pluralidade escolar, assim formaremos um discente hábil em assuntos relacionados à religião.⁷¹

Os conteúdos de Ensino Religioso precisam oferecer aos alunos um conhecimento das principais religiões com seus fenômenos. Também precisam ser capazes de produzir nos discentes uma grande capacidade de tolerância religiosa. Eles também poderão aprender a avaliar ou questionar posturas religiosas com fundamento ingênuo ou confuso.⁷²

O que limita a influência e desenvoltura da Ciência e Religião no Brasil é o fato de nossa base epistemológica ainda não ter encontrado um porto seguro, e em sua instabilidade, dificuldades filosóficas aparecem a todo o momento, isto dificulta a abordagem religiosa principalmente quando se faz necessário o diálogo com outras ciências que definem as necessidades dos discentes frente aos seus currículos escolares.⁷³

Há uma necessidade de estudos científicos que capacitem e moldem a interpretação epistemológica, pesquisas que tenham como base uma definição que não deixa dúvidas para as atuações educacionais.⁷⁴

Vale ressaltar que um discente em sua formação necessitará de ser compreendido em sua amplitude transcendental, refletindo-se em sua atuação teórica, política e pedagógica como formação para uma cidadania plena.⁷⁵

Em vários países da Europa se pratica um Ensino Religioso confessional, no entanto, alguns progressivamente vêm buscando um aperfeiçoamento antropológico e cultural que poderá dar forma mais pluralista, considerando que esta é a nova

⁷⁰ SENA, 2007, p. 32.

⁷¹ SENA, 2007, p. 33.

⁷² SENA, 2007, p. 52.

⁷³ SENA, 2007, p. 34.

⁷⁴ SENA, 2007, p. 35.

⁷⁵ SENA, 2007, p. 35.

formação social que vem surgindo naquela região, principalmente de imigrantes mulçumanos, sendo necessário criar um novo perfil pedagógico.⁷⁶

Como dito anteriormente e exemplificando a pluralidade religiosa, na Baixa Saxônia estudam-se assuntos como: feriados, festas religiosas, a relação entre o sagrado e profano, rituais, mito. Na Bavária estudam antropologia do cristianismo, islamismo, judaísmo, budismo⁷⁷. Outros países como Holanda, Bélgica, Inglaterra, Áustria e Espanha também fazem parte do grupo que busca acreditar que o Ensino Religioso faz parte de uma grande contribuição na educação para cidadania de um povo.⁷⁸

3.1.5. Boeing

Segundo Boeing, no Brasil muitas pessoas afirmam que política, futebol e religião não se discute, porém, não podemos ignorar que no contexto mundial milhares de pessoas já perderam suas vidas pelos conflitos religiosos intermináveis em algumas regiões onde famílias e suas gerações seguintes vitimaram muitos inocentes. Aqui ainda resiste a ideia de fazer ciência sobre religião ou ensino religioso, mesmo assim um grupo de cientistas cresce com pesquisas e práticas científicas provando que podem fazer ciência em nível acadêmico de assuntos que recentemente afirmavam não ser possível.⁷⁹

As ciências humanas atuais reconhecem a necessidade de considerar na aproximação da complexidade do indivíduo, a dimensão religiosa. E, nessa apropriação o Ensino Religioso e as Ciências das Religiões têm muito a contribuir.⁸⁰

O Ensino Religioso deverá promover na vida dos educandos uma construção cultural, com o objetivo de renovar o significado da dimensão humana. Deve ainda conduzir estes educandos a um conhecimento religioso contextualizado, podendo tirar suas conclusões das interpretações religiosas decorrentes de seu contato religioso com o sagrado.

⁷⁶ JUNQUEIRA, 2008, p. 164.

⁷⁷ SENA, 2007, p. 53.

⁷⁸ JUNQUEIRA, 2008.p.163

⁷⁹ BOEING, Antônio. Ensino Religioso enraizado nas Ciências da Religião. *Diálogo Revista de Ensino Religioso*. Ano XIV, n. 55, agos./set.2009. p. 09-12.

⁸⁰ BOEING, 2009. p. 09-12.

O profissional de ensino religioso habilitado na área de Ciências da religião tem muito a contribuir no sentido de auxiliar os alunos a enfrentarem as questões que estão no cerne da vida e despertá-los para o valor da religiosidade presente em cada um e orientar para a descoberta de critérios que os levem a atuar na sociedade em atitude dialógica e reverente na relação com a diversidade religiosa.⁸¹

Este professor conseguirá que seus alunos sejam éticos, porque os conduzirá a um aprendizado de diálogo dos grandes problemas da humanidade. Saúde, fome, violência, discriminação, preconceito são alguns dos grandes temas que poderão ser discutidos na busca de uma sociedade mais justa, solidária e cumpridora de seus deveres com o próximo. Nosso olhar deve transcender conteúdos teológicos, talvez impossível em sua filosofia, mas sua prática deve revelar parte daquilo que queremos formar como sociedade.⁸²

Em entrevista, um professor de uma escola pública relatou sua insegurança de falar sobre o Ensino Religioso e constranger seus alunos em sala de aula. Talvez isso seja consequência de ele fazer um julgamento de valor a respeito do tema. Sabemos que trabalhar o Ensino Religioso é complexo, oposto ao que recebemos, mas sua prática deve ser diferente, pois, como professor, ele não pode ser pastor ou padre, mas sim um estimulador de contextos de aprendizagens. Agindo assim poderá garantir em sala de aula o direito de todos, bem como o dever de todos.

O profissional docente deve ser profundo conhecedor de religiões. Deve conhecer tanto as religiões dos ancestrais australianos ou de grupos étnicos da África, quanto as dos índios da Amazônia. Este é nosso mundo, um pluralismo que cada dia se expande e como professor é preciso desenvolver habilidade de convivência para formar uma sociedade mais capaz de compartilhar, dividir, somar, respeitar as diferenças e que pensam e agem diferente de nós.⁸³

Quem vai para uma sala de aula deve considerar que não existe nenhum povo destituído de experiência com o sagrado, não houve tempo em que humanos não tivessem expressão religiosa, desta forma, o que pode ser julgado como apenas expressão do sagrado pode ser a maior experiência do transcendente vivido por aquela pessoa, grupo ou comunidade.⁸⁴

⁸¹ BOEING, 2009, p. 09-12.

⁸² BOEING, 2009, p. 09-12.

⁸³ BOEING, 2009, p. 09-12.

⁸⁴ BOEING, 2009, p. 09-12

Na escola, o Ensino Religioso será significativo quando sensibilizar os alunos para uma vida de valores com justiça, equidade, confiança, solidariedade, respeito e dignidade. Ele propõe estratégias para um ensino que consiga protagonizar em sua metodologia a compreensão de si mesmo, do outro e do Fenômeno Religioso, desta forma, cita sua proposta básica para a melhoria do Ensino Religioso atual.⁸⁵

Desenvolver o imaginário, a criatividade, o senso crítico-politizado e a postura ética; Perceber e construir valores e definir comportamentos de respeito à pluralidade; Sensibilizar para ação comprometida com a dignidade do outro; Estimular a incorporação de imagens afetivo-mentais do bem, do bom e do belo; Relacionar as diversas experiências e manifestações religiosas; Possibilitar o conhecimento do outro e de outras experiências; Estabelecer relações de aprendizado e também de respeito à diversidade; Selecionar conteúdos que fomentem a construção de valores; Garantir autonomia de quem conhece, para que se possa aprofundar e aprender; Sensibilizar para ações no espaço social, decodificar a realidade e manter a atitude dialógica; Despertar a criatividade, potencializar e encantar a vida.⁸⁶

O parágrafo acima revela a busca de um educador pela eficiência na educação, não uma educação já repetida, mas uma busca com vontade de estabelecer novos referenciais que podem criar base para um ensino que alcance a todos e inclua mesmo os mais diferentes e desconhecidos.

O Ensino Religioso se constitui importante componente curricular quando consegue aproximar as pessoas do que lhe é diferente com base no diálogo, assim as diferenças serão resolvidas pelo conhecimento do outro, estabelecendo vínculo sem perder sua identidade, com isto haverá possibilidade de convivência democrática.⁸⁷

3.1.6. Ranquetat Júnior

Segundo Ranquetat Junior, a Igreja Católica ao incorporar-se ao Império Romano, assumiu o monopólio não só do conhecimento, mas o que é mais importante do direito de definir o que é válido ou não estudar, conhecer e aceitar como verdade. Desta posse do conhecimento tido como verdadeiro decorria o princípio de que também a ela caberia a missão de educar. O estado permitiu que

⁸⁵ BOEING, Antônio. Questões metodológicas do Ensino Religioso. *Diálogo Revista de Ensino Religioso*. São Paulo: Paulinas, 2013. p. 44 - 48.

⁸⁶ BOEING, 2013, p. 44 - 48.

⁸⁷ BOEING. 2013, p. 44 - 48.

ela cuidasse da educação no Brasil e o que pareceria uma parceria tornou-se uma forma de controle, de manipulação de ideologias. Nesse período, quando havia um concurso público, curso universitário ou para ingressar em cargo político era preciso fazer juramento pela fé católica, isto constituía uma enorme arbitrariedade religiosa que influenciava decisões sociais de um país democrático.⁸⁸

Porém, com as constantes mudanças sociais que ocorreram no Brasil, a Igreja Católica também percebeu a necessidade de implantar um Ensino Religioso pluralista, que fosse capaz de associar pessoas das diferentes culturas que formam a sociedade brasileira. Essa denominação que sempre buscou atingir um caráter universal passou a se interessar pelo uso do ensino religioso, para atingir essa finalidade, no Brasil. Segundo Junqueira, o então presidente da CNBB Dom Lucas Moreira Neves, escreveu um fax ao Presidente da República manifestando contrariedade pelo fato de o artigo 33 da LDB de 1996, estabelecer o ensino religioso sem ônus para os cofres públicos, posteriormente, manteve um contato telefônico direto com o Presidente da República, dizendo perplexo e surpreso.

Este procedimento da política brasileira abriria uma porta para o informal da educação e assim poderia surgir os “voluntários” que dariam suas aulas de teologia. Quando o Ensino Religioso é promovido pelo estado este tem o dever de educar de forma não constrangedora, em um estado laico, assim também deve ser sua educação. Uma educação de Ensino Religioso laica deve ser capaz de levar seus educandos um conhecimento de religião sem necessitar catequizá-los por esta ou aquela educação com formato de catequese.⁸⁹

O rompimento entre Estado e Igreja Católica trouxe a liberdade de se ensinar outras religiões e frente à imposição católica, que não abria espaço para outras religiões, estas em lugares que conquistavam seu espaço, também negavam o direito de partilha de espaço com novas religiões ou de outras regiões. Até hoje no Brasil igrejas são proprietárias de escolas confessionais e assim ministram seus catecismos. Os funcionários públicos ou universitários que eram obrigados a fazer juramento à fé católica agora poderiam seguir o caminho de sua escolha ou até não

⁸⁸ RANQUETAT JÚNIOR, César. Do Confessional ao Plural: uma análise sobre o novo modelo de ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba: Paulinas. V. 8, n.23, jan./abril 2008, p. 289-305.

⁸⁹ RANQUETAT JÚNIOR, 2008. p. 289-305.

seguir nenhum, isto foi mais um passo no caminho da qualidade da democracia e liberdade de escolha oferecida ao povo brasileiro.⁹⁰

Além disso, por meio da entidade civil prevista na lei federal de 1977, diversos grupos religiosos podem participar na elaboração do conteúdo desta disciplina, ao contrário do que ocorria anteriormente em que apenas os grupos religiosos hegemônicos participavam nesta elaboração. Assim abre-se espaço para que outros grupos religiosos minoritários exerçam alguma influência no espaço público por meio do Ensino Religioso.⁹¹

No que diz respeito à imposição religiosa não podemos esquecer que suas visões teológicas, proselitistas e confessionais devem ficar em seu contexto de igreja. Porém, a Lei Federal nº 9475/97 estabelecia que o ensino religioso fosse elemento integrante da formação básica do cidadão. Segundo Junior (apud Carneiro, p. 7) “[...] a partir de 1977, o ensino religioso é ressignificado, passando a ser entendido como parte integrante da construção de um novo cidadão e não apenas formar ou confirmar um fiel”. A Fé sempre será um ingrediente importante da vida dos educandos que deverá ser tratada sempre em seu contexto de vida religiosa pessoal e familiar.

Reconhecemos que o Ensino Religioso pode contribuir com a formação cidadã do aprendiz sobre ética e demais valores familiares e até culturais, já iniciados em casa se os responsáveis receberam, em sua educação, também estes valores. A escola continua este processo mostrando um desenvolvimento cada vez maior no caráter deste que descobre o mundo e sabe viver com suas descobertas.⁹²

Na sala de aula não é lugar para provar a ascendência ou falência de nenhuma religião, seu papel social não consiste em fazer discípulos ou formar funcionário de nenhuma igreja, seu objetivo jamais deve ser confessional ou promover a catequese em seu espaço reflexivo.⁹³

Porém, nossa educação de ensino religioso tem um passado marcado pela hegemonia religiosa que impunha sua catequese e seus procedimentos confessionais, conexo a essa realidade também tínhamos uma sociedade vista como única, singular, com poucas mudanças ou eram vistas desta forma. A visão pluralista veio por quem passou a enxergar uma sociedade como colcha de retalhos,

⁹⁰ RANQUETAT JÚNIOR, 2008, p. 289-305.

⁹¹ RANQUETAT JÚNIOR, 2008, p. 289-305.

⁹² RANQUETAT JÚNIOR, 2008, p. 289-305.

⁹³ RANQUETAT JUNIOR, 2008, p. 289 - 305.

pois há pessoas do mundo todo morando no Brasil. Em algumas cidades inclusive, temos bairros conhecidos pelos moradores que migraram e estabeleceram moradias numa mesma comunidade de italianos, japoneses, árabes entre outros.

O espaço que hoje denominamos Brasil, nunca foi de um povo só. Basta recordarmos que quando os Europeus aportaram aqui, há pouco mais de 500 anos, a população nativa já habitava em todo território brasileiro, não havendo registro do início dessa chegada. De modo geral, temos uma dificuldade enorme de enxergar o plural, em decorrência, talvez, da nossa condição de povo colonizado e aculturado por meio de ideologias religiosas desde a chegada dos europeus, africanos entre outros. Nossa identidade étnica precisa ser vista de forma mais que inclua todos os discentes no processo contínuo de educação.⁹⁴

Contrário de sociedades arcaicas e tradicionais é fundamental que aprendamos a defender um sistema de crenças e valores que abarque tudo e todos, este é um modelo de sociedade moderna que estando em lugares com pessoas de diversas formas de pensamentos que seus participantes sociais apelem para a multiplicidade religiosa e inclua em seu cardápio de respeito até aqueles que auto definem sem religião.⁹⁵

Nas modernas sociedades nós ouvimos notícias em poucos segundos que ocorreram do outro lado do mundo, suas músicas, seus hábitos, seu estilo de vida. Precisamos quebrar barreiras que incrivelmente construímos pelas formas sociais religiosas que aprendemos na cultura de nossa geração.⁹⁶

Na Alemanha, por exemplo, o ensino religioso é uma disciplina obrigatória, sendo que em muitos Länders que equivale as regiões no Brasil, o ensino religioso ministrado nas escolas públicas, o confessional cristão. Na Grécia, onde a religião ortodoxa é a religião oficial do estado, as escolas públicas oferecem uma disciplina de Ensino Religioso sobre religião ortodoxa. Por sua vez, na Espanha, onde a Igreja Católica possui uma grande influência, o Ensino Religioso nas escolas públicas é confessional católico. Na Grã-Bretanha nota-se uma evolução de um ensino religioso confessional para uma educação multi religiosa, com o estudo nas escolas públicas de pelo menos seis religiões: o cristianismo, o judaísmo, o islã, o hinduísmo, o budismo e o sikkismo.⁹⁷

⁹⁴ RANQUETAT JÚNIOR, 2008, p. 289-305.

⁹⁵ RANQUETAT JÚNIOR, 2008, p. 289-305.

⁹⁶ RANQUETAT JÚNIOR, 2008, p. 289-305.

⁹⁷ RANQUETAT JÚNIOR, 2008, p. 289-305.

3.1.7. Junqueira

Segundo Junqueira, é necessário reconhecermos no ensino religioso a sua importância para a educação da cidadania, da diversidade cultural nos educandos que estão descobrindo a vida e seus percalços. Faz parte do nosso mundo o aspecto religioso e este deve ser colocado de forma sistemática, entretanto, a metodologia aplicada deve favorecer a observação da manifestação do religioso que busca o transcendente.⁹⁸

Outra situação tratada pela ciência e religião e que deve fazer parte de nossa visão crítica é que precisamos esclarecer aos pais dos educandos que recebem este ensino religioso que o mesmo será transmitido no contexto de ciência e religião. Eles poderão pensar que participando de aula de ensino religioso seus filhos seguirão outras religiões ou o tempo gasto nesta aula poderia ser aproveitado melhor em outra matéria, ou ainda achar que este é um assunto que deve ser tratado em casa, numa questão familiar.

Desta forma, pode estar desconsiderando a importância de tratar este assunto de forma escolar, científica, num contexto de ciência e religião. Na busca pelo conhecimento religioso científico, este educando aprenderá sobre política, cultura, ética, valores sociais desenvolvidos pelas sociedades praticantes das religiões estudadas. Nestes estudos descobrirão a influência da prática religiosa que exerce e comparando com conclusões que fará deste educando uma pessoa compreensível de hábitos, costumes, comportamentos que antes desconhecia, aumentando sua capacidade de entender as diferenças entre os povos e contribuindo com sua habilidade de convivência.⁹⁹

O diálogo é capaz de aprofundar o sentimento que nutrimos pelo outro. A capacidade de se colocar no lugar do outro, ser solidário as suas necessidades, edifica e solidifica as bases do altruísmo, igualmente quando inclina o praticante a apoiar e construir o direito do outro, mesmo quando não concorda com a autonomia deste.¹⁰⁰

O melhor Ensino Religioso é o que pode ser aplicado no seu contexto fenomenológico, o mesmo foi preparado e estruturado a partir dos Parâmetros

⁹⁸ JUNQUEIRA, 2002, p. 139.

⁹⁹ JUNQUEIRA, 2002, p. 51.

¹⁰⁰ JUNQUEIRA, 2008, p. 97.

Curriculares Nacionais. Este Ensino está internalizado na sociedade atual e deve ser tratado como importante ingrediente na sabedoria da formação da sociedade. No caminhar dos séculos vamos descobrindo toda verdade que faz parte desta grande pluralidade que formam os seres humanos e suas necessidades inerentes ou construídas pela massa social em que vivem.¹⁰¹

O Ensino Religioso também é importante na formação da cidadania, este deve agregar todas as ciências com a fenomenologia religiosa e a antropologia da religião, esta formação de capacitação educacional poderá habilitar estas ciências numa formação de diálogo entre opostos que devem encontrar um equilíbrio em seus objetivos propostos.¹⁰²

É muitíssimo válido, quando acreditando que uma metodologia é de grande importância, não desprezando as que ainda irão aparecer. É prudente estar atento às novas concepções sociais que podem protagonizar ideias dinâmicas e que promovam a articulação de saberes e verdades parcialmente estabelecidos.¹⁰³

A ideia social de que o estado seja o protagonista do Ensino Religioso é que não cabe mais um ensino eclesial, sem proposta pedagógica ou fruto de um currículo aleatório. Políticas públicas que orientam o processo de escolarização poderiam possibilitar novas metas a serem planejadas para o alcance destas novas formas de enxergar possibilidades de aprendizados pluralistas.¹⁰⁴

Escolarizar o Ensino Religioso é ver neste ensino uma disciplina na qual a escola terá a grande responsabilidade de desenvolver o conteúdo sem passar por situações que mutilem sua autonomia nem o direito de escolha do discente¹⁰⁵. Sua habilidade de transcorrer culturalmente ao referir à qualquer religião, o professor deste conteúdo deve ser capaz de compreender que:

A referência das religiões ao sagrado apresenta uma impressionante variedade de concretizações e mediações. Não existe nenhum acontecimento natural ou vital ao qual não tenha sido dado o tom do sagrado por alguma cultura. A experiência, o fato, o fenômeno ou o objeto pode ser hierofânico, isto é, revelador do divino, para os seres humanos em sua busca de transcendência. Portanto, o mistério não pode ser explicado, mas apenas tangenciado por mediação do simbólico. As religiões e as hirofanias revelam e ocultam o sagrado a um só tempo. Dessa forma, os símbolos religiosos são mediações que nunca conduzem plenamente ao

¹⁰¹ JUNQUEIRA, 2008, p. 96.

¹⁰² JUNQUEIRA, 2008, p. 96.

¹⁰³ JUNQUEIRA, 2008, p. 97.

¹⁰⁴ JUNQUEIRA, 2008, p. 110.

¹⁰⁵ JUNQUEIRA, 2008, p. 116.

todo, apenas o sinalizam. Podemos dizer, então, que as diversas formas como as religiões olham para o sagrado e dele se avizinham, são atravessadas, assim por uma ambiguidade intrínseca na experiência religiosa.¹⁰⁶

Neste contexto de transposição didática é preciso compreender o Ensino Religioso em sua manifestação cultural, o que requer uma base compreensiva do sagrado. Nas definições dos conteúdos que explorarão esta área faz-se necessário saber as manifestações do sagrado em termos coletivos, sua construção histórica e social, fontes que o revelam. Tudo isto deve ser pautado com estratégia pedagógica, planejamento coerente às necessidades dos discentes, além de avaliações contínuas para serem refeitas nos procedimentos ainda não claros pelas propostas estabelecidas.¹⁰⁷

Países da Europa, ainda não encontraram um consenso quanto ao Ensino Religioso que deve ser transmitido nas escolas, bem como a maneira de transmiti-los. Por este motivo, procuram através dos diálogos, propor o ensino sem uma postura acadêmica definida, neste contexto dão espaço para que algumas instituições confessionais continuem fazendo sua história, criticada, mas não substituída.¹⁰⁸

A discussão internacional tem demonstrado que o Ensino Religioso somente contribuirá para o desenvolvimento das crianças e jovens, se estes puderem, em primeiro lugar, compreender a sua própria tradição religiosa, e também se for criado um clima de respeito e reconhecimento entre os cidadãos, com suas tradições e etnias em todos os campos da cultura, inclusive a religiosa. Ao mesmo tempo, é notória a necessidade e a urgência de que o Ensino Religioso torne-se objeto de estudos sistemáticos, de um processo pedagógico de reflexão para que se sustente como um componente curricular.¹⁰⁹

É imprescindível se fazer acordos entre Estado, Igrejas e Leis que fundamentam a educação de um país que quer regulamentar o Ensino Religioso praticado em suas escolas, diferente dos antigos confessionais onde arbitravam um ensino. O discurso do Ensino Religioso baseado em Ciência da Religião, defende que o diálogo é a melhor maneira de estabelecer relações que podem confirmar este ensino tão pluralista, importante para a formação cultural e cidadã de quem

¹⁰⁶ JUNQUEIRA, 2008, p. 115.

¹⁰⁷ JUNQUEIRA, 2008, p. 117.

¹⁰⁸ JUNQUEIRA, 2008, p. 163.

¹⁰⁹ JUNQUEIRA, 2008, p. 164.

participa. Segundo Junqueira, a falta de acordo internacional compromete o sucesso do Ensino Religioso, devido não haver unificação dos pensadores em relação aos conteúdos e propostas pedagógicas ou metodológicas.¹¹⁰

Outros países como Holanda, Bélgica, Inglaterra, Áustria e Espanha também fazem parte do grupo que busca acreditar que o Ensino Religioso faz parte de uma grande contribuição na educação para cidadania de um povo.¹¹¹

Em vários países europeus é comum a prática do Ensino Religioso confessional, no entanto, a constante imigração de povos mulçumanos motiva a necessidade de se criar um novo perfil pedagógico por sua pluralidade antropológica e cultural.¹¹²

3.2 O Ensino Religioso a partir das Ciências das Religiões

Neste subtítulo, apresentaremos diversas autoridades acadêmicas que defendem a ciência da religião como sendo uma visão que inclua os que antes eram esquecidos ou ignorados. Quando defendemos no espaço público o Ensino Religioso baseado em ciências das religiões como melhor opção que temos para trabalhar os conteúdos de Ensino religioso é porque o mesmo consegue tratar do assunto religioso sem ser uma imposição a prática religiosa. O educando que participa de um aprendizado de Ensino Religioso baseado em ciência da religião deverá ser capaz de enxergar e respeitar o objeto religioso, sua forma de busca transcendental em todas as sociedades.

Segundo Usarski, o Ensino Religioso não pode ser uma sequência de qualquer área teológica, não pode ser confessional ocultando sua visão singular, ele deve ser planejado baseado na pouco conhecida: ciências das religiões.¹¹³

É necessário que o Ensino Religioso tenha autonomia na leitura de todas as áreas que se servirá para formar sua visão educacional. Somente uma releitura teológica abriria espaço para velhas ideologias que não conseguiu ao longo do tempo dar soluções para problemas que perduram por séculos. Cabe avaliar contextos históricos, socioculturais em que surge a pesquisa científica que foi sendo

¹¹⁰ JUNQUEIRA, 2008, p. 163.

¹¹¹ JUNQUEIRA, 2008, p. 163.

¹¹² JUNQUEIRA, 2008, p. 164.

¹¹³ USARSKI, 2007. p. 5.

construída para nós ao longo desse tempo, somente assim poderemos saber onde estamos e onde queremos chegar com esta descoberta do mundo religioso tão abrangente.¹¹⁴

Há de compreender que estudar ensino religioso nos moldes de ciência e religião faz necessário tomar posse do patrimônio cultural que estamos inseridos. Ignorar este fato, torna-se falta de reflexão. O espaço escolar até o momento é o mais apropriado para esta dinâmica.¹¹⁵

Os conteúdos de Ensino Religioso precisam oferecer aos alunos um conhecimento das principais religiões com seus fenômenos. Também necessitam ser capazes de produzir neste discente uma grande capacidade de tolerância religiosa. Este também poderá aprender a avaliar ou questionar posturas religiosas com fundamento.¹¹⁶

Segundo Usarski, quando um aluno participa de aulas de Ensino Religioso seguindo um plano liberal e não missionário, além de conhecer a riqueza do mundo religioso poderá também desenvolver sua habilidade crítica quando descobrir que seu comportamento social, familiar e religioso foi pautado por um procedimento vindo de uma tradição religiosa que poderá agora, frente ao novo conhecimento, ser avaliado e mensurado em seus resultados históricos.¹¹⁷

Passos, lança sua proposta de Ensino Religioso fazendo relação com a história social do discente que contextualiza o local da prática deste ensino e em como o olhar educacional busca sua fonte de ciências em áreas de conhecimentos como: Fenomenologia, História, Antropologia e na Psicologia da Educação. Ainda acrescenta que estas devem estar acompanhadas de práticas de respeito, do diálogo e do ecumenismo entre as religiões, desenvolvendo no discente uma habilidade para uma prática religiosa pluralista transconfessional.¹¹⁸

Os Parâmetros Curriculares Nacionais trouxeram uma contextualização de base cortando interpretações teológicas e catequéticas, construindo um compêndio de educação que pudesse trabalhar conteúdos que sejam realmente necessários para formação social, dentre alguns podemos citar: culturas e tradições religiosas;

¹¹⁴ USARSKI, 2007. p. 6

¹¹⁵ SENA, 2007, p. 9.

¹¹⁶ SENA, 2007, p. 52.

¹¹⁷ USARSKI, 2006. p. 110.

¹¹⁸ PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas. 2007. p. 9.

distintas teologias; textos sagrados e tradições orais; ritos e ethos, bem como as grandes religiões que compõem o campo religioso brasileiro.¹¹⁹

A prática de um Ensino Religioso depende do rompimento com confissões religiosas, isto é um passo inicial para a neutralidade de um ensino de catequese ou confessional, quando defende que as religiões participarão nas definições dos conteúdos, esta atuação ocorrerá com pessoas de entidades civis e interconfessional, desta forma, se verá uma instrução de Ensino Religioso Acadêmico.¹²⁰

No tocante aos conteúdos curriculares vale alertar o leitor que não temos intenção e nem mesmo condição de oferecer propostas concretas neste estudo. Limitamo-nos a levantar as variáveis de fundo e a apresentar sugestões gerais sobre a fundamentação do ER. Sabemos que a natureza genérica da abordagem pode pedir, em muitos momentos, indicações mais concretas sobre o finalmente da docência em ER, tarefa que acreditamos exigir o empenho conjunto das Instituições de Ensino Superior (IES), dos sistemas de ensino e das entidades ligadas à área de conhecimento, incluindo, sem dúvida, aquelas que militam em prol desta disciplina. A nosso ver, a definição de conteúdos curriculares, organicamente ligada às diretrizes curriculares das licenciaturas e das Ciências da Religião, além de ter urgência nacional, será tarefa permanente para todas essas instituições, como no caso das demais áreas de conhecimento.¹²¹

Da mesma forma como outras disciplinas, o Ensino Religioso é um meio para um objetivo maior, que é a educação formal e formativa do discente para enfrentar os desafios da sociedade atual.¹²²

Para Morim, um dos maiores intelectuais na área da educação formal da atualidade, a educação para ser completa precisa ser planetária, é preciso conhecimento do mundo que vivemos, aqui podemos falar que a única verdadeira mundialização que estaria a serviço do gênero humano é a da compreensão, da solidariedade intelectual e moral da humanidade.¹²³

É imprescindível aferirmos o Ensino Religioso com a pluralidade cultural, esta busca resoluções com encontros e diálogos que garantem ambas as partes discutirem suas ações sem perderem sua identidade. O respeito por este patrimônio

¹¹⁹ PASSOS, 2007, p. 9.

¹²⁰ PASSOS, 2007.p. 13.

¹²¹ PASSOS, 2007. p. 23.

¹²² PASSOS, 2007. p. 123.

¹²³ MORIM, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNESCO, 2011, p 89.

da diversidade cultural nos assegura sermos diversos e na convivência provarmos nossa habilidade de vida social.¹²⁴

3.2.1. Epistemologia

Para Sena, o que limita a influência e desenvoltura da Ciência e Religião no Brasil, é o fato de nossa base epistemológica ainda não ter encontrado um porto seguro, e em sua instabilidade, dificuldade filosófica aparece a todo o momento, dificultando a abordagem religiosa principalmente quando se faz necessário o diálogo com outras ciências que definem as necessidades dos discentes frente aos seus currículos escolares.¹²⁵

Há uma carência de estudos científicos que capacitem e moldem a interpretação epistemológica, pesquisas que tem como base uma definição que não deixa dúvidas para as atuações educacionais.¹²⁶

Vale ressaltar que um discente em sua formação necessitará de ser compreendido em sua amplitude transcendental, isto demonstrará em sua atuação teórica, política e pedagógica como formação para uma cidadania plena.¹²⁷

Em sua conferência, dedicadas aos desafios mútuos entre Ciência da Religião e ER, o professor Passos avançou pelo terreno epistemológico a fim de construir o impasse enfrentado nessa área. Descartando os modelos catequéticos e teológicos para o ER, Passos defendeu o modelo da Ciência da Religião como o único habilitado a sustentar a autonomia epistemológica e pedagógica do ER. Ele situou o fundo político da problemática epistemológica e reconheceu o valor teórico, social e pedagógico do estudo da religião para a formação do cidadão. Assim, o ER na rede pública de ensino é mais que educação da religiosidade; visa à educação do cidadão, uma vez que a dimensão religiosa é algo presente no indivíduo e na sociedade. Secundariamente, o ER até poderá contribuir com o discernimento da religiosidade dos próprios estudantes, mas esse não é seu pressuposto necessário.¹²⁸

O Ensino Religioso que precisamos insistir é de base epistemológica, claramente oposta a muitas confissões religiosas, este ensino científico contribuirá

¹²⁴ BLANK, Lílian De Oliveira (cord). *Formação de docentes e Ensino Religioso no Brasil*. Blumenau: Edifurb. 2008. p. 88.

¹²⁵ SENA, 2007, p. 34.

¹²⁶ SENA, 2007, p. 35.

¹²⁷ SENA, 2007, p. 35.

¹²⁸ PASSOS, 2007. p.10.

para uma prática de cidadania pessoal e militante na direção de uma cidadania acadêmica.¹²⁹

Para Passos, a melhor conclusão epistemológica é apresentada pela Ciência da Religião que ainda constrói sua abordagem didática, e que se preocupa com esta transposição do conteúdo recebido na docência e transmitido aos discentes sem um direcionamento totalmente estabelecido.¹³⁰

Os sistemas de ensino, responsáveis, políticos e legais, emperram o bom andamento do Ensino Religioso quando desconsideram sua necessidade epistemológica querendo alegar a religião como produto do senso comum e limitar sua habilidade científica. Fazer epistemologia é dar razão científica para aquilo que se tornou ciência, devido estar sendo vivenciado pelos povos. Religião é algo que está presente em nossas vidas desde o momento que nascemos até o momento que deixamos este espaço, portanto, do mesmo modo que trabalhamos outros conteúdos de importância para nossa formação educacional devemos considerar também o Ensino Religioso baseado em Ciências das Religiões.¹³¹

Estamos insistindo na necessidade de se distinguir entre educação da religiosidade e educação do cidadão, incluindo nesta última a dimensão religiosa, enquanto algo presente no indivíduo e na sociedade. Não se exigem, no caso, o pressuposto da opção religiosa e a adesão ao seu aprimoramento e, nem mesmo, o aperfeiçoamento da religiosidade como uma finalidade imediata; não há o que aprimorar em termos de religiosidade, mas, sim, de cidadania e humanização do estudante. O conhecimento da religiosidade e da religião faz parte do processo educacional, assim como o conhecimento da matemática, da história, da política, etc. A religião não é assunto tão-somente do indivíduo que crê e milita em alguma igreja, ou apenas das instituições confessionais; ela é um fato antropológico e social que perpassa de maneira ativa todos os âmbitos da vida dos cidadãos que compõem o Estado plural e laico. Eis a razão fundamental de seu estudo nas escolas. Portanto, a discussão do ER. Não se inscreve, fundamentalmente, na esfera do debate sobre o direito ou não à religiosidade, mas do direito à educação de qualidade que prepare o cidadão para visões e opções conscientes e críticas em seus tempos e espaços.¹³²

Passos defende que o conhecer deseja conduzir ao saber e esse, por sua vez, ao bem viver, quando aprendemos sobre religião sabemos melhor o objetivo de nossa existência e nossa função social.¹³³

¹²⁹ PASSOS, 2007. p. 19.

¹³⁰ PASSOS, 2007, p. 22.

¹³¹ PASSOS, 2007, p. 38.

¹³² PASSOS, 2007, p. 76.

¹³³ PASSOS, 2007. p. 78.

É preciso considerar que se existe defasagem no diálogo dos estudos epistemológicos do Ensino Religioso é devido à falta de pesquisas acadêmicas nas instituições, nas universidades que deveriam formar e capacitar pesquisadores com o objetivo de dialogar, colocar em discussão científica e buscar soluções para sanar os problemas abordados.¹³⁴

3.2.2. Fenomenológico

Segundo Oliveira, o melhor Ensino Religioso é o que pode ser aplicado no seu contexto fenomenológico e de acordo com Edmund Husserl (1859-1938) que:

[...] ao criar o método da fenomenologia proporcionou aos pesquisadores condições de realizar um estudo ordenado e sistemático do fenômeno-aquilo que parece; fato ou evento que pode ser explicado, deixando de lado as especulações e suposições de juízos de valores e procurando, por meio da análise da experiência, permitir aos fenômenos falar por si mesmos.¹³⁵

Este fenômeno internalizado na sociedade atual deve ser tratado como formação desta sociedade. No caminhar dos séculos vamos descobrindo toda verdade que faz parte desta grande pluralidade que formam os seres humanos e suas necessidades inerentes ou construídas pela massa social que vivemos.¹³⁶

Na visão deste mesmo autor, o Ensino Religioso também é importante na formação da cidadania, devendo agregar todas as ciências com a fenomenologia religiosa e a antropologia da religião, esta formação de capacitação educacional poderá habilitar estas ciências numa formação de diálogo entre opostos que devem encontrar um equilíbrio em seus objetivos propostos.¹³⁷

É importante, quando acreditando que uma metodologia é essencial e não deve desprezar as que ainda virão.¹³⁸ Fazer Ciência é saber que seu conhecimento sobre determinado assunto modifica a todo momento e nós devemos conhecer o novo, que está no futuro, no amanhã que é sempre incerto porque nunca saberemos o que descobriremos. No entanto, não deixamos de tentar e testar simplesmente porque queremos saber. Nós precisamos conhecer o mundo para sobreviver nele e

¹³⁴ PASSOS, 2007, p. 121.

¹³⁵ OLIVEIRA, Ednilson T. *Ensino Religioso: fundamentos epistemológicos*. Curitiba: Ibpex, 2009, p.21

¹³⁶ JUNQUEIRA, 2008, p. 96.

¹³⁷ JUNQUEIRA, 2008, p. 96.

¹³⁸ JUNQUEIRA, 2008, p.97.

nos conhecermos para viver entre iguais e diferentes, assim, é preciso fazer constantemente um autoconhecimento.¹³⁹

3.2.3. O Sagrado e os Ritos

Escolarizar o Ensino Religioso é ver neste ensino uma disciplina escolar onde a escola terá a grande responsabilidade de desenvolver o conteúdo sem passar por situações que mutilem sua autonomia.¹⁴⁰

É preciso compreender que o Ensino Religioso com sua manifestação cultural requer uma base compreensiva do sagrado. Nas definições dos conteúdos que explorarão esta área faz-se necessário saber as manifestações do sagrado em termos coletivos, sua construção histórica e social, fontes que revelam o sagrado, sendo que tudo isto deve ser pautado com estratégia pedagógica, planejamento coerente com as necessidades dos discentes, além de avaliações contínuas para serem refeitas nos procedimentos ainda não claros pelas propostas estabelecidas.¹⁴¹

A ciência defende que não existe povo sem tradição religiosa, esta tradição é fruto de uma sociedade que reconhece a existência do ser transcendental, sua aparição e aniquilamento é motivo de levantamento de questionamento onde se vive. Perguntas querendo saber a origem, objetivo e resultado final de nossa existência, são perguntas sem respostas definitivas que abrem espaço para muitas suposições.¹⁴²

Holmes defende a prática de Ciência e Religião dividindo seu conteúdo em eixos temáticos. Ele define que:

Um dos eixos temáticos do Ensino Religioso, os textos sagrados, orais e escritos, mostra aos educandos que todas as tradições religiosas têm ensinamentos, sejam elas proféticas, como o judaísmo, cujo principal texto é a Torá (parte da Bíblia), o cristianismo com a Bíblia, ou o islamismo com o alcorão; sejam místicas, como o budismo com o Tripitaka e o hinduísmo com os Vedas; sejam ainda sapienciais, como o taoísmo e o confucionismo, fundados nos ensinamentos dos sábios. Da mesma forma, as religiões naturais ou xamânicas, também chamadas tradicionais – indígenas e

¹³⁹ TRINDADE, Diamantino Fernandes. *A História da História da Ciência uma possibilidade para aprender ciências*. São Paulo: Madras, 2003. p. 21.

¹⁴⁰ JUNQUEIRA, 2008, p. 116

¹⁴¹ JUNQUEIRA, 2008, p. 117.

¹⁴² HOLMES, Maria José Torres. Textos sagrados, primícias culturais. *Diálogo Revista de Ensino Religioso*. São Paulo: Paulinas. Ano XIV, n. 55, p. 28-31, ago./set. 2009.

africanas - centradas na tradição oral, que encontram o sagrado nas forças da natureza e na presença dos antepassados.¹⁴³

Ensino Religioso é a forma encontrada pelos educadores de explicar que um texto oral ou escrito é elaborado quando faz parte da história e ele não revela somente o motivo religioso em seu escrito, mas todo contexto cultural, sua importância no momento de sua produção, seu objetivo e qual foi o resultado daquela nova forma de ver determinadas situações que agora podemos avaliar com mais clareza.¹⁴⁴

É preciso enxergarmos textos religiosos como formação cultural, tendo uma relação com o sagrado, com o que determinam como transcendente, neste contexto, a arma mais poderosa deve ser o diálogo, não podendo ser uma relação de quem sabe para quem não sabe, mas uma relação onde professores e alunos chegarão a um resultado de comum acordo, indo de encontro a quaisquer sementes do proselitismo, etc.¹⁴⁵

Um dos grandes questionamentos dos críticos ao Ensino Religioso é pela falta de um conteúdo pré-estabelecido. Rodrigues divide sua proposta de Ensino Religioso em cinco eixos temáticos que são:

Culturas e Tradições Religiosas que tem como objetivo desenvolver os temas decorrentes da relação entre cultura e tradição religiosa e seus temas a serem desenvolvidos são: Valor da religião na vida das pessoas. Motivos para a existência de vários grupos religiosos, diálogo inter-religioso e unidade na diversidade, influência das culturas nas religiões dos povos, etc. No segundo eixo: Teologias, que tem como objetivo analisar as múltiplas concepções do transcendente, tendo como tema assuntos como: Ideia do transcendente (nomes do transcendente nas diferentes tradições religiosas do mundo). O transcendente e a concepção do mundo e da pessoa, etc. O terceiro eixo: trabalha textos sagrados e tem como objetivo aprofundar o significado da palavra sagrada no tempo e no espaço, seus temas a serem desenvolvidos são: Acontecimentos religiosos importantes na história dos povos e que se tornaram tradições. Narrativas da criação do mundo e do homem, segundo algumas tradições religiosas, etc. O quarto eixo: trabalha os ritos e seu objetivo é buscar o entendimento das práticas celebrativas e seus temas a serem desenvolvidos são: Utilidade dos símbolos religiosos. Significados dos símbolos, unindo e separando as pessoas, etc. O quinto eixo: trabalha ethos e seu objetivo é analisar a vivência crítica e utópica da ética humana a partir das tradições religiosas, e seus temas a serem desenvolvidos são: Conjunto de normas (valores) das diferentes tradições

¹⁴³ HOLMES, 2009, p. 28-31.

¹⁴⁴ HOLMES, 2009, p. 28-31.

¹⁴⁵ HOLMES, 2009, p. 28-31.

religiosas. Contexto das respectivas tradições que favorecem o processo de convivência entre as diferenças.¹⁴⁶

Na citação acima, o autor defende o estudo do uso de ritos e símbolos como eixo importante na descoberta e aprendizado de novas religiões e sua importância para a formação cultural de um povo.

Segundo Machado, são os símbolos que permitem a compreensão ampla dos rituais encontrados em todas as religiões. Quando olhamos para a cruz provinda do cristianismo lembramos que esta foi palco da morte de Cristo, desta forma, alcançamos o educando sem causar muito conflito. O significado do símbolo depende do conhecimento que tem do símbolo estudado, assim pode-se trabalhar em sala de aula o que significa o símbolo no contexto da religião do aluno.¹⁴⁷

Na cultura tailandesa considera-se uma enorme variedade de símbolos, os templos são marcados por cores que causam fortes impressões e além das casas e comércios, nas esquinas, nós encontramos lugares de adoração onde as pessoas fazem suas oferendas. O tailandês parece viver sua religiosidade em aspectos práticos e comuns a sociedade, através de um simples gesto de saudação ou ausência de violência mostra sua afinidade com o transcendente.¹⁴⁸

Para Sousa, faz-se necessária uma conscientização de ética mundial, para ter alcance global de resoluções que afetam toda raça humana, não podemos desprezar um lugar em detrimento de outro, mas considerar todos os lugares como importantes para a civilização que expande sua área de conquista e destruição todo dia. Países que não produzem alimentos suficientes, regiões alagadas desertas e congeladas, são frutos de maus comportamentos humanos diante da natureza que dia a dia está sendo destruída.¹⁴⁹

É preciso educação de qualidade que consiga mostrar com evidências comportamentais medidas por estatísticas pré-estabelecidas, que existe um ensino e um aprendizado a respeito do desenvolvimento de regras, éticas dos comportamentos sociais que ocorrem mundialmente. Os temas transversais citam o

¹⁴⁶ RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. Ensino Religioso, o que ensinar? *Diálogo Revista de Ensino Religioso*. São Paulo: Paulinas. Ano XVIII, n.71, p.62-64, ago./set.2013.

¹⁴⁷ MACHADO, Arabela Eunice Martins Maia. Ritos e símbolos do sagrado na prática do Ensino Religioso. *Diálogo Revista de Ensino Religioso*. São Paulo: Paulinas. Ano XIV, n.55, p. 20-23, ago./set. 2009.

¹⁴⁸ MACHADO, 2009, p. 20-23.

debate de ética e valores como ingrediente importante quando planejamos nosso conteúdo e a falta destes dois itens poderá comprometer a abrangência do equilíbrio de uma educação que não pode estagnar seu discente, mas leva-lo a uma visão planetária.¹⁵⁰

A presença dos temas transversais nos conteúdos de educação não é prova definitiva da atuação deles, é preciso acompanhar e estar constantemente estabelecendo correções nos possíveis desvios do objetivo antecipadamente estabelecido pelos órgãos organizadores.¹⁵¹

A escola tem que ser um conduto que abra uma porta bem grande na capacidade de fazer que cada um seja um curioso e aprendiz da ética no mundo, nossos valores éticos precisam transpassar nosso currículo escolar. Sociedades podem organizar e agir coletivamente em ações que sejam capazes de conscientizarem e modificarem o comportamento das pessoas. Existe a necessidade de criar um ensino e aprendizado de ética planetária.¹⁵²

Para que isto aconteça, a humanidade precisa criar consensos, coordenar ações, coibir práticas e elaborar expectativas e projetos coletivos, com uma referência ética e moral comum capaz de congrega todos os seres humanos, que hoje começam a se descobrir como espécie interdependente, habitante da mesma casa e com um destino comum.¹⁵³

Somente quando termos a consciência do local que ocupamos socialmente é que valorizaremos nossas ações em conjunto e o que podemos alcançar em benefício social.

3.3 O Ensino Religioso na formação de uma proposta da Cidadania

3.3.1. Cidadania com legalidade

Segundo Marislei, cidadania representa o respeito aos direitos inalienáveis do indivíduo no meio social. Este direito é garantido por meio da constituição federal

¹⁴⁹ SOUSA, Jaefson Rodrigues. Da escola para a ética mundial: Articulações do Ensino Religioso. *Diálogo Revista de Ensino Religioso*. São Paulo: Paulinas. Ano XIV, n.55, p. 32-35, ago./set. 2009.

¹⁵⁰ SOUSA, 2009, p. 32-35.

¹⁵¹ SOUSA, 2009, p. 32-35.

¹⁵² SOUSA, 2009. p. 32-35.

¹⁵³ SOUZA, 2009, p.32-35.

que defende garantias individuais e fatores preponderantes a formação de uma cidadania brasileira.¹⁵⁴

Outra conquista importante para a consolidação dos direitos de cidadania está relacionado ao artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente: Toda criança tem direito ao desenvolvimento físico, mental e moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.¹⁵⁵

Depois de formarem a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), estes passaram a cobrar o governo com melhores leis cidadãs, que ampliassem a melhoria de vida da população que chega aos 60 anos. Desta forma foi aprovado em setembro de 2003 o Estatuto do Idoso que é mais abrangente que a Política Nacional do Idoso, lei de 1994 que dava garantias à terceira idade. O Estatuto institui penas severas para quem desrespeitar ou abandonar cidadãos da terceira idade, com 118 artigos a Lei Nº 10.471 de outubro de 2003 advoga os direitos desta faixa etária que passou a exigir e receber mais direitos.¹⁵⁶

3.3.2. Cidadania com espaço Político

O Brasil passou por períodos políticos nos quais não era possível exercer plenamente a cidadania. A religião era decidida pelos governantes e eles ditavam as regras sobre o comportamento religioso a ser seguido. Neste período da história havia uma religião oficial e a cidadania religiosa consistia em pertencer a uma única religião. No entanto, atualmente passamos a aceitar outras religiões como forma de conhecimento, formando assim um país de diferentes credos que diferem em suas religiões.¹⁵⁷

3.3.3. Cidadania com espaço Religioso

O fator religião pessoal, jamais deve interferir na visão que se deve construir a respeito da educação formal coletiva. Habitamos em um país que tem em sua

¹⁵⁴ BRASILEIRO, 2010. p.129

¹⁵⁵ PRAIA, Jefferson. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília 2009. p.25

¹⁵⁶ ROCHA, E. G. Estatuto do idoso: um avanço legal. *Revista da UFG*. Vol. 5, Nº 2, dez. 2003.

Disponível em: <www.proec.ufg.br>. Acesso em: 22 nov. de 2014.

¹⁵⁷ BRASILEIRO, 2010, p.129

geografia pessoas de diversas partes do mundo com suas variadas formas de pensar e praticar sua vida religiosa. Faltar com a compreensão religiosa para estes imigrantes formaria em nosso país uma multidão que não teria respeitado seu direito ao exercício da cidadania, da liberdade de escolha e livre expressão em todos os sentidos.

Necessitamos garantir nas escolas o acesso a um Ensino Religioso que veja uma sociedade plural. Trabalhe com metodologias e conteúdos que formem pessoas de cidadania plural. Esta busca educacional terá como oposição ideologias doutrinárias que sempre defenderão um ponto de vista que diminua a autonomia das pessoas. É possível que igrejas e governos queiram continuar na prática de uma educação que diminua a capacidade crítica de seus seguidores, pois, supostamente, assim seria mais fácil aos dominadores manter a ordem e o controle.

3.3.4. Cidadania com espaço para o diálogo

Uma sociedade que quer ser democrática precisa descobrir que o diálogo é a melhor forma de fazer acordos. O diálogo entre pessoas de diversas religiões pode contribuir com a educação formal quando compreendemos que a forma de encarar a dor, o sofrimento, a morte difere de uma religião para outra, aprofunda o respeito recíproco e abre caminho para relações que são fundamentais na solução de problemas humanos.¹⁵⁸

3.3.5. Cidadania com espaço Geográfico

Segundo Oliveira, educar não é apenas ensinar, e sim ajudar na compreensão do mundo. Não se educa apenas para o conhecimento, mas também para as emoções. Assim a educação deve:

1º Aprender a conhecer, 2º Aprender a viver juntos, 3º Aprender a fazer, 4º Aprender a ser. Ninguém ensina algo a alguém, no máximo o ajuda a compreender!¹⁵⁹

¹⁵⁸ JUNQUEIRA, 2008, p. 97.

¹⁵⁹ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e Educação para a cidadania*. São Paulo: Paulinas, 2011. p.148.

O Ensino Religioso que possibilita cidadania não pode ser somente aquele estabelecido no espaço escolar, é preciso aplicá-lo na vida prática diariamente, assim poderemos confirmar uma cidadania não por um discurso teórico ou legal, mas nos procedimentos comuns nos quais abordamos ou somos abordados por pessoas que pensam e agem diferente umas das outras.¹⁶⁰

3.3.6. Cidadania com espaço Institucional

Para Oliveira as instituições são depositárias de valores que devem ser transferidos de geração a geração, formando cidadãos que progridam frente ao desconhecido e novo, acrescentando motivos para uma contínua busca por valores que os farão mais respeitosos, justos, livres e solidários.¹⁶¹

Igrejas, Escolas e gerações das sociedades deveriam ser instauradoras de valores que pudessem formar no mundo pessoas com valores ético-morais que tornasse possível a convivência de indivíduos em sociedade.¹⁶²

A escola é a instituição que provê à criança, ao adolescente e ao jovem, ensinamentos que lhe servirão por toda a vida. São ensinamentos baseados em pesquisas científicas que depois de comprovadas tais verdades são agora explanadas como fonte de conhecimento que pode contribuir com a qualidade de vida deste que fará parte da nova geração, formando, assim, cidadãos para as próximas gerações.¹⁶³

As instituições de formação - como a família, a religião, a escola - buscam orientar os seres vivos que vivem no mundo para o exercício da liberdade. A liberdade cria possibilidades para se minimizar a violência. Uma outra face da vida depende de um adulto que verga esta viga (vis) sem quebra-la: o essencial para dobrar a viga (vis) adorná-la, estabelecer hábitos, constituir leis. A necessidade de limites se impõe e ordena um dever ser, passível de mudanças. Para vergar a viga sem quebra-la, exige-se um adulto que tenha sensibilidade e cuidado e se preocupe com a formação de um mundo melhor para com aquele que carece de cuidado.¹⁶⁴

Não é possível estabelecer uma educação com sucesso, se não escolhermos um processo educativo que tenha uma história marcada por progresso educacional,

¹⁶⁰ BOEING, 2013, p. 44-48.

¹⁶¹ OLIVEIRA, 2011, p. 155.

¹⁶² OLIVEIRA, 2011, p.155.

¹⁶³ OLIVEIRA, 2011, p.156.

¹⁶⁴ OLIVEIRA, 2011, p.158.

comprometido com a formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades. É neste sentido que a educação para a cidadania comporta duas dimensões: a de formação de valores democráticos e a de formação para tomada de decisão política em todos os níveis. Entende-se democracia por um regime fundado na soberania popular e nos direitos humanos. Com isto o direito à vida pública passa a ser de direito e dever de todos que fazem parte da vida social.¹⁶⁵

Existe uma história da construção dos direitos que chegou até nós. Do século XVII ao XXI várias gerações de direito foram conquistadas para termos hoje uma possível legalidade. Em países democráticos, as vozes do povo nas ruas e em todo meio de comunicação se fizeram ouvir como cobrança de seus direitos ao exercício da cidadania. No decorrer destes séculos, para estabelecer cidadanias foram criadas muitas leis para que pudessem aferir os comportamentos sociais. Atualmente podemos citar algumas destas leis:

- 1° O direito às liberdades físicas, compreendidas como o direito à vida.
- 2° O direito de ir e vir.
- 3° O direito a segurança individual.
- 4° O direito de inviolabilidade de domicílio.
- 5° O direito à participar de reuniões e associações.
- 6° O direito às liberdades de expressão, a imprensa.
- 7° O direito à livre manifestação de pensamento.¹⁶⁶

É importante destacar que formar cidadãos éticos é uma responsabilidade e um dever de toda a sociedade. Como as instituições compõem a sociedade, é fundamental demandar delas esse compromisso. O que não pode ocorrer é deixar crianças e adolescentes sem unidades de referências valorativas. Elas não nascem éticas e cidadãs. A noção de direito e dever é um trabalho educativo que exige tempo. Esse tempo está circunscrito no período que vai do nascimento aos dezesseis/dezoito anos, período em que o indivíduo concretiza sua autonomia, exercita e exige a construção de direitos novos.¹⁶⁷

Neste capítulo queremos concluir que uma democracia se solidifica quando consegue propor de maneira eficaz os direitos conquistados aos seus participantes

¹⁶⁵ OLIVEIRA, 2011, p. 160.

¹⁶⁶ OLIVEIRA, 2011, p. 161

¹⁶⁷ OLIVEIRA, 2011, p. 163.

sociais. Cidadania será a busca de sociedades que querem perpetuar-se com seus direitos conquistados de forma coletiva e retorno também coletivo.

A escola pode alcançar este propósito quando pratica uma educação que leva seus discentes a um contínuo progresso. O conhecimento como estratégia de saber seus direitos e deveres diante dos outros participantes.

Em todas as religiões se observa suas regras de conduta e o Ensino Religioso proposto pela Ciência da Religião quer alcançar este propósito, aumentar a capacidade de cidadania de pessoas que podem estar vivendo num grande país, porém, em uma geração inteira desrespeitando os direitos de cidadãos, mesmo num país que advoga ser democrático.

CONCLUSÃO

Na pesquisa aqui relatada, procuramos investigar aspectos do Ensino Religioso no Brasil, passando por seus períodos mais significativos até a situação vivida pela sociedade atual. Ressaltamos como ocorre o Ensino Religioso nas Escolas Públicas do Município de Manaus, se este segue a orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso elaborado pelo FONAPER, ou se praticam um ensino confessional e proselitista, teológico ou inter-religioso.

No decorrer da investigação direcionada aos discentes participantes da pesquisa, percebemos o quanto é urgente e imprescindível que eles sejam conscientizados e que uma nova maneira de ensino lhes seja apresentada com o objetivo de incluir todos discentes, ou seja, a fim de que ninguém se sinta excluído, como ocorre no contexto antigo do ensino religioso.

Vale ressaltar que por meio das visitas às escolas públicas, constatamos que elas não dispunham de materiais específicos para os docentes ministrarem suas aulas de Ensino Religioso, resultando assim, em uma transmissão da disciplina, na maioria das vezes, sem um planejamento adequado. Isso indica a carência em capacitações de professores para se trabalhar mais efetivamente essa disciplina. É interessante notar que a maior parte dos alunos pesquisados respondeu, nos questionários, que sabe da relevância deste ensino em sua vida e que é preciso ser valorizado.

Outro ponto relevante que podemos destacar é que muitos professores ainda apresentam limitações quanto ao ministrar esta disciplina. Muitos alunos ainda demonstram desinteresse em participar das aulas. Razão pela qual a investigação nos levou a refletir sobre a maneira como estão sendo apresentados os conteúdos do Ensino Religioso. Da forma como é tratado os discentes estão aos poucos demonstrando seu desinteresse pela disciplina.

Também foi perceptível, por meio dos questionamentos realizados com os alunos, que eles entendem que este ensino é importante e percebem que esta disciplina pode ser desenvolvida por diversos assuntos educacionais, tornando a aula mais atrativa.

Para tanto, segundo o último capítulo descrito, podemos entender quão significativo é o Ensino Religioso quando baseado em Ciências das Religiões. Há uma necessidade de alunos e professores serem orientados quanto a importância

deste novo ensino baseado em Ciências das Religiões, sem interesse em fazer do discente um seguidor religioso, mas um conhecedor do movimento religioso e sua influência social, conseqüentemente, melhorando os comportamentos das pessoas e alterando gerações com sua influência.

Abordamos que é preciso escolarizar o Ensino Religioso, praticá-lo no contexto escolar e encontrando formas que o torne como conhecimento, como ciência, que pode contribuir com a construção de uma visão social mais abrangente, tolerante e relevante a fim de promover o entendimento entre pessoas de pensamentos diferentes.

A escola deve se tornar o lugar onde desenvolvemos nossos conhecimentos e o Ensino Religioso deve ser uma ciência baseada em Ciências das Religiões, podendo mostrar uma dimensão antes desconhecida do ser humano, e quando medido por órgãos governamentais que indicam nossa ascendência social de uma sociedade que aprendeu a conviver com as diferentes maneiras de agir.

O Ensino Religioso proposto como educação pluralista e fenomenológica que é a proposta feita pelas Ciências das Religiões, precisa alcançar espaço em sua base. Antes dos professores irem para a sala de aula faz-se necessário passar por uma capacitação que os façam seguros do objetivo que devem alcançar, pois muitos não têm recebido o devido preparo para ser um ministrador desta disciplina. Assim sendo, não planejam suas aulas ou consideram a proposta pedagógica sem uma direção consistente, comprometendo dessa forma o resultado do ensino.

Usando a expressão de uma professora de ensino religioso no corredor de uma escola pública de Manaus: “Vim dar estas aulinhas de religião”, o que expressa a opinião de muitos docentes dessa disciplina. E quando indagada a respeito do conteúdo a ser ministrado, a professora tirou do meio de um caderno alguns livros de sua igreja os quais lhe serviriam de apoio. Esse cenário levou ao seguinte pensamento: Onde está o plano de aula baseado em Ciências das Religiões? Vamos acusá-la? Estaria ela pronta para estar ali? Não teria que passar por capacitação com professores de Ciências das Religiões? São perguntas que mais uma vez podem ficar sem resposta diante da morosidade em que tudo é feito no contexto educacional de nosso país.

Apesar de todas as situações que não estão definidas em Ciências das Religiões, o FONAPER, a CNBB, e a própria LDB, concordam que o Ensino Religioso praticado no Brasil deveria seguir as orientações das Ciências das

Religiões, observando-se a constituição de uma visão pluralista, que se estabelecesse uma relação entre o transcendente e a ciência sem fazer da escola uma igreja e da educação um espaço arbitrário de formação de um ente religioso.

Portanto, reconhecemos quão imprescindível e urgente é a construção de novas práticas educacionais com base nos princípios norteadores da razão, em busca da qualidade, visando a não interferência em princípios gerais dos educandos como forma de promoção do Ensino Religioso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BLANK, Lílian De Oliveira (Coord.). *Formação de docentes e Ensino Religioso no Brasil*. Blumenau: Edifurb, 2008.

BOEING, Antônio. *Ensino Religioso enraizado nas Ciências da Religião*. Diálogo Revista de Ensino Religioso. São Paulo: Paulinas. Ano XIV, n. 55, p. 09-12, ago./set. 2009.

_____. *Questões metodológicas do Ensino Religioso*. Diálogo Revista de Ensino Religioso. São Paulo: Paulinas. Ano XVIII, n.71, p.44-48, ago./set.2013.

BRASILEIRO, Marislei S. *Ensino Religioso na escola: o papel das Ciências das Religiões*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião. Pontífica Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2010.

FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlos. *As Ciências das Religiões*. São Paulo: Paulus, 1999.

FONAPER. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso*. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 2010.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. *O que é Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2005.

HOLMES, Maria José Torres. *Textos sagrados, primícias culturais*. Diálogo Revista de Ensino Religioso. São Paulo: Paulinas. Ano XIV, n. 55, p. 28-31, ago./set. 2009.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O Processo de Escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. *História, Legislação e fundamentos do Ensino Religioso*. Curitiba, PR: Ibpex, 2008.

MACHADO, Arabela Eunice Martins Maia. *Ritos e símbolos do sagrado na prática do Ensino Religioso*. Diálogo Revista de Ensino Religioso. São Paulo: Paulinas. Ano XIV, n.55, p. 20-23, ago./set. 2009.

MICHELETTI, Pe. Guillermo. *Vocês gostariam de ser Catequistas?* 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 2008.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à Educação do Futuro*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNESCO, 2011.

OLIVEIRA, Ednilson T. *Ensino Religioso: fundamentos epistemológicos*. Curitiba: Ibpex, 2009.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e Educação para a cidadania*. São Paulo: Paulinas, 2011.

PALHETA, Francisco S. B. *Legislação Federal e Estadual quanto ao Ensino Religioso Escolar: perspectivas e desafios*. SEDUC/AM. 2013.

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

PRAIA, Jefferson. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília 2009.

RANQUETAT JÚNIOR, César. *Do Confessional ao Plural: uma análise sobre o novo modelo de ensino religioso nas escolas públicas brasileiras*. Rev. Diálogo Educ., Curitiba: Paulinas. V. 8, n.23, p. 289-305, jan./abril 2008.

ROCHA, E. G. *Estatuto do idoso: um avanço legal*. Revista da UFG. v. 5, n. 2, dez. 2003.

RODRIGUES, Edile Maria F. *Ensino Religioso, o que ensinar?* Diálogo Revista de Ensino Religioso. São Paulo: Paulinas. Ano XVIII, n.71, p.62-64, ago./set.2013.

SEMED, Secretaria Municipal de Educação, Subsecretaria de Gestão Educacional, Departamento de Gestão Educacional, Divisão de Ensino Fundamental. *Proposta Curricular 6º ao 9º ano, Ensino Religioso*. Manaus, 2014.

SENA, Luzia. *Ensino Religioso e Formação Docente*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

SOUSA, Jaefson Rodrigues. *Da escola para a ética mundial: Articulações do Ensino Religioso*. Diálogo Revista de Ensino Religioso. São Paulo: Paulinas. Ano XIV, n.55, p. 32-35, ago./set. 2009.

TRINDADE, Diamantino Fernandes. *A História da História da Ciência uma possibilidade para aprender ciências*. São Paulo: Madras, 2003.

USARSKI, Frank. *Constituintes da Ciência da Religião: Cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma*. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. *O Espectro Disciplinar da Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2007.

ANEXOS

Anexo 1

QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS DE ENSINO RELIGIOSO DO 9º ANO.

MINHA PARTICIPAÇÃO NESTA PESQUISA CONTRIBUIRÁ PARA A MELHORIA DO ENSINO RELIGIOSO PRATICADO NO AMAZONAS.

1. Para você, o Ensino Religioso é importante?

não sim as vezes

Explique sua resposta:

2. Você se sente à vontade em estudar Ensino Religioso na escola?

não sim as vezes

Explique sua resposta

3. A escola é o local correto para o Ensino Religioso?

não sim as vezes

Por quê?

4. O Ensino Religioso influencia sua vida familiar ?

não sim as vezes

Em que situação?

5. O que deveria abordar o Ensino Religioso:

História das religiões

- Doutrinas das religiões
- Sociologia das religiões
- Ética e tolerância

6. Quem deveria dar aulas sobre Ensino Religioso?

- Padre Pastor Sacerdote da Umbanda Cientista da Religião

7. Alguma vez o Ensino Religioso tentou interferir em sua religião?

- sim não

Por quê?

8. Sua família ensina religião para você?

- sim não as vezes nunca.

Como poderia realizar este ensino?

9. Quais assuntos de Ensino Religioso seriam importantes para você:

- 1-
- 2-
- 3-
- 4-
- 5-

10. Já sofreu bullying no Ensino Religioso?

- sim não várias vezes

Pode explicar?

11. Você concorda que o Ensino Religioso seja avaliado com provas e notas como outras matérias?

sim não as vezes

Explique:

12. O Ensino Religioso de sua escola ensina você resolver conflitos pessoais e familiares ou na comunidade?

sim não as vezes

Responda:

13. Sua família concorda que você estude Ensino Religioso?

sim não

Comente:

Anexo 2

Questionário para Professores de Ensino Religioso

Sendo Professor de Ensino Religioso posso responder que:

- 1) Estou na sala de aula de Ens. Religioso por opção própria.
 Sim Não
- 2) Fui capacitado (a) para lecionar esta matéria?
 Sim Não
- 3) Defendo minha religião em sala de aula?
 Sim Não
- 4) Entendo as leis que defendem ou não o Ens. Religioso?
 Sim Não
- 5) A gestão local da sua escola apoia seu trabalho?
 Sim Não
- 6) Domino bem o assunto de Ens. Religioso?
 Sim Não
- 7) Você sabe explicar o que é Ens. Religioso baseado em Ciência da Religião?
 Sim Não
- 8) Acredita que o ER. é um ingrediente importante para a formação da educação do discente?
 Sim Não
- 9) Você observa que os assuntos que ensina proporciona conflitos na sala de aula?
 Sim Não
- 10) Os pais dos alunos reclamam sobre o Ens. Religioso?
 Sim Não
- 11) Você entende o que é Ens. Religioso Fenomenológico?
 Sim Não
- 12) Você ensina Ensino Religioso:
 Católico Protestante ou qualquer conteúdo:
- 13) O Professor de Ens. Religioso em sala de aula deve ser:
 Sacerdote Agente mobilizador Missionário
 Um docente.